



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
EM CIÊNCIAS HUMANAS

GEANINE SABADINI

DA SIERRA MAESTRA À REVOLUÇÃO:
O OLHAR DO JORNAL *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (RS) SOBRE CUBA (1957-1960)

ERECHIM
2017

GEANINE SABADINI

**DA SIERRA MAESTRA À REVOLUÇÃO:
O OLHAR DO JORNAL *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (RS) SOBRE CUBA (1957-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas, sob a orientação do Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga.

ERECHIM
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Rua General Osório, 413D
CEP: 89802-210
Caixa Postal 181
Bairro Jardim Itália
Chapecó - SC
Brasil

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Sabadini, Geanine

Da Sierra Maestra à Revolução: o olhar do jornal
Diário de Notícias (RS) sobre Cuba (1957-1960)/ Geanine
Sabadini. -- 2017.
121 f.

Orientador: Gerson Wasen Fraga.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado
Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH, Erechim,
RS , 2017.

1. Revolução Cubana. 2. Imprensa. 3. Diário de
Notícias. 4. História. I. Fraga, Gerson Wasen, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GEANINE SABADINI

DA SIERRA MAESTRA À REVOLUÇÃO:
o olhar do jornal *Diário de Notícias* (RS) sobre Cuba (1957-1960)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS para obtenção do título de Mestre em Interdisciplinar em Ciências Humanas, defendido em banca examinadora em 05/09/2017.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

Aprovado em: 05/09/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César Augusto Barcellos Guazzelli (Membro Titular – UFRGS)

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos (Membro Titular – IFSul)

Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério (Membro Titular - UFFS)

Erechim/RS, setembro de 2017

Dedico esta pesquisa e estas palavras a Fidel Castro, um homem que, através de suas ideias e ações, foi absolvido pela História.

AGRADECIMENTOS

Ao começar a escrever este texto de agradecimentos, percebi o quanto somos dependentes de uma rede de pessoas sem as quais nenhum dos nossos objetivos seria possível. São muitas as pessoas as quais terei uma dívida eterna de gratidão e, nestas situações, qualquer palavra, por mais verdadeira que seja, parece não atingir a real dimensão de seu significado.

Inicialmente, preciso agradecer ao Professor Gerson Wasen Fraga, orientador desta dissertação e, para mim, grande referência de educador e, certamente, um amigo que levarei no coração para sempre. Suas intervenções neste trabalho foram sempre honestas e justas, fato que o isenta de qualquer falha aqui presente. Fraga, sei que fui a pior orientanda do mundo e lhe agradeço pela compreensão que demonstrou.

A todos os professores do Colegiado do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, reconheço o esforço em transmitir e construir conhecimento, de forma profissional e ética. Pelas experiências que compartilharam conosco e por nos incentivarem a continuarmos acreditando na Educação e lutando por uma perspectiva interdisciplinar.

Agradeço ao Professor Charles Sidarta Machado Domingos e ao Professor Mairon Escorsi Valério, pelas grandes contribuições que fizeram a esta pesquisa na banca de qualificação, bem como pela disponibilidade em continuarem acompanhando a trajetória deste trabalho.

Com muito amor e gratidão, dedico a concretização deste trabalho e a trajetória do mestrado à minha família e aos meus amigos. Agradeço o apoio e tudo que sempre fizeram por mim. Por participarem da construção das minhas visões políticas e ideológicas e por compreenderem as utopias que carrego em relação a um mundo melhor. Igualmente agradeço ao meu companheiro Pietro, que suportou o melhor e o pior da fase de construção de uma dissertação, com fundamental amor e serenidade.

Minha gratidão também se dirige a todos os colegas e amigos que encontrei nestes dois anos de mestrado, com especial afeto à Luciana, ao Rogério e à Vânia, meus grandes parceiros de conversas e caronas. Foram vários momentos compartilhados e tenho a plena certeza que aprendi muito com vocês.

Por fim, agradeço, de igual forma, às duas escolas onde leciono atualmente: Escola Municipal Luiz Badalotti e Escola Municipal Jaguaretê. Neste agradecimento estão inseridas

as equipes diretivas destas instituições e a todos os meus colegas professores. Obrigada por compreenderem o momento específico que eu estava vivendo e obrigada pelas palavras de apoio, pois foram fundamentais para que eu continuasse.

Tenho a plena convicção de que este objetivo não teria sido alcançado sem esta rede de pessoas especiais que me cercaram.

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa realizada no jornal *Diário de Notícias* (RS), representante da grande imprensa, acerca das notícias e artigos sobre a Revolução Cubana veiculados entre 1957 e 1960. Nesse bloco temporal de quatro anos analisamos a recepção do processo revolucionário cubano e a imagem que este periódico difundiu sobre Cuba no Brasil. Também consideramos a produção de livros e artigos de intelectuais que trataram do tema da Revolução Cubana, da imprensa, das relações de Cuba com o Brasil e a América Latina, da influência exercida pelo processo cubano na luta política brasileira e internacional, e dos líderes revolucionários, como Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara, entre outros temas abordados ao longo dos anos em que o periódico destacou este processo. O objetivo deste trabalho é analisar o conteúdo do jornal *Diário de Notícias* referente à Revolução Cubana, a fim de conhecer as representações e interpretações que este periódico forneceu aos brasileiros, bem como a imagem que o jornal traçou da ilha caribenha e as polêmicas que foram suscitadas. Neste sentido, este estudo também busca identificar os processos de construção das imagens e afirmações referentes à Revolução Cubana, com o posterior estabelecimento de posicionamentos sobre o tema; analisar as motivações destes posicionamentos e descrições, caracterizar as ideologias presentes nos discursos do jornal, compreender os debates gerados no solo brasileiro acerca dos episódios vividos em Cuba e interpretar as possíveis repercussões daqueles acontecimentos na sociedade e cultura brasileiras. Portanto, analisamos alguns aspectos metodológicos combinados a resultados de pesquisas na imprensa. Mais do que fazer uma história comparativa, buscamos uma história conectiva, que vá além de elementos causais e de efeito e que trabalhe com vários mundos: o socialista soviético, o capitalista norte-americano e o latino-americano. Realizamos um breve histórico a respeito do jornal *Diário de Notícias* e, ao final do trabalho, analisamos as representações do periódico sobre diferentes aspectos do processo revolucionário, e como elas contribuíram para a construção da imagem da revolução na opinião pública brasileira.

Palavras-chave: Revolução Cubana. Jornal *Diário de Notícias* (RS). História. Imprensa.

ABSTRACT

This thesis is the result of a research carried out in the newspaper *Diário de Notícias* (RS), a representative of the major press, about the news and articles about the Cuban Revolution published between 1957 and 1960. In this four-year time block we analyzed the reception of the Cuban revolutionary process and the image that this newspaper spread about Cuba in Brazil. We also considered the production of books and articles by intellectuals who dealt with the theme of the Cuban Revolution, the press, Cuba's relations with Brazil and Latin America, the influence exerted by the Cuban process in the Brazilian and international political struggle, and the revolutionary leaders, such as Fidel Castro and Ernesto "Che" Guevara, among other topics addressed throughout the years in which the journal highlighted this process. The objective of this research is to analyze the contents of the *Diário de Notícias* newspaper about the Cuban Revolution, in order to know the representations and interpretations that this newspaper provided to the Brazilians, as well as the image that the newspaper traced of the Caribbean island and the controversies that were raised. In this sense, this study also seeks to identify the processes of construction of the images and affirmations referring to the Cuban Revolution, with the subsequent establishment of positions on the theme; to analyze the motivations of these positions and descriptions, to characterize the ideologies present in the newspaper's discourses, to understand the debates generated in the Brazilian soil about the episodes lived in Cuba and to interpret the possible repercussions of those events in Brazilian society and culture. Therefore, we analyze some methodological aspects combined with results of research in the press. More than making a comparative history, we seek a connective history that goes beyond causal and effect elements and that works with several worlds: the soviet socialist, the american capitalist, and the latin american. We make a brief history about the newspaper *Diário de Notícias* and, at the end of the paper, we analyze the representations of the journal on different aspects of the revolutionary process, and how they contributed to the construction of the image of the revolution in Brazilian public opinion.

Keywords: Cuban Revolution. Newspaper *Diário de Notícias* (RS). History. Pres

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 IMPRENSA: FONTE HISTÓRICA E INSTRUMENTO DE PODER	21
1.1 HISTÓRIA E IMPRENSA.....	21
1.2 IMPRENSA, IDEOLOGIA E SUAS FUNÇÕES HEGEMÔNICAS.....	27
1.3 IMPRENSA: INSTRUMENTO CULTURAL E MECANISMO DE PODER.....	33
2 AS TRAJETÓRIAS DA REVOLUÇÃO CUBANA E DO JORNAL <i>DIÁRIO DE NOTÍCIAS (RS)</i>	39
2.1 REVOLUÇÃO CUBANA CONTEXTUALIZADA.....	40
2.2 NOTÍCIAS: ASSIS CHATEAUBRIAND E SEU DIÁRIO.....	53
3 PALAVRAS QUE CONSTROEM UMA REVOLUÇÃO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES – 1957 E 1958	60
3.1 BOLETIM INTERNACIONAL.....	60
4 PALAVRAS QUE ESTABELECEM UMA REVOLUÇÃO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES – 1959 E 1960	76
4.1 BOLETIM INTERNACIONAL.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
LOCAL DE PESQUISA E FONTES	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o conteúdo do jornal gaúcho *Diário de Notícias*¹ sobre a Revolução Cubana no período de 1957 a 1960², a fim de responder à questão: como o jornal *Diário de Notícias* representou a Revolução Cubana? Neste sentido, buscamos observar as interpretações, representações e posicionamentos que foram veiculados e fornecidos aos brasileiros, bem como a imagem que o jornal traçou de Cuba e as polêmicas que foram apontadas. Ademais, pretendemos realizar a identificação dos processos de construção das imagens, afirmações e posicionamentos sobre a Revolução Cubana, considerando um contexto de Guerra Fria.

A escolha do tema em questão originou-se no interesse em estabelecer uma pesquisa voltada a um processo revolucionário específico e suas representações na imprensa brasileira, a partir das análises dos fatores que possibilitaram determinadas interpretações a respeito de uma revolução de cunho nacionalista em um mundo capitalista. Pelo fato de existir muita especulação sobre o sistema econômico cubano e de como vivia a população cubana no período em destaque, este processo revolucionário foi alvo de muita atenção por parte da imprensa. A escolha pela Revolução Cubana relaciona-se a motivações pessoais, de identificação com visões de mundo e posturas políticas voltadas à luta por um mundo onde os indivíduos se relacionem de forma mais justa e humana.

As informações veiculadas pela grande mídia alimentaram o senso comum da época e, inclusive, é interessante a verificação de que muitos indícios deste período persistem na forma como a ilha é retratada na imprensa brasileira atualmente, alimentando paixões e suscitando polêmicas. Além disso, há uma enorme dificuldade decorrente da polarização de opiniões geralmente associada à questão cubana. As relações de Cuba com o restante do continente americano é uma temática que costuma gerar pontos de vista discrepantes e antagônicos. Fatores como este tornam difícil uma interpretação histórica totalmente isenta de preferências e preconceitos ideológicos.

Ademais, consideramos o tema da Revolução Cubana através da visão da imprensa

¹ Este periódico, posicionado politicamente à direita, pertencente ao grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, foi o escolhido para esta pesquisa por sua expressividade pois, na década de 60, foi o segundo jornal mais lido entre os matutinos no Rio Grande do Sul.

² O primeiro, ano de grande turbulência em Cuba, com os primeiros focos da guerrilha que daria origem à tomada de Havana por Fidel; e os seguintes foram anos em que a revolução delimitava suas primeiras transformações estruturais, inclusive com episódios politicamente importantes.

muito interessante e encantador no que diz respeito à atualidade dos debates envolvendo questões como neutralidade e imparcialidade. Enquanto historiadores e outros pesquisadores dos movimentos e processos revolucionários preocupam-se em investigar as fontes de forma crítica e técnica, determinados meios de comunicação, que carregam em si as marcas de relações com grupos econômicos discursam ao grande público como defensores dos interesses da sociedade como um todo, assumindo para si a função de porta-vozes de opiniões e escolhas. Neste sentido, compreendemos que a divulgação da origem de determinadas interpretações e leituras realizadas na contemporaneidade acerca da Revolução Cubana, encontra-se no estabelecimento da imprensa enquanto empresa defensora de determinadas visões de mundo e de alianças com os grupos econômicos.

O estudo da Revolução Cubana a partir desta produção jornalística significa mudar a perspectiva que tradicionalmente visa afirmar o que ocorreu em Cuba, e buscar uma abordagem diversa, que possa refletir como a imprensa mostrava o que ocorria em Cuba, como entendia aquele fenômeno, e como achava que aquele processo poderia modificar de alguma forma a sociedade e a vida no Brasil. Esta pesquisa compreende, portanto, muito mais a história das expectativas e dos efeitos, do que propriamente a história dos acontecimentos.

A clareza no que diz respeito à produção dos conteúdos é um aspecto que necessita estar presente em pesquisas com a imprensa, pois precisamos considerar os elementos subjetivos não só do jornalista que produz determinada informação, mas também do pesquisador que se debruça sobre esta fonte/objeto. A definição metodológica buscou atender a uma demanda que não permanecesse somente no conteúdo escrito, isto é, que se voltasse também à diagramação do jornal, às suas configurações e à materialidade do impresso, como elementos que geralmente passam “isentos” quando só o texto é analisado³. Neste processo, é possível perceber as primeiras diferenças envolvendo o destaque fornecido a determinadas matérias em detrimento de outras. Algumas posturas do periódico são indícios para a observação, constituindo análises que, sistematicamente acumuladas, podem revelar o posicionamento político do periódico e quais estratégias utilizou para defender suas ideias. Conforme Tânia Regina de Luca,

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como

³ Um exemplo disso ocorre com as notícias que se referem a Cuba como representante do “mal”, recebendo desaprovações dos demais países, servindo de estampa para as capas do jornal; por outro lado, o apoio à ilha era noticiado, de maneira estratégica, discretamente nas páginas internas.

para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas (LUCA, 2005, p. 140).

Desta forma, este aspecto metodológico da análise em questão se refere ao contato com as fontes e a impossibilidade de nos determos somente à temática a ser pesquisada, tornando-se necessário realizar uma “Leitura Flutuante”, segundo Laurence Bardin⁴. Nesta pesquisa, a seleção das fontes ocorreu durante a chamada pré-análise⁵, quando foi estabelecido o recorte temporal a ser investigado. Ao realizarmos uma pesquisa que tem como proposta de trabalho examinar as relações entre História e Imprensa, destacamos a necessidade e a importância de dialogar com outras disciplinas que possam fornecer perspectivas qualificadoras e ampliadoras das condições destas análises. Destacamos, neste caso, a Comunicação Social e a Sociologia, cientes, no entanto, das dificuldades de estabelecermos apropriações teóricas de outras áreas do conhecimento.

O limite temporal de investigação selecionado para esta pesquisa inicia no final da década de cinquenta, até o primeiro ano da década de sessenta. A justificativa e a explicação da importância destes eventos para a análise são facilmente compreensíveis se considerarmos que exatamente no período selecionado o mundo todo vivia sob uma perspectiva de grandes tensões bélicas. A Revolução Cubana produz um ponto de tensionamento inédito em uma fase em que tanto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) quanto Estados Unidos (EUA) intensificavam os conflitos originados na Guerra Fria.

No ano de 1959, o grupo liderado por Fidel Castro conquistou o poder em Cuba, enquanto o presidente Fulgêncio Batista, vendo que perdeu o controle da situação, foi obrigado a fugir do país nas primeiras horas de 1º de janeiro. No entanto, os EUA se veem desagradados com as medidas governamentais adotadas pelos guerrilheiros após assumirem o poder. O sentimento de prejuízo foi sentido pelos norte-americanos, que possuíam inúmeros investimentos na ilha e teriam que conviver com a nacionalização de todas as empresas, indústrias, refinarias, usinas, entre outras aplicações.

Diante deste debate, inúmeros países foram envolvidos, principalmente com a função de mediadores e, nesse sentido, o envolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU),

⁴ Primeiramente, é necessário entrar em contato com a documentação a ser analisada e conhecer o texto, absorvendo orientações e impressões. Neste estágio de “leitura flutuante”, que aos poucos se torna cada vez mais precisas, emergem as hipóteses, se projetam as teorias adequadas ao documento e as técnicas são aplicadas conforme cada material (BARDIN, 1977, p. 96).

⁵ Etapa de organização objetivando sistematizar e operacionalizar as reflexões iniciais, encaminhando um esquema definido para desenvolver as atividades seguintes, conforme um plano de análise (BARDIN, 1977, p. 95).

da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da América Latina foram sempre questões presentes nas matérias jornalísticas. Diante da forte disputa entre URSS e EUA, torna-se cabível supor que a imprensa possa ter produzido grande quantidade de material voltado à cobertura dos eventos relacionados ao embate entre capitalismo e comunismo. Neste sentido, as notícias, as colunas e as reportagens são os locais de análise para esta pesquisa.

O presente trabalho integra-se a um movimento crescente na historiografia brasileira: o emprego de jornais enquanto fonte de pesquisa e a utilização do texto – ou o discurso do jornal – como objeto de pesquisa. Até a década de 1960, os periódicos eram utilizados também como fonte objetivando simplesmente comprovar os argumentos apresentados pelos historiadores. No entanto, seu emprego não era disseminado, pois considerava-se que, através dos periódicos, se faziam registros fragmentários do presente, produzidos por meio do impulso de paixões, interesses econômicos e compromissos políticos. “Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA, 2005, p. 112).

A partir da década de 70, inicia-se uma orientação no sentido de conceituar o jornal não unicamente como fonte, mas também como objeto. Evidenciam-se, nesta fase, as produções de Maria Helena Capelato (1989) e desta com Maria Lígia Prado (1980), como um legado nas pesquisas consideradas exemplares sobre imprensa e ideologia. Estas obras se caracterizam pela concepção de que os periódicos se constituem enquanto um espaço de produções e não como reflexo do real. Este lugar social ocupado pela imprensa tem como condicionantes os mecanismos sociais vigentes em determinada época, bem como os interesses de quem comanda o empreendimento jornalístico – proprietário, redator, repórter – fornecendo uma subjetividade a suas práticas.

Essas novas análises são motivadas pela alteração no entendimento do conceito de documento, apresentada pela chamada *Nova História*, com a adição de fontes visuais e orais. Tal mudança gerou a compreensão de que todo documento resulta de uma construção – seja ela consciente ou inconsciente – da sociedade no qual é produzido, como consequência de relações de conflito entre forças que buscam a imposição de uma imagem da realidade que atenda a determinados interesses. Devemos considerar, ademais, outros elementos que indicam trajetórias no sentido da utilização dos jornais como fonte de pesquisa. Entre eles, estão algumas linhas de investigação que possibilitem aberturas para tendências como a História Cultural e a História Política.

A ampliação das pesquisas relacionadas à imprensa foi notável, gerando uma

multiplicação de artigos e livros, trazendo biografias de jornalistas e também diversos estudos de temas correlatos. No caso do Rio Grande do Sul, o mesmo processo ocorre em circunstâncias espaço-temporais semelhantes ao restante do país. Cláudio Pereira Elmir (1995) destaca a importância de “ter presente que nós pesquisadores não somos os leitores-modelo do jornal. Nós somos leitores empíricos de um jornal que teve outros leitores empíricos no momento em que ele circulava” (p. 22). Este autor trata especificamente da questão complexa de se trabalhar com os jornais como fonte, iniciando sua explanação lembrando que

A imprensa não informa história, simplesmente. Se fosse assim, a história enquanto campo de investigação precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelos jornais. E quem já não pensou em retirar das páginas de um periódico os elementos necessários para reconstituir um momento da história? (ELMIR, 1995, p. 21).

Ao apresentar algumas particularidades da prática historiográfica que utiliza as fontes jornalísticas como elemento principal, Elmir identifica a necessidade de tomar certos cuidados com as possíveis abordagens:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos ao pegar o Correio do Povo, a Zero Hora, ou a Folha de São Paulo, todos os dias em nossa porta (ELMIR, 1995, p. 19).

Elmir também faz um alerta a respeito da importância do cruzamento entre as fontes jornalísticas e outras formas de fontes, sejam elas bibliográficas ou não, evitando que o texto do jornal se apresente enquanto uma cópia fiel do passado. É necessário que o conteúdo do periódico seja compreendido como apenas uma das diversas leituras e das interpretações possíveis a respeito de determinados eventos. Neste sentido, a análise da trajetória da imprensa nacional assume a função de indicar os caminhos adotados por um país (ELMIR, 1995, p. 22). A imprensa enquanto objeto de trabalho do pesquisador está fortemente relacionada à definição que é feita ao *acontecimento*. Neste sentido, segundo Pierre Nora, o acontecimento só irá se constituir através da imprensa quando esta selecionar este acontecimento, fornecer a ele sentido e valor e direcioná-lo a um público específico através da publicização: “a publicidade é a lei de bronze do acontecimento moderno” (NORA, 1976, p. 186). É neste contexto que os campos jornalístico e historiográfico entram em diálogo e a oferta de determinados conteúdos ao público é feita por ambos. Marialva Barbosa (2007) aponta:

A primeira aproximação está mesmo na atividade de seleção, privilégio tanto do historiador quanto do jornalista. Os meios de comunicação, ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ou não ser notícia, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo estão, na verdade, procedendo a criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, são eles próprios criadores do acontecimento. E, dessa forma, constituem uma memória privilegiada do presente que vai ser objeto de análise do historiador num futuro. Os impressos são, sobretudo, documentos e como tal *monumentos da memória* (p. 87).

Desta forma, a presente discussão exige a definição do conceito de “imprensa”. Diante disso, destacamos o apontamento de Capelato (1980):

Instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (p. 19).

Considerando discussões tão fortemente relacionadas com os instrumentos ideológicos de poder, torna-se imprescindível a definição do conceito de “ideologia”. Assim sendo, destacamos as contribuições de Marilena Chauí, de Eni Orlandi e de Michel Pêcheux, alertando que este conceito será aprofundado e discutido ao longo do trabalho. Para Chauí:

A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias) (CHAUÍ, 2001, p. 88).

Segundo Orlandi a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”, com o papel de “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2001, p. 46). Para Pêcheux (1966) a ideologia opera “ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de *verdades 'subjetivas' evidentes*, com o 'subjetivas' significando, aqui, não 'que afetem o sujeito', mas 'em que o sujeito se constitui’” (p. 148).

Diante desta perspectiva, a imprensa não pode ser considerada neutra, ou seja, responsável unicamente pela reunião das informações cotidianas e sua posterior transmissão aos ouvintes, telespectadores e leitores. Não obstante, sendo um mecanismo de intervenção em variados âmbitos da vida, diretamente relacionada ao contexto temporal em que se insere e nas esferas em que se faz presente – econômica, cultural, política, entre outras - é possível visualizar seu interesse em defender determinadas posições. Com forte atuação nos processos sociais e políticos, a imprensa de cada época busca construir a “consciência coletiva” de acordo com seus interesses e valores, sinalizando uma orientação ao público e ao seu comportamento. Neste sentido, Émile Durkheim parte exatamente do conceito de consciência

coletiva em direção às representações.

O conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado, que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de *consciência coletiva ou comum*. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela está, por definição, difusa em toda extensão da sociedade. [...] Com efeito, ela é independente das condições particulares onde os indivíduos se encontram; eles passam e ela continua. [...] Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, assim como os tipos individuais ainda que de outra maneira. [...] As funções jurídicas, governamentais, científicas, industriais, em uma palavra, todas as funções especiais são de ordem psíquica, uma vez que elas consistem em sistemas de representações e de ações: contudo elas estão evidentemente fora da consciência comum (DURKHEIM, 1999, p. 81).

Diversos estudos e pesquisas buscaram desconstruir a imagem de que os periódicos são meios utilizados para difundir informações de forma neutra, pois possuem uma posição e buscam defendê-la. Contudo, a defesa de determinada postura não é executada de forma explícita. Francisco Rüdiger aponta que em situações de grandes rupturas, especialmente no decorrer da década de 30 e de 50⁶, o jornalismo apresentou seu caráter político de forma disfarçada, com informações amenas e, apesar disso, foi o suficiente para formar a opinião pública. O denominado “jornalismo informativo” continua presente, contudo a opinião permanece, agora camuflada por mudanças em seu formato (RÜDIGER, 1998, p. 66).

Luca aponta a importância da profissionalização do trabalho jornalístico sem, contudo, deixar de reforçar que o caráter de opinião e de intervenção na vida pública se mantinham. A historiadora destaca também que a principal mudança

residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação. Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a “verdade dos fatos”. Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico e cultural (LUCA, 2005, p. 138).

Ao tomar posições, o periódico torna-se um mecanismo ideológico, como destaca Gérson Wasen Fraga. Segundo ele, na fase em que os periódicos se estabelecem como grandes empresas, assumem a função de propagar e divulgar os ideais da classe dominante. Concentrando este poder em um grupo homogêneo – concorrente dos veículos de informação de menor expressão – esta grande imprensa institui relações de controle, é local de privilégio na ação de formatar e acessar a opinião pública, e age como um precioso aparelho para manter a ordem socioeconômica vigente.

⁶ A década de 30 apresenta o advento do Estado Novo; enquanto na década de 50, ocorre o suicídio de Getúlio Vargas.

[...] os grandes jornais têm na conservação das estruturas nas quais se inserem, um limite bem demarcado, o qual não ultrapassam sob pena de entrar em contradição com sua condição de agentes de representação de interesses e intervenção na vida social. Assim, eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social instituída (FRAGA, 2004, p. 25).

Os aspectos pedagógicos da imprensa também fazem parte dos apontamentos de Fraga (2004), através da compreensão do periódico enquanto instrumento para *educar* a opinião pública através das manifestações no conteúdo de suas páginas. Desta forma, o trabalho da imprensa parte de intencionalidades relacionadas a conceitos que carregam juízos de valor e que se restringem a duas únicas abordagens fechadas e conflitantes entre si, isto é, verdade *versus* mentira, civilização *versus* barbárie, bem *versus* mal. Nesse sentido, as informações são utilizadas como um dispositivo capaz de intervir na vida social e como um produto atraente para o mercado formado pelos leitores, de forma a doutrinar esse público. É possível manipular e modelar a opinião pública, criando uma realidade que atenda a determinados interesses, apoiando-se nos argumentos da neutralidade e da imparcialidade políticas.

Os grandes órgãos da imprensa empregam recursos visuais voltados a ressaltar o que pretende ser veiculado. Lançando as bases e consolidando determinados valores na sociedade, os periódicos de maior disseminação e abrangência se comportam como “veículos formadores de opinião pública”, forjando a construção de representações e sentimentos, como por exemplo o patriotismo, o nacionalismo, o anticomunismo (FRAGA, 2004, pp. 29-32). A grande imprensa – conceito formulado por Nelson Werneck Sodré - além de ser instrumento de intervenção na vida social, também é capaz de atuar segundo uma lógica de mercado própria pois, estruturalmente, se tratam de empresas. Como objetivo fundamental da imprensa, a informação apresenta a condição tanto de instrumento quanto de produto, agindo sobre o leitor como mecanismo de sedução e influência em sua percepção diante da realidade (FRAGA, 2004, p. 33).

Conforme Sodré,

a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista [...] - é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da atividade da imprensa (SODRÉ, 1999, p. 1).

No Brasil, esse movimento é perceptível a partir do advento da República, da ascensão da burguesia e do incipiente desenvolvimento do processo capitalista no território nacional,

culminando na formação da “grande imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 215). Estas empresas que conquistavam maior influência e se inseriam em uma fase moderna do jornalismo, apresentavam uma tendência a fragmentar o espaço disponível conforme as diversas temáticas que surgiam. Ainda segundo Sodré, o início do século XX foi o palco da substituição dos jornais estruturalmente mais simples pelas grandes empresas do jornalismo, com seus equipamentos gráficos condizentes ao papel a que estavam dispostas a cumprir (SODRÉ, 1999, p. 275).

Conforme Rüdiger, este processo foi sentido especialmente no interior do país, quando os pequenos periódicos perderam o poder de competir com as empresas jornalísticas modernas presentes nas maiores cidades (p. 73). Robert Darnton também analisa a fragmentação do espaço jornalístico segundo a lógica da organização temática:

Talvez seja equivocado falar em *o público* como se fosse uma entidade dotada de sentido, assim como não cabe, segundo os estudos de divulgação, pensar numa audiência de *massa*, composta por indivíduos atomizados e indiferenciados. A direção do *The Times* admite que seus leitores constituem grupos heterogêneos: donas de casa, advogados, professores, judeus, suburbanos e assim por diante. Ela calcula que determinados grupos lerão determinadas partes do jornal, e não que um hipotético leitor geral vá ler tudo. Assim, ela estimula a especialização entre jornalistas [...]. Uma sociologia séria do jornalismo deveria traçar a evolução das áreas e o aumento das especializações (DARNTON, 1990, p. 81).

É importante reiterar que, ao assumirem o caráter de empresas, estas instituições estabelecem uma estrutura e uma sistemática específicas, com recursos e equipamentos relacionados à atividade gráfica nos setores em que a divisão do trabalho possa ocorrer. O conjunto da grande imprensa passa, então, a realizar a gradual alteração do folhetim para o método de colunas e, posteriormente, o estabelecimento das reportagens em um ambiente de propagação dos arranjos do capitalismo e a emergência de abordagens temáticas, como as notícias policiais e os esportes (SODRÉ, 1999, p. 239).

Uma necessária distinção entre os termos “jornalismo” e “imprensa” é apresentada por Rüdiger, que relaciona o jornalismo às práticas cotidianas, como rotina, agentes, suportes, tecnologia e linguagem. Para ele, diversos tipos de imprensa foram estabelecidos, mas isso não significou, obrigatoriamente, a formação de um conseqüente jornalismo. Por sua vez, o jornalismo não seria um simples instrumento, contudo seu objetivo é utilizar as suas informações na formação da opinião pública (RÜDIGER, 1998, pp. 7-8). Ademais, segundo Rüdiger, ao se revestir dos meios de esclarecimento social ou de manipulação, o jornalismo é uma forma de poder condicionada à questões ditadas por cada época (RÜDIGER, 1998, p. 81).

Conforme Benedict Anderson, ocupando uma função essencial no estímulo aos diversos elementos fundamentais e necessários ao desenvolvimento do sentimento nacionalista, a imprensa incentiva um idioma comum e produz uma sensação de comunidade. Partindo da veiculação de um mesmo exemplar constituído pelo mesmo conteúdo para toda a sociedade, de forma padronizada e única, o leitor passa a fazer parte – ou se sente membro – de uma comunidade imaginada.

Dessa perspectiva, o jornal não passa de uma *forma extrema* do livro, um livro vendido em escala imensa, porém de popularidade efêmera. Poderia dizer-se que são *best-sellers* por um só dia. A obsolescência do jornal no dia seguinte ao de sua impressão [...] cria, no entanto, exatamente por essa razão, esta extraordinária cerimônia de massa: o consumo (*o imaginar*) quase que exatamente simultâneo do jornal como ficção. Sabemos que determinadas edições matinais e vespertinas serão esmagadoramente consumidas entre tal e tal hora, apenas neste dia e não em outro [...]. Contudo, cada um dos comungantes está bem cômescio de que a cerimônia que executa está sendo replicada, simultaneamente, por milhares (ou milhões) de outros, de cuja existência está seguro, embora sobre cuja identidade não possua a menor ideia. Mais, ainda, essa cerimônia é interminavelmente repetida a intervalos de um dia, ou de meio dia, ao correr do calendário. Como se poderia representar ilustração mais vívida para a comunidade imaginada historicamente cronometrada? Ao mesmo tempo, o leitor de jornal, vendo réplicas exatas de seu jornal sendo consumidas por seus vizinhos do metrô, da barbearia ou de sua casa, sente-se permanentemente tranquilo a respeito de que o mundo imaginado está visivelmente enraizado na vida cotidiana (ANDERSON, 1989, p. 41-42).

As empresas constituintes da grande imprensa partem em defesa dos grupos econômicos de maior poder, ou seja, possíveis anunciantes, viabilizando a aquisição de equipamentos gráficos mais modernos para os periódicos. A associação entre a imprensa e estes grupos, proporciona a obtenção dos recursos necessários para a sobrevivência dos periódicos. Na mesma proporção, seus interesses são defendidos – mesmo que de forma inconsciente – fazendo uso de uma aparente neutralidade política. A concepção da imprensa como um veículo de transmissão de informações dotado de interesses e posicionamentos, assim como um aparelho que permite manipular vantagens e produzir manifestações na vida social, evidencia o caráter empresarial deste segmento. Sendo assim, sua administração é gerida pelos fundamentos da lucratividade e baseada na prática de um jornalismo capaz de formar a opinião pública.

Portanto, o primeiro capítulo da dissertação será voltado às questões teóricas, iniciando com o referencial teórico, esclarecimento da metodologia, tratamento das fontes e a função social da imprensa. Neste sentido, este capítulo de abertura volta-se ao entendimento do jornal selecionado enquanto fonte, buscando examinar as funções assumidas e exercidas pela imprensa. A atividade jornalística é esmiuçada a fim de compreender os processos que

levam determinados grupos a incorporarem, em suas práticas, uma imprensa voltada a tornar-se um instrumento de poder no interior das sociedade onde atua.

O capítulo 2 examinará as questões internacionais, com abordagens sobre a história cubana e sobre a trajetória do jornal *Diário de Notícias*. Uma breve e objetiva contextualização dos caminhos percorridos por Cuba e pela Revolução fazem parte deste momento do trabalho. As relações de Cuba com os Estados Unidos, com a América Latina e, posteriormente, com a União Soviética trazem à tona uma série de conflitos, alianças, rupturas e acordos, que aos poucos vão traçando as margens do processo revolucionário, marcado por transformações que geraram impactos não só no continente americano, mas em todo o planeta.

Posteriormente, o capítulo 3 contém as análises dos anos de guerrilha – especificamente 1957 e 1958 - interpretados e representados pelo jornal. O capítulo 4, por sua vez, apresenta os dois anos seguintes: 1959 e 1960, período de estabelecimento da Revolução. A análise do Boletim Internacional destes quatro anos dedica-se às páginas que veiculam temáticas referentes aos acontecimentos internacionais e seus efeitos na política nacional. Estes capítulos de apresentação das fontes pretendem analisar a aplicação dos discursos e das imagens da Revolução Cubana nas páginas do jornal cotidianamente.

Por fim, o encerramento dedica-se às considerações finais, à análise dos resultados e às conclusões.

1 IMPRENSA: FONTE HISTÓRICA E INSTRUMENTO DE PODER

As reflexões que emergem das páginas dos jornais remetem à análise da própria imprensa, bem como a sua atuação nos diversos contextos e conjunturas históricas, inclusive acerca da atividade jornalística. Há também uma preocupação com as dimensões teórico-metodológica de pesquisa e análise histórica da imprensa e suas relações com outras dimensões da sociedade. A demonstração do desenvolvimento da pesquisa em diferentes espaços do campo social articulado pela comunicação impressa, sinaliza a importância crucial dos jornais constituintes do que se entende por “grande imprensa” e diversifica o trabalho de pesquisa com a abrangência das mais variadas publicações.

A pesquisa nestes diferentes materiais proporciona visibilidade a um grande repertório de instigantes indagações relacionando-as a campos essenciais da reflexão histórica, como as relações entre imprensa, poder e a configuração dos sistemas políticos em diversas situações; a imprensa atuando como um espaço de mobilização, difusão e generalização de variados projetos, valores e construções de personagens e grupos que disputam e afirmam suas hegemonias no decorrer das conjunturas históricas.

1.1 HISTÓRIA E IMPRENSA

A presente pesquisa tem como desafio a análise histórica do noticiário do jornal gaúcho *Diário de Notícias* a respeito de um processo político internacional: a Revolução Cubana, que ocorreu em 1959. Na configuração de diferentes áreas de pesquisa do pensamento social brasileiro nas últimas décadas e, particularmente, no campo da historiografia, é crescente a presença de estudos sobre a imprensa e/ou que fazem uso de jornais e outras publicações periódicas como principal fonte de pesquisa. Tais estudos, desenvolvidos sob a ótica de diferentes abordagens e procedimentos metodológicos, abrem-se para inúmeros campos teóricos.

Cientes da importância crucial dos meios de comunicação de massa, a reflexão sobre a comunicação social e sua relação com os eventos históricos tornam-se um campo interdisciplinar estratégico para a compreensão da vida contemporânea. Diante disso, é essencial nos posicionarmos de forma crítica diante da imprensa enquanto fonte

historicamente construída, de acordo com a observação de Maria Helena Capelato (1988):

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata *imprensa* se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (p. 21).

Visto que a produção dos periódicos é realizada por indivíduos munidos de consciência diante de suas práticas sociais, a imprensa deve ser aplicada como fonte histórica partindo de uma problematização teórica acerca de sua intervenção na sociedade. Embora inúmeros jornais e outros meios de comunicação façam a defesa incisiva da imparcialidade, é notável a dificuldade em alcançá-la e, podemos dizer, a impossibilidade de conquistá-la.

Durante muito tempo, a disputa entre teorias levou os historiadores a conceber a imprensa parcial como algo previsto, o que impossibilitaria que esta fosse considerada uma fonte histórica de credibilidade. Isto se deve ao fato de até mesmo os documentos considerados oficiais não figurarem como fontes inegavelmente confiáveis para o trabalho do historiador.

É em função da vida que se interroga os mortos. Compete, pois, ao historiador fazer reviver as personagens do passado, procurando entendê-las na sua época. Com essa nova postura, a história morta cede lugar a uma história viva que se propõe, como meta, captar as transformações dos homens no tempo. A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite compreender como viveram nossos antepassados – não só os “ilustres” mas também os sujeitos anônimos (CAPELATO, 1988, p. 20).

A historiografia atual parte da concepção que toda fonte histórica deve ser questionada, problematizada e criticada. Estas questões precisam estar presentes, uma vez que nenhuma modalidade de documento é construída em situações desprovidas de debates e conflitos. Partindo destas análises, a imprensa foi reavaliada enquanto objeto da história e também como fonte. As perguntas passaram a girar em torno do questionamento que pode ser feito diante das fontes impressas, buscando obter outra visão sobre aspectos do passado histórico. Diante disso, ao emprendermos uma pesquisa em um periódico, precisamos examinar e compreender como é a intervenção deste jornal na sociedade, bem como quem são os editores e proprietários, quais os objetivos apontados e os caminhos da linha política da empresa.

Nestas relações, podemos destacar o campo da História da Imprensa. Este, busca reconstruir o processo histórico dos órgãos de imprensa determinando suas principais

características e atuações em um determinado período. Devemos notar que, no caso de realizar uma pesquisa histórica utilizando-se da imprensa enquanto fonte, é necessário considerar os pressupostos de uma análise da história da imprensa, pois é impossível tomá-la como fonte de estudo sem conhecer sua trajetória, seus posicionamentos políticos, suas vinculações e outros fatores determinantes. Nesse sentido, devemos lembrar que na imprensa a apresentação de notícias não é mera repetição de ocorrências e registros, nem causa direta dos acontecimentos. As informações são dadas seguindo os critérios e atitudes próprias de cada veículo.

Não buscamos informação histórica a respeito de Cuba ao aplicar como fonte o *Diário de Notícias* nessa pesquisa. São inúmeros os trabalhos históricos sobre a Revolução Cubana, e estes teriam grande utilidade ao pesquisador em uma nova composição dos fatos. O periódico gaúcho foi considerado uma fonte de pesquisa e também objeto desta pesquisa, bem como um local de exposição das interpretações que se transformavam em senso comum no espaço social brasileiro a respeito da Revolução Cubana. No entanto, é necessário esclarecer que o conteúdo do jornal não se tornou integralmente um elemento do senso comum, ou ainda que o leitor tenha sido impregnado de forma desmedida pelas informações que circularam na imprensa, se consolidando como um dogma para as massas. Contudo, não podemos negar a função executada pela mídia na disseminação da ideologia dominante.

Consideramos um desafio a análise da repercussão causada por um acontecimento social de um país em outros, pois existem diversas fontes registrando a mesma informação de formas diferentes, bem como o elemento emocional que, na maior parte das vezes, não é documentado. É possível que a lógica universal e global do sistema capitalista permita o entendimento da grande difusão, presença e impacto internacional da Revolução Cubana. Esse panorama de análise, que se associa à noção de que os fenômenos históricos demandam ser investigados partindo das inúmeras relações que constroem com outros diversos aspectos do sistema e do mundo, sem depender da expressividade de um espaço determinado, também insere a importância da análise destes mesmos fenômenos e fatos como pontos de uma duração histórica longa. Envoltos neste horizonte, o impacto de um fato localizado no tempo e no espaço pode esclarecer a existência de ligações entre várias frações do mundo entre si.

Na análise do noticiário de um jornal de grande circulação como fonte histórica, é necessário observarmos que os embates de ideologias que se encontram no conteúdo dos periódicos se apresentam, por um lado, com o encobrimento de determinados fatos históricos rotineiros, que poderiam ser essenciais para a construção de diferentes perspectivas,

antagônicas àquelas expostas pelo jornal; e, por outro, com a ênfase desmedida a acontecimentos e assuntos previamente escolhidos. Isto posto, a imprensa desenvolve um cenário social e político para os leitores, um ambiente conduzido por omissões e, mais que isso, aprovações excessivas de fatos específicos, como sistematizou Fraga:

Desta forma, entendemos que os grandes jornais, compreendidos enquanto instrumentos de manipulação e intervenção, atuam dentro de uma lógica de ocultação e imposição de perspectivas sobre a realidade; buscam a uniformização do pensamento através da atribuição de valores e adjetivações àquilo que é mostrado, operando não somente na criação de fatos para a opinião pública, mas também de interpretações sobre o mundo (FRAGA, 2004, p. 15).

Fraga também destaca que a compreensão de uma “grande imprensa escrita” começa a “se delimitar a partir do momento em que o jornalismo de cunho político-partidário cede lugar para uma outra forma de jornalismo, composto por grandes empresas que obedecem a uma lógica industrial de produção e estão ligadas à ascensão da burguesia” (FRAGA, 2004, p. 14). Essa modificação se realizou no início do século XX, com ênfase nos maiores centros urbanos. Rüdiger define o tempo e espaço em que essa transformação é confirmada – no caso dos periódicos porto-alegrenses – passando de um caráter inicial político-partidário em direção a um veículo de informação, no decorrer da década de 1930. Entretanto, as duas formas atuam como mecanismos interventores nos processos sociais e como um instrumento ideológico eficiente (RÜDIGER, 1998, p. 70). Para Sodré,

a imprensa artesanal vivia da opinião dos seus leitores e buscava servi-la; na imprensa industrial já isso não acontecia, o jornal dispensa, no conjunto, a opinião dos leitores a passa a servir aos anunciantes, predominantemente. A diferença é progressiva e existe uma relação dialética entre a imprensa e o público (SODRÉ, 1999, p. 13).

Além de estar relacionada aos ideais da classe dominante, a imprensa também se comporta enquanto elemento dominante. Seu sentido é preservar um domínio ideológico também diante da concorrência. A jornalista Márcia Benetti indica que ao refletirmos a respeito do discurso de gênero jornalístico, a direção apropriada é no sentido de uma perspectiva da comunicação, posto que os gêneros do discurso “são mais do que gêneros 'de texto', pois estão associados a condições específicas de produção, circulação e interpretação”, bem como “da comunicação 'construída', elaborada e institucionalizada”, diretamente associados com a linguagem, um gênero secundário. De acordo com Benetti, “um discurso é essencialmente uma prática [...], se modifica ao longo do tempo e reflete as características da própria sociedade que o torna possível” (BENETTI, 2008, p. 81).

Os aspectos citados, interligados, fazem relação a uma interpretação que concebe a imprensa como instrumento de interferência na vida social, dominando e influenciando interesses, comprometida com uma ideologia e, dessa forma, defensora das classes dominantes segundo a tendência política e o regime em vigor, preservando o conservadorismo característico da referência de direita, a partir de uma perspectiva do capitalismo. Dirigindo-se aos “pesquisadores de jornal”, Elmir chama a atenção: “devemos fazer uma 'leitura intensiva' destes jornais e não uma 'leitura extensiva’” (ELMIR, 1995, p. 21). Segundo ele, o historiador precisa alcançar a “regularidade” ao manusear sua fonte, de modo que não ocorra o embasamento pautado em um único fragmento, separado do cenário integral da publicação, influenciando a investigação do trabalho: “em pesquisa com o jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não conhecimento do erro; ainda que não seja toda a garantia” (ELMIR, 1995, p. 23).

Além de ser um desafio, esta postura diante do jornal carrega algumas problematizações, pois pode ser questionável devido à possibilidade ou não de realizá-la, exatamente pela citada “leitura intensiva”. Contudo, é necessário definir o que envolve a leitura intensiva, bem como de que maneira deve ser elaborada, e como comprovar sua concretização. Elmir demonstra que “ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo de experiência da leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal” (ELMIR, 1995, p. 24). É essencial a compreensão de que os pesquisadores não são os “leitores ideais” do periódico: não é exigido que diferenciem o falso e o verdadeiro, mas que tenham cautela para evitar a conversão de “textos objeto de nossa análise em instrumentos de nossos pretextos” (Idem) e, por fim, que é essencial o uso de fontes diversas para evitar o direcionamento de resultados. Além disso, é importante atentar que o trabalho com a fonte periódica demanda cuidados específicos, considerando sua estrutura, materialidade e conteúdo sujeitos à problematização. Não podemos esquecer ou perder de vista que a matéria-prima da pesquisa é de âmbito opinativo e carrega uma perspectiva específica.

Em relação à materialidade dos impressos, Luca destaca a importância de perceber que a grande variação na aparência, é consequência de uma interação entre métodos de impressão acessíveis em determinado contexto e o lugar social ocupado pelos jornais.

[...] nas páginas dos exemplares inscreve-se a própria história da indústria gráfica, dos prelos simples às velozes rotativas até a impressão eletrônica. O mesmo poderia ser dito em relação ao percurso das imagens, que se insinua de forma tímida nos traços dos caricaturistas e desenhistas e chega a açambarcar o espaço da escrita com a fotografia e o fotojornalismo. Páginas amareladas que também trazem as marcas

do processo de trabalho que juntou máquinas, tintas, papel, texto e iconografia, fruto da paciente ordenação do paginador e da composição manual e caprichosa de cada linha do texto pelo tipógrafo, passando pelos ágeis operadores das linotipos e, agora, pelos meios digitais. É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras. Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos (LUCA, 2005, p. 132).

Jornais são obras coletivas, iniciativas que agregam uma composição de sujeitos, tornando esses projetos abrangentes, pois reúnem indivíduos voltados às mesmas crenças, valores e ideias que se intencionam transmitir, partindo da linguagem da palavra escrita. Neste sentido está a importância da identificação cuidadosa da linha política e do seu grupo responsável, do estabelecimento dos colaboradores mais frequentes, e da atenção para a seleção dos títulos e textos do programa. Estes elementos se referem a expectativas e intenções, bem como fornecem sinais relacionados à leitura de passado e visão de futuro aceita e reproduzida por seus defensores. Desta forma, os jornais contam com um projeto político, exposto cotidianamente ao leitor e, portanto, é um engano acreditar que o conteúdo do jornal, bem como sua “missão” sejam simplesmente informativos.

O uso do jornal *Diário de Notícias* necessita que levemos em conta seu posicionamento político, a distribuição interna das notícias e o momento político no qual se encontrava o Brasil. A Revolução Cubana exerceu um notável impacto sobre a opinião pública mundial, sendo acompanhada com bastante interesse pela imprensa brasileira, principalmente pela dimensão política do evento. Nesse período, os jornais se apresentavam como espaços privilegiados para o debate dos problemas nacionais e para a formação da opinião pública, além de essencial fonte para o acompanhamento das questões externas. Assim, o impacto dos acontecimentos internacionais no *Diário de Notícias* possibilita compreender as adversidades do período, não somente pertencentes ao episódio estudado, mas também em relação a cultura política que organiza, constrói e seleciona um contexto em que o “evento” esclarece os conflitos políticos, ideológicos e sociais, tanto no âmbito local como internacional.

1.2 IMPRENSA, IDEOLOGIA E SUAS FUNÇÕES HEGEMÔNICAS

Destacamos o apontamento de Orlandi que compreende a ideologia enquanto uma “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 46). Percebemos, desta forma, como a noção de ideologia envolve tanto o condicionamento quanto a liberdade. Ela pode ser concebida como uma condição, mas também como um processo e, acima disso, como uma condição dada por um processo que a modifica. De acordo com Luiz Roberto Lopez (1999) os ideólogos da classe dominante possuem o papel de formular as ideologias sociais. Segundo este historiador, as características fundamentais da ideologia são a autonomia, a imparcialidade e a universalidade. A ideologia assume uma forma de autonomia no pensamento, considerando que os indivíduos desconhecem a essência de sua criação. A imparcialidade é resultado do fato de que, em sua aparência, a ideologia não expressa os interesses de uma classe ou grupo específicos. A universalidade refere-se à concepção de que as ideologias são “naturais”, ou seja, generalizando o que seria interesse específico de determinado segmento social, destacando as vontades de apenas uma classe social como se fossem anseios de todos.

Conforme os apontamentos de Lopez: “Em outras palavras, por efeito das contingências concretas da história, a ideologia é um modo de pensar que torna geral o que é particular, natural o que é histórico, imutável o que é transitório” (LOPEZ, 1999, p. 17). Neste sentido, na obra “A Ideologia Alemã”, Karl Marx e Friedrich Engels (1987) destacaram que a ideologia não possui história, pois não é situada em um tempo e espaço determinados. Portanto, a ideologia é um fenômeno social que representa algumas das condições reais de existência dos seres humanos. No sistema capitalista, sua função crucial é ocultar e distorcer as relações de produção, bem como suas consequências na sociedade. As imagens do real são mascaradas e introduzidas no pensamento coletivo, formando interpretações que passam a fazer parte da realidade compartilhada por todos, e são projetadas como a visão real desses fenômenos, impedindo que os indivíduos percebam sua essência obscura.

Neste momento, o trabalho da imprensa é compreendido enquanto um ator social e político. Por isso, recorreremos a observações não somente em relação ao papel político da imprensa, mas também da relação entre ela e a ideologia. Independente de concordarmos ou não com as opiniões manifestas nos periódicos, precisamos reconhecer a importância e a validade das publicações, devido a uma série de motivos, como a sua influência para a história da imprensa, pelo reconhecimento do papel social e político desta, seja qual for a posição

ideológica e pela fundamental necessidade de compreender os argumentos utilizados em diferentes perspectivas a fim de melhor exercer a análise crítica.

Para além do caráter meramente informativo, consideramos a imprensa no âmbito de sua atuação social e política. Sodré chama a atenção para o papel desempenhado pela imprensa na sociedade capitalista:

[...] a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1).

Ao pensarmos em considerações sobre o papel direto da imprensa, o suporte teórico de Gramsci (2001) é de grande valia. Segundo ele, a imprensa se insere no âmbito dos “aparelhos privados de hegemonia”. Estes aparelhos agem no nível da sociedade civil, no lugar onde se estabelecem as disputas pela hegemonia, que se conquista – ou se produz – pela força e pelo convencimento. Assim como a escola e a religião, a imprensa é um elemento básico na estruturação da hegemonia da classe dominante. Por estar relacionada aos interesses de uma determinada classe, a imprensa objetiva a satisfação das reivindicações da classe cujos interesses ela representa e defende. Simultaneamente, a imprensa produz e desenvolve essas necessidades, bem como forma seu público, ampliando gradativamente sua área de abrangência. Sendo assim, Gramsci denomina esse formato de ação como “jornalismo integral”. Dessa forma, o leitor surge não só como um componente ideológico, mas também econômico. (GRAMSCI, 2001).

Esta perspectiva e teoria da hegemonia proporcionam uma reflexão acerca da influência determinante dos meios de comunicação contemporâneos, partindo de sua condição de privilégio enquanto distribuidores de conteúdo, conforme Marx e Engels: “[...] transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (MARX; ENGELS, 1987, p. 67). A posição ocupada por estes veículos na dimensão das relações sociais é de distinção, pois é através deles que os contornos ideológicos da ordem hegemônica são fixados, com elevações nos níveis de consumo e de mercado, atingindo o grau máximo na dominação dos interesses.

As reflexões de Gramsci acerca da imprensa - enquanto o principal meio de comunicação de sua época – indicaram que “a arte da imprensa revolucionou todo o mundo

cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional” (GRAMSCI, 2001, p. 67). Suas análises também se voltavam às iniciais mutações dos meios de comunicação, como a concorrência que a imprensa passava a sofrer em relação a outros veículos, como a comunicação falada, já no início da década de 30. Há uma expressiva observação feita por este autor nos “Cadernos do Cárcere”, especificamente a respeito da questão das transformações nos formatos de mídias advindas da ascensão das tecnologias e dos avanços materiais.

Também hoje a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal, o jornal mural) (GRAMSCI, 2001, p.67).

Por exercer uma grande importância na configuração hegemônica de uma determinada classe, a imprensa, segundo Gramsci, exerce a função de um partido político, pois atua na organização do desejo popular, possibilitando a construção e manutenção da hegemonia de uma classe em relação a outra. Assim sendo, a aparente imparcialidade do trabalho jornalístico é desprezada. Portanto, não concebemos a imprensa como neutra, e sim como uma prática portadora de atuação política, na medida em que manifesta os interesses de um determinado segmento da sociedade e age na direção de construir uma opinião pública positiva em relação a um projeto político previamente determinado.

No caso específico da Revolução Cubana, em todos os críticos episódios envolvendo o processo revolucionário, os jornais brasileiros e, entre eles, o *Diário de Notícias* estiveram bastante presentes, conduzindo análises e produzindo debates sobre o futuro das relações entre a ilha e o restante do mundo. Dessa forma, podemos afirmar que a imprensa forneceu eficaz contribuição à formulação da imagem difundida sobre a Revolução Cubana, atuando não apenas como fonte de informação, mas também de propaganda e pressão, positiva ou negativa, dependendo da orientação. Todo grupo social produz suas representações para fornecerem maior homogeneidade e consciência ao papel que cada um desses grupos específicos desempenham na sociedade. A área de atuação da grande imprensa corresponde à função de garantir o consenso ao projeto de dominação de determinada classe, através de diferentes frentes de intervenções existentes no meio social. Desse modo, colabora diretamente com a dominação feita pela elite, que dispõe do aparelho midiático através dos recursos de que é portadora.

Capelato indica as características da ideologia atrelada à imprensa e os movimentos

realizados para conquistar o público-alvo:

Todos os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes. A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos. Na grande imprensa, onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos para a sedução do público são indispensáveis. A concorrência de mercado obriga cada jornal a enfrentar os adversários com as armas mais apropriadas à clientela que pretende atingir (CAPELATO, 1988, p. 15).

Em um sistema democrático, regularmente os confrontos políticos e as ações governamentais são públicos. Neste sentido, a imprensa tomou para si a responsabilidade de ser o recurso básico de difusão e de debate a respeito destas controvérsias políticas e sociais. Contudo, é imprescindível refletirmos sobre os agentes e elementos que estabelecem e realizam a mediação deste debate – e que lugar ocupam na sociedade - caso contrário presenciaremos a substituição de uma forma de dominação pela outra. Além disso, os embates políticos converteram a reflexão sobre a função da imprensa na sociedade ainda mais complexa e multiforme. A imprensa possui a atribuição de comunicar os fatos que carecem ser conhecidos por todos, nos mais diversos âmbitos sociais. No entanto, na maior parte das vezes, as empresas voltadas à comunicação recebem configurações de outras empresas privadas, assim sendo, portadoras de ideologias adequadas a determinada classe social. Dessa forma, um pequeno número de meios de comunicação possuem a ampla autoridade para escolher fatos e notícias que estarão registradas e impressas nos periódicos, representando um forte aparelho de inserção nos embates políticos e sociais. Isto é, a divulgação de fatos relacionados à política – uma das bases da democracia – em sua maior parte está submetida às empresas de comunicação.

A maneira como são narrados os acontecimentos favorece uma adequação específica de uma versão dos fatos. Os métodos de narração empregados na constituição do conteúdo, ou seja, na passagem de eventos para notícias, desintegra a informação e atesta um fragmento único da realidade, como se este fosse a verdade dos fatos. Esse relato isolado passa a representar a realidade, configurando o real verdadeiro e, desta forma, quando interpreta e descreve um desconhecido banalizando-o, as imagens dominantes são legitimadas e a composição do rotineiro individual recebe evidência. Com a ação de manifestar e veicular determinadas opiniões e visões de mundo, os jornais se implantam em uma demarcação de debates ideológicos na sociedade.

Para compreender como esse processo ocorre, é necessário recordar que as classes sociais dividem a sociedade correspondente ao modo como os indivíduos relacionam-se com

os meios de produção no tempo e em sociedades específicas, produzindo setores sociais diversos, ou ainda, como aponta Chauí:

As classes sociais não são coisas nem ideias, mas são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência, se dividem no trabalho, instaurando formas determinadas da propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de sistemas determinados de ideias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. As classes sociais são o fazer-se classe dos indivíduos em suas atividades econômicas, políticas e culturais (CHAUI, 2001, p. 53).

Na sociedade capitalista, a lógica de acumulação do capital concentrado nas mãos de um pequeno número de pessoas reflete em uma movimentação social sistematizada no embate entre as duas classes sociais: a burguesia e os trabalhadores. No século XX, a grande imprensa se configurou como um instrumento de exposição das notícias e fatos sociais. Em uma sociedade comandada pela burguesia, a grande imprensa se tornou um mecanismo burguês de difusão dos seus próprios interesses e opiniões, isto é, foi elemento do processo de construção da classe burguesa em relação a suas ações culturais e políticas. Marx e Engels indicam aspectos importantes sobre a relação entre a ideologia da classe dominante e o trabalho da imprensa:

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que regulem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que suas ideias sejam, por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 1987, p. 72).

No mesmo sentido, Lênin aponta:

Quanto à época moderna, a da vitória completa da burguesia, das instituições representativas, do sufrágio alargado (senão universal!), da imprensa quotidiana barata, que penetra nas massas, etc..., a época das associações poderosas e cada vez mais vastas, a dos operários e dos patrões, etc., mostrou, ainda com mais evidência (embora por vezes sob uma forma muito unilateral, “pacífica”, “constitucional”) que a luta das classes é o motor dos acontecimentos (LÊNIN, 1988, p. 26).

Existem inúmeros debates acerca do processo de estruturação dos ideais hegemônicos na sociedade. Neste sentido, diversas concepções foram abordadas pelos autores considerados marxistas, como consequência da organização crescente e ampliada dos movimentos socialistas e operários, ocorrida no século XX. Sendo assim, muitos destes autores traçaram linhas pela imposição de que a luta social fosse disputada também na área das ideias, confrontando as noções postas pela burguesia e que serviam como embasamento ideológico

do seu controle social.

De acordo com Perseu Abramo, uma característica geral pode ser observada quando se procura tipificar as formas mais usuais de manipulação na grande imprensa. Segundo ele:

[...] isso permite falar em *padrões de manipulação* observáveis na produção jornalística. Os *padrões* devem ser tomados como padrões, isto é, como tipos ou modelos de manipulação, em torno dos quais gira, com maior ou menor grau de aproximação ou distanciamento, a maioria das matérias da produção jornalística (ABRAMO, 2003, p. 25).

No entanto, o que transforma a manipulação em um fato essencial e característico da maior parte da grande imprensa no Brasil é que uma combinação hábil dos acontecimentos, das circunstâncias, das configurações, e dos níveis de interferência na leitura da realidade subordina, no conjunto e no geral, os leitores à posição de suprimidos na possibilidade de compreender e enxergar a realidade e leva a consumir e absorver outra realidade, produzida de forma artificial. É o que Abramo chama de “padrão de indução”. Desta forma, “[...] o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2003, p. 33). Assim sendo, a ideologia toma ares de mentira com um pé na verdade, tornando possível indicar que o jornalismo – contrariamente ao que é preconizado por muitos – não é neutro, imparcial e isento perante a realidade e seus fatos.

Ao contrário da imagem que os meios de comunicação procuram construir – de neutralidade e de imparcialidade - é importante compreender que eles fazem parte da sociedade. Nas relações estabelecidas com outras empresas através dos anúncios publicitários e de atrelamentos empresariais e políticos, estes veículos acabam produzindo uma informação de acordo com os interesses desses grupos. Nesse sentido, apontamos para a necessidade de compreendermos a imprensa como um partido, pois ela é um importante instrumento de poder na busca de convencimento em torno de determinadas visões de mundo.

Concordando com Abramo (2003, p. 38) podemos indicar que o jornalismo sempre toma posição na orientação para a ação. O órgão de comunicação orienta seus leitores enquanto sociedade na formação da opinião, na tomada de posição e na ação concreta sobre a atividade humana. A partir deste momento, estamos no campo do juízo de valor, do artigo, da opinião, do comentário, da reportagem, enfim, das estratégias utilizadas pelo periódico para atingir os leitores. A imprensa, através da ação de seus proprietários e dos jornalistas assume uma função de corrigir rumos e redefinir significados e papéis. O trabalho de análise do conteúdo da imprensa deve ser percebido como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e silêncios. Cabe ao historiador a função de

identificar e analisar as problematizações segundo razões de natureza política, ideológica e hegemônica.

1.3 IMPRENSA: INSTRUMENTO CULTURAL E MECANISMO DE PODER

A prática do texto convoca o diálogo discursivo constante entre o público e os veículos da imprensa. O jornalista que tem o papel narrativo não tem intenção somente de contar o que “efetivamente aconteceu”, nem explicar como tomou conhecimento de um fato, mas também de transportar para o relato algo que, de alguma maneira, já é conhecido pelo público. A ênfase nos detalhes singulares é outro aspecto relevante, pois quando o narrador particulariza esses detalhes, acaba construindo uma sequência textual onde o leitor também consegue se visualizar. São evocados locais familiares e conhecidos, bem como descrições emotivas de eventos que obtêm o assinalamento do incomum. A trama e o fato invocam uma realidade, expõem tragédias que não foram presenciadas pelo público, mas que foram sentidas através da narrativa construída pelos jornalistas, sujeitos que veem e ouvem como se estivessem representando os leitores. No sentido dessa função, Darnton aponta que “a tendência de especialização nos jornais incentiva os repórteres a escrever para públicos específicos” (DARNTON, 1990, p. 81), ou seja, públicos com os quais era necessário criar uma ligação e pontos de identificação.

Barbosa aponta que a narrativa dos acontecimentos implica uma integração do leitor àquele mundo relatado pelo jornal.

Ao se identificar, sai de seu lugar natural (o de leitor) e se integra ao mundo do relato, para depois voltar novamente ao seu lugar natural. Ao voltar é uma outra pessoa, cada narrativa produz uma mutação naquele que a realiza. Evidentemente, quando evocamos essas premissas não nos referimos a um leitor particular ou específico, mas a uma “função” de leitor, implícita no texto, da mesma maneira que implícita também está a função de narrador (BARBOSA, 2007, p. 55).

Sendo assim, o texto completa seu caminho até chegar à leitura, convertendo-se em obra, ou seja, uma produção entre autor e leitor. Essa leitura leva a outras maneiras de avaliar o mundo e formatar a realidade, produzindo interpretações que, na maior parte das vezes, reaparecem no conteúdo do jornal no formato de outros textos, em uma associação permanente entre a produção e a leitura, pois “ao mesmo tempo em que se informa sobre o mundo, o leitor estabelece uma relação com o jornal” (BARBOSA, 2007, p. 70). Os

jornalistas pertencem a um grupo inserido em uma profissão e, portanto, valorizam comportamentos apropriados e reprimem outros, de acordo com o discurso dessa coletividade. Isto ocorre para que seja construída uma memória adequada à reprodução de seu conhecimento, bem como de sua experiência, conferindo uma identidade ao grupo.

Barbosa também ressalta que a valorização de uma pretensa neutralidade apresentada pelo formato de discurso do periódico e pela definição dos espaços designados às opiniões – que não se confundiriam mais com as colunas de informação - é responsável por retirar a ideia de incerteza da narrativa do jornal (BARBOSA, 2007, p. 96). Diante disso, é importante problematizar e, até mesmo, superar a ideia de imparcialidade através de uma análise da defesa da objetividade e neutralidade da imprensa que, construída historicamente, é confrontada com o fato de não se situar acima ou fora do mundo quando está falando dele. Outro aspecto relacionado à atividade da imprensa é o efeito discursivo da ideia de produção de sujeitos e entidades responsáveis por defender o bem comum, os interesses públicos e as liberdades democráticas, sem que isso se configure, de fato, em uma prática. Barbosa alerta que

[...] esse discurso contribui para a ampliação do público, através da construção de um lugar simbólico onde se destaca o papel de defensores do bem comum e dos anseios da população de maneira geral. Com isso, se autoconfiguram como intermediários entre o poder e o público, referendando o seu lugar de poder (BARBOSA, 2007, pp. 192-193).

A ficção se produz no processo de tornar os acontecimentos – passados ou futuros - como algo presente para o leitor, pois a narrativa traz uma nova configuração a algo que não está em nenhum tempo determinado, sendo construída no presente. Diante disso, “[...] o periódico funciona como memória emprestada do que não vimos mas que passamos a incorporar. E, neste sentido, é um artefato de memória” (BARBOSA, 2007, p. 243). Contudo, é importante ressaltar que a comunicação só ocorre de forma plena a partir do momento em que o leitor lê as reportagens, contempla as imagens, folheia o jornal e o transporta de um lugar para o outro, quando faz comentários sobre o que foi lido, recorta algo que lhe chamou atenção ou joga fora o que lhe desagradou, isto é, quando o seu mundo é reconfigurado por aquele conteúdo.

Jacques Le Goff, ao analisar o desenvolvimento da memória escrita, ressalta o surgimento da imprensa como um elemento que revolucionou a memória ocidental. Antes dela, a transmissão oral e a transmissão escrita dificilmente eram diferenciadas. A imprensa trouxe a “[...] exteriorização progressiva da memória individual [...]” (LE GOFF, 2003, pp.

69-70).

Outro elemento que configura a atividade da imprensa e sua influência na vida social no início do século XX é levantado por Sodré, quando afirma que o jornal de caráter individual, como um empreendimento isolado, passa a desaparecer das grandes cidades, sendo

[...] relegado ao interior, onde sobreviverá, como tal, até os nossos dias. Uma das consequências imediatas dessa transição é a redução do número de periódicos. Por outro lado, as empresas jornalísticas começam a firmar sua estrutura, de sorte que é reduzido o aparecimento de novas empresas. Acontece ainda, particularmente nas fases de inquietação política – as sucessões presidenciais principalmente – mas em dimensões muito mais reduzidas do que no século XIX. É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal, e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal (SODRÉ, 1999, pp. 275-276).

Abramo alerta para a constituição da “grande mídia” em uma coluna de sustentação do poder, com suas complexidades, contradições e seus paradoxos.

Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz é espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ABRAMO, 2003, p. 8).

A partir das informações da imprensa também se recupera as contradições de classe e as lutas sociais que se expressam a partir do noticiário de eventos que, aparentemente, explicitam contendas individuais. A imprensa tende a se segmentar e se partidizar, refletindo as lutas políticas e ideológicas de acordo com o período. Chama para si a responsabilidade de ser “missionária” e “guardiã” da civilização, cabendo a ela interpretar, selecionar, reforçar e criticar os caminhos seguidos para que o país progrida. Nas páginas dos jornais, a imprensa deixa as suas impressões, numa leitura específica sobre o ambiente político, econômico e social, em uma tentativa de transformar a realidade concreta de seus locais de influência em uma imagem do moderno. Abordamos a imprensa como parte desse jogo, uma instituição atuante nessas relações de poder que constituem a disputa pela opinião pública.

Todo jornal realiza uma seleção das suas notícias com claros interesses, e não de forma aleatória. Diante disso, Jürgen Habermas, ao debater a história da imprensa, analisa o grande domínio da publicidade na formação dos jornais e da educação das crianças e adultos enquanto consumidores, com o incentivo de determinados valores. Na obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, o autor faz uma reflexão sobre o impacto do estímulo comercial na imprensa.

A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública (HABERMAS, 2003, p. 218).

Interessante notar que o desenvolvimento da imprensa não significou uma forma de engrandecimento cultural e entendemos que, inclusive, a imprensa tem dificuldade em reconhecer alguma validade no campo da esfera artística. O desenvolvimento da imprensa foi acentuado pelo ritmo frenético e comercial da atividade jornalística. No interior disso, há uma relação perversa entre a imprensa e o público, quando um alimenta os vícios do outro e constrói um discurso proferido e constantemente reafirmado por ambos.

Partindo da perspectiva de que todo documento – e não só a imprensa – é também um monumento, estamos nos remetendo ao campo da subjetividade e da intencionalidade, e isto deve estar claro para o pesquisador. Conforme a sociedade de massas e a democracia avançavam em direção a um caráter de mundialização, a História ia perdendo autonomia e terreno, enquanto voz autorizada, altiva e distanciada. A confecção de eventos realizada pelos meios de comunicação, com uma capacidade extraordinária, assumindo o formato de processos, casos e escândalos, transformava em grandes acontecimentos históricos os episódios que seriam apenas incidentes locais particulares. A imprensa, a televisão e o rádio não eram somente veículos de transmissão das notícias, mas também sua condição de existência, forma pública de produção e reconhecimento destas: “O fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido” (NORA, 1976, p. 181).

Um item essencial é fazer uma observação sobre a trajetória da imprensa, refletindo sobre suas vinculações a um contexto geral, bem como a cada um dos movimentos específicos no decorrer do processo de formação, estruturação, estabelecimento e (re)produção do poder burguês nas sociedades modernas, e dos conflitos por hegemonia nos mais diversos períodos históricos do capitalismo. Compreender a imprensa a partir desta perspectiva envolve, primeiramente, classificá-la como uma força ativa da história do capitalismo e da vida moderna – sobretudo um ingrediente do processo – mais do que um registro dos acontecimentos, atuando na constituição de formas de vida, perspectivas e consciência histórica, e não como simples depositário de eventos ocorridos nas diferentes conjunturas e processos.

Apontamos que no centro de um processo histórico como a imprensa, o mercado econômico é reinventado como base da vida social e que diante do respaldo do capital, foi costurada a hegemonia burguesa diante dos modos de vida padronizados. Os grandes jornais modernos formaram uma esfera civil pública nas sociedades burguesas emergentes, concentrando os meios de comunicação que vêm formando redes de poder de conjuntos midiáticos, com grande poder político e econômico, sendo decisivos para o atrofiamento do espaço democrático e público contemporaneamente. É essencial lembrar que a imprensa não pode ser apontada simplesmente como portadora de uma “opinião”, pois ela constitui dissensos e adesões. Além disso, é preciso entender que nas mais diversas conjunturas a imprensa assimila projetos e interesses de várias forças sociais e, mais do que isso, se torna espaço privilegiado disponível à articulação destes projetos.

No processo de caracterização dos veículos, das suas formas e conteúdos, os modelos da maneira de fazer e o que deve estar presente em um jornal são resultados de negociações sociais e culturais, em um terreno de debates. Esse jogo de interesses atua no trabalho de fomentar a adesão ou o dissenso e mobilizar para a ação, articulando, divulgando e disseminando projetos, ideias, valores e comportamentos. São produzidas referências homogêneas e cristalizadas para a memória social, através da repetição e naturalização do excepcional na rotina, formando uma cultura do esquecimento. Por meio do alinhamento da experiência vivida de forma global em um tempo histórico comum, na ação de produzir e informar sobre o atual, é feita a formação de uma visão imediata da realidade e do mundo, estabelecendo, com isso, um padrão de consumidores, onde a imprensa funciona como vitrine do mundo das mercadorias e da produção de marcas de distinção social. Todos esses elementos apontam para a influência da área de poder da imprensa, afirmando a força de sua intervenção em diversos campos da vida social, política e cultural.

Segundo indica Darnton, o espaço inicial de diálogo e constituição das publicações é propriamente o campo da imprensa, nele o órgão tece alianças, enfrenta disputas, constitui identidades e demarca posições (DARNTON, 1990, p. 71). Essas posições diante dos problemas que noticia fornecem ao jornal uma dimensão muito maior no cotidiano e nas relações sociais. Para Sodré, “de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários” (SODRÉ, 1999, p. 408). No pensamento de Sodré é a noção de que quem controla os instrumentos de comunicação social também controla a sociedade ideologicamente. Segundo ele, quem “controla” a “mercadoria especial que é a informação”, “controla o poder”

(SODRÉ, 1999, p. 15).

A ligação dialética é facilmente perceptível pela constatação da influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento das massas e dos indivíduos. O traço consiste na tendência à unidade e à uniformidade [...], à [...] universalização de valores éticos e culturais [...] (e à) padronização do comportamento. As inovações técnicas [...] influem na tendência à uniformidade (SODRÉ, 1999, pp. 1-2).

Portadora de grande intervenção na vida social, a imprensa constrói uma ideia de nação e de integração desta. Nesse sentido, Anderson chama a atenção para o momento do aparecimento das novas tecnologias de comunicação – a imprensa diária – que, no contexto de uma economia capitalista tornaram possível imaginar uma nação (ANDERSON, 1999, pp. 47-48). O desenvolvimento da imprensa permitiu que um número cada vez maior de pessoas pensassem sobre si mesmas, e se relacionassem com outras, de maneira profundamente renovada. Como artefatos culturais, a nação e o nacionalismo resultam da interação entre a diversidade dos idiomas humanos e o surgimento da imprensa de massas no contexto capitalista, construindo alternativas de um novo formato de comunidade imaginada (ANDERSON, 1999, p. 48).

O historiador que se apoia na fonte jornalística precisa estar constantemente dedicado ao conteúdo das subjetividades e entrelinhas da publicação pesquisada por ele. Conforme Darnton, “a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu” (DARNTON, 1990, p. 19), e o mesmo se aplica ao fato. Sendo assim, a grande imprensa escrita, fazendo parte da estrutura da grande mídia, ferramenta responsável por executar específicos formatos de dominação, atua por meio do poder das palavras, das imagens e das ideias, com atribuições capazes de comprovar “verdades” e “mentiras”. As posturas do periódico são sempre apresentadas como legítimas ao quadro social a que pertencem, pois tomam para si a responsabilidade de representar a opinião da maioria.

2. AS TRAJETÓRIAS DA REVOLUÇÃO CUBANA E DO JORNAL *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (RS)

O periódico selecionado para esta pesquisa não foi fonte de informação histórica, exatamente por existirem inúmeros trabalhos históricos sobre a Revolução Cubana, os quais poderiam ser adotados para a reconstituição dos acontecimentos. O meio de comunicação brasileiro escolhido – o *Diário de Notícias* – foi abordado como fonte de pesquisa, um local de explanação das interpretações feitas acerca da Revolução Cubana, que se transformavam em senso comum na sociedade brasileira. Certamente existe a clareza de que nem tudo que está presente no jornal cotidianamente irá fazer parte do senso comum ou, ainda, que tudo aquilo que é divulgado na imprensa seja absorvido pelo público-leitor sem qualquer forma de reflexão. No entanto, é considerável o papel exercido pela mídia na propagação da ideologia dominante.

No caso da imagem de Cuba e da narrativa sobre a Revolução Cubana no período abordado por este trabalho, os temores das classes dominantes em relação ao socialismo foram motivados, em grande parte, pelo método de fragmentação das notícias e pela forma de apresentar os acontecimentos adotados pelo periódico. Sendo assim, a imprensa escrita, membro da grande mídia, se apresenta como um instrumento sofisticado de domínio, utilizando-se da força da palavra, das ideias e das imagens, autodeclarando-se isento de contestação e responsável por dar voz às vontades da “maioria”. Seus posicionamentos baseiam-se em uma legitimidade adquirida pelo conjunto social, através da atribuição de representar o interesse da “opinião pública”.

Este capítulo, portanto, irá abordar algumas questões referentes à trajetória da Revolução Cubana pelo viés historiográfico, com suas principais ocorrências e personagens, a fim de contextualizar alguns dos acontecimentos que estarão presentes nas análises do capítulo seguinte. Nesta sequência também será destacado o percurso do periódico utilizado nesta pesquisa, no sentido de compreendê-lo enquanto uma empresa jornalística situada historicamente e ocupando determinado lugar social, com interesses a defender e estratégias de intervenção na política nacional e internacional.

2.1 REVOLUÇÃO CUBANA CONTEXTUALIZADA

No Brasil, alguns dos trabalhos mais conhecidos sobre a Revolução Cubana são “Da guerrilha ao socialismo” (2007), de Florestan Fernandes; e “A Revolução Cubana” (1985), de Emir Sader. Essas obras analisam e sintetizam informações importantes sobre os acontecimentos em Cuba e são essenciais para o leitor que desconhece alguns pormenores da história cubana.

O livro de Sader (1985) analisa, de forma inicial, o impacto da Revolução Cubana sobre as esquerdas do Brasil. Sader descreveu os acontecimentos numa linha unívoca, desde a independência até o final dos anos 60, sempre com o objetivo de ligar os fatos uns aos outros - desde José Martí, passando pela guerrilha, até chegar ao socialismo - como se os caminhos percorridos pelos guerrilheiros fossem, de certa forma, inevitáveis. O livro de Fernandes (1985), por sua vez, apresenta um minucioso quadro teórico da Revolução Cubana, partindo de suas origens históricas chegando às experiências de implantação de um sistema de poder popular.

O jornalista e historiador britânico Richard Gott, que há décadas escreve sobre o contexto político do Caribe, propõe uma nova história de Cuba, traçando um panorama profundo e abrangente da ilha, partindo do período pré-colombiano chegando aos anos pós-União Soviética. Gott (2006) deixa evidente que tanto a revolução como a figura de Fidel Castro não podem ser analisados fora do contexto histórico da ilha, exatamente por serem reflexos da identidade nacional cubana. Assim sendo, o livro “Cuba: uma nova história” traz um panorama geral da história cubana, dedicando um espaço considerável para uma análise do processo de independência e seus desdobramentos.

Portanto, essas obras têm importância ímpar na compreensão que produzem sobre a Revolução Cubana, tanto no que diz respeito ao processo cubano, quanto em sua influência sobre as esquerdas no Brasil. Outro trabalho relevante foi realizado pelo historiador e cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira (1998), “De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina”. O autor qualificou a Revolução Cubana como “inquestionavelmente o maior acontecimento da América Latina no século XX” e destacou o momento histórico em que esta ocorria – com destaque para a Guerra Fria – e a tradicional espoliação da América Latina pelas potências coloniais ibéricas, seguidas pelos norte-americanos, como grandes estímulos para as transformações ocorridas na ilha (BANDEIRA, 1998, p. 28).

Nesse sentido, a Revolução Cubana precisa ser compreendida, em um processo

histórico, como decorrência de diversos elementos que antecedem o ano de 1959 e que estão presentes na própria colonização da ilha. Desta forma, ao elucidar estas questões é necessário atentarmos para uma presença consistente, intensa e permanente dos Estados Unidos ainda na independência de Cuba⁷: a soberania nacional do país e as eleições fraudulentas, que corromperam e desmoralizaram as instituições legítimas; os governos tradicionalmente ditatoriais; as desigualdades socioeconômicas constantemente aprofundadas e as revoltas populares que estiveram presentes no período republicano da ilha. No entanto, os norte-americanos sempre se mostraram receosos em assumir uma postura claramente imperialista em Cuba. Gott apresenta a posição dos EUA em relação à Cuba e à região centro-americana no início do século XX.

Em Cuba, como em outros lugares no primeiros anos do século, exceto o Panamá e as Filipinas, os americanos gostavam de dar a impressão de serem imperialistas relutantes. A anexação, ou a ocupação segundo o modelo europeu, raramente era o estilo adotado, embora não fosse desconhecido. Os Marines ocuparam a Nicarágua de 1912 a 1925, o Haiti de 1915 a 1934, e República Dominicana de 1916 a 1930. Retornaram a Cuba em 1912, 1917 e 1921. A atitude de Henry Cabot Lodge era típica do comportamento americano em relação aos cubanos. “Ninguém quer anexá-los”, escreveu ele em setembro de 1906, “mas o sentimento geral é de que alguém deveria pegá-los pela nuca e sacudi-los até aprenderem a se comportar” (GOTT, 2006, pp. 136-137).

Cuba foi invadida pela Espanha em 1492, tornando-se sua colônia. Após a extração do ouro e madeira que existiam na ilha, o interesse básico girou em torno de sua posição geográfica estratégica, localizada entre outras colônias espanholas da América Central, perto do México e da América do Sul. Dessa forma, colaborava com a logística da Espanha, especialmente para o transporte de armamento utilizado para auxiliar na manutenção da dominação das outras colônias. Os principais bens produzidos na ilha no período colonial eram o café, o tabaco e o açúcar, como artigos que dominavam a produção cubana e abasteciam diversos países.

O primeiro, introduzido em Cuba em 1768, resultou em investimentos em mão de obra escrava, pois exigia maior quantidade de pessoas envolvidas em seu cultivo. Mas o produto que obteve destaque foi o açúcar, que logo consumiu a maior parte dos investimentos, das terras e dos escravos. Os colonizadores criaram uma organização específica e um sistema de infraestrutura para a realização do cultivo mercantil do açúcar. Fernandes cita algumas mudanças.

⁷ Este elemento se manifesta na intervenção armada sobre a ilha, na ocupação e, como resultado, na Emenda Platt (inserção na Constituição Cubana da garantia do direito de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos da ilha caso seus interesses fossem ameaçados, uma estratégia que garantiu aos norte-americanos grande controle sobre Cuba), ocorrendo até o apoio norte-americano ao golpe de estado de 1952.

[...] a introdução da máquina a vapor nos trapiches cubanos, em 1820; aprofunda-se a construção de estradas de ferro, encetada por iniciativa de fazendeiros crioulos em 1837 – as quais seriam aplicadas em larga escala em seguida, depois da “guerra dos dez anos”, com a invenção dos trilhos de aço e o consequente barateamento dos custos: as vias férreas ligam entre si as várias partes do engenho ou as zonas de açúcar com os portos de armazenagem e de embarque [...] (FERNANDES, 2007, p. 56).

Em 1880, os Estados Unidos passaram a investir diretamente na colônia espanhola através da indústria refinadora e em minério: “Calcula-se que os estadunidenses haviam investido em Cuba, por volta de 1895, uns US\$ 50 milhões” (FERNANDES, 2007, p. 64). Os Estados Unidos receberam o apoio de políticos cubanos e da maior parte da oligarquia, a quem também não interessava um efetivo projeto nacional, afinal, pela maneira como as relações foram estabelecidas, essa classe dependia dos Estados Unidos na mediação dos negócios para obter sua parcela da riqueza. Devido em parte às tentativas de compra ou de anexação pelos Estados Unidos, Cuba ficou à margem do processo de independência política das colônias espanholas da América, no começo do século XIX (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 149). Segundo Fernandes

Assim, a revolução dentro da ordem colonial não se extingue pela negação em seu contrário, a revolução nacional. Ela se redefine e se reconfigura graças ao aparecimento de um poder externo, bastante forte para absorver aquela revolução dentro da ordem colonial em uma inexorável “expansão de fronteiras” e para impor a dominação indireta na forma de uma tutela institucional, aceita e legitimada constitucionalmente pelos cubanos (FERNANDES, 2007, p. 65).

Conforme Fernandes, a “interação” com o projeto socialista foi consequência de um lento ritmo de descolonização e ter emergido exatamente em um momento em que as projeções utópicas do socialismo apresentavam-se como um referencial fundamental (FERNANDES, 2007, p. 136).

Em “A aventura socialista no século XX”, Daniel Aarão Reis Filho produz um instigante balanço da trajetória do socialismo. A experiência cubana é abordada de forma ampla, destacando-se seus pontos mais importantes e os entraves que o socialismo superou - ou tentou superar - para se implantar e consolidar. Em relação às propostas e contradições do marxismo latino-americano, que via obstáculos a serem enfrentados pelo socialismo na América Latina, o autor aponta que era

Como se a revolução socialista não tivesse chance neste continente excêntrico e descentrado. Um destino geopolítico, talvez. Com efeito, além do atraso, havia a proximidade dos Estados Unidos. O grande Estado do norte não permitiria, sem dúvida, nenhum tipo de revolução em seu quintal. Era inviável, portanto, cultivar a

hipótese. A longo prazo, sim, ela viria, assim acreditavam os marxistas, mas num futuro indefinido (REIS FILHO, 1999, p. 76).

E destaca também as especificidades deste processo revolucionário.

As previsões teóricas do marxismo da Internacional Comunista não resistiam à prova da História. Na China aparecera uma revolução socialista ganha, na prática, por camponeses e gerando uma nova variante de marxismo, o maoísmo. Agora, uma revolução popular, sem direção comunista, chegava ao socialismo, queimando etapas (REIS FILHO, 1999, p. 79).

A sociedade cubana expressava forte sentimento de insatisfação e um desejo por mudanças que se manifestaram na Revolução de 1933, opondo-se a ditadura de Gerardo Machado, em um movimento radical de esquerda que assumiu o poder durante quatro meses, com as lideranças de Antônio Guiteras e Grau San Martín⁸. Esse regime denominado “Governo dos Cem Dias” - setembro de 1933 a janeiro de 1934 – assumiu posições com características anti-imperialistas e voltadas à questões sociais, como a implantação da jornada de trabalho de oito horas e intervenções na companhia cubana de eletricidade, até então controlada pelos Estados Unidos.

Nos governos de Mendieta (1934-1939) e de Prío Socarrás (1948-1952), houve normalidade nas eleições. Contudo, em 10 de março de 1952, Fulgêncio Batista tomou o poder através de um golpe de Estado, que cancelou as eleições previstas para aquele ano, nas quais Fidel Castro pretendia lançar-se candidato. Sendo assim, o espaço que era utilizado pela política institucional foi suprimido e as lideranças que promoviam a legitimidade do sistema como princípio para encaminhar as mudanças socioeconômicas que Cuba necessitava foram silenciadas. Fidel Castro⁹, um advogado de 26 anos de idade, era um destaque entre essas lideranças.

O pai de Fidel, de origem espanhola, era um rico proprietário de terras, o que permitiu que o filho se formasse em Direito. Fidel teve uma educação tradicional e planejava construir uma carreira política. Desta forma, candidatou-se a deputado, em 1952, pelo Partido Ortodoxo (Partido Popular Cubano). No ano seguinte, em 26 de julho de 1953, a partir do golpe, ele e outras lideranças prepararam os assaltos aos quartéis de Moncada e Bayamo, com o objetivo

⁸ A Revolução de 1933 teve três fases distintas: a primeira de direita, sob a presidência de Carlos Manuel de Céspedes e que durou cerca de um mês; a segunda, já citada, radical de esquerda, com o estabelecimento do governo dos Cem Dias sob a presidência de Grau San Martín; e a terceira, marcada pela contrarrevolução, a qual foi de 1934 até 1939, com o coronel Mendieta no poder.

⁹ Nascido em 13 de agosto de 1926 em Birán, província de Oriente, Fidel Castro iniciou sua carreira política por volta de 1946, como membro da *Unión Insurreccional Revolucionaria* (UIR), um dos vários grupos que disputavam o poder na política universitária de Cuba. Em 1947, esteve envolvido em uma tentativa frustrada de desembarque para derrubar o ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo. No ano seguinte, estava em Bogotá, Colômbia, quando irromperam os distúrbios civis conhecidos como *El Bogotazo*, por ocasião da Conferência Interamericana que daria origem à Organização dos Estados Americanos (OEA).

de tomar armas e dar início a um processo de derrubada da ditadura de Batista. Apesar de ter fracassado nessa ação, a organização resultaria, adiante, na formação do Movimento Revolucionário 26 de Julho (MR 26/7) – criado em 1955 no México, assim batizado em homenagem à data do ataque ao quartel Moncada - tornando conhecida a figura de Fidel Castro.

Devido ao fracasso do assalto, Fidel e vários rebeldes foram condenados e presos, enquanto outros foram mortos pelas forças do governo na onda repressiva que se seguiu. Na prisão, condenado a 15 anos, Fidel aprimorou sua formação política radical e escreveu “A história me absolverá”, lançando o Programa de Moncada.¹⁰ Após quase dois anos de cárcere, recebeu anistia e foi solto e, juntamente com seus companheiros, exilou-se no México. Enquanto isso, o país não demonstrava indicativos do retorno das liberdades democráticas e dos direitos enquanto Batista estivesse no poder, considerando que a via político-eleitoral não encontrava espaço. Sendo assim, Fidel optou pela luta armada como única alternativa para derrotar a ditadura vivida no país.

Também em 1955, Fidel conheceu o médico argentino Ernesto “Che” Guevara no México, recém-chegado da Guatemala, onde presenciara o golpe militar que derrubou o governo nacionalista guatemalteco em 1954. Com Che, Fidel aprendeu muito sobre a realidade latino-americana, ampliando suas leituras, enquanto preparava a sua volta e a de outros insurgentes – inclusive Che – para Cuba, a bordo do iate *Granma*, fato que aconteceu em 1956.¹¹ Assim como em 1953, essa volta tinha o objetivo de derrubar Batista através das armas, buscando estruturar em Cuba um levante popular. O grupo preparou o caminho para seu retorno à ilha, estocando armas e fazendo treinamento de guerrilha. Ao optar por esta forma de luta, o Movimento Revolucionário 26 de Julho destacou as necessidades objetivas as quais o grupo deveria encontrar quando desembarcassem em Cuba e passassem a enfrentar a ditadura de Fulgêncio Batista.

Após o fracasso de uma greve geral em abril de 1958, os rebeldes passaram a contar

¹⁰ O Programa de Moncada apresentava um conjunto de cinco leis revolucionárias: reconhecimento da Constituição de 1940 como legítima; atribuição de terras a camponeses; direito aos trabalhadores assalariados de participarem em 30% dos lucros das grandes empresas industriais, extrativas e comerciais; concessão a todos os colonos de 55% da participação nos lucros da cana-de-açúcar; confisco de todos os bens obtidos a partir da malversação dos recursos públicos, atingindo todos os governos. Partindo destes decretos, entrar-se-ia em uma segunda etapa de medidas, relacionadas à reforma agrária e do sistema educacional, bem como à nacionalização de empresas prestadoras de serviços públicos. O programa também envolvia denúncias às condições de pobreza e subdesenvolvimento da ilha, marcada pela desigualdade.

¹¹ Nesta ocasião, um grupo de 82 revolucionários, comandados por Fidel Castro, embarcou em um pequeno iate, o *Granma*, com destino à província de Oriente, em Cuba. Após uma difícil travessia do Mar do Caribe, os expedicionários desembarcaram na ilha em 2 de dezembro de 1956, estabelecendo uma base guerrilheira na região de Sierra Maestra após quase terem sido dizimados pelas forças do governo.

com um aliado que se mostraria de grande importância: os comunistas, que em Cuba estavam organizados na sigla PSP (Partido Socialista Popular).¹² No entanto, no contato com o povo cubano e no embate com as tropas oficiais do exército foi constituído o caráter revolucionário do movimento, com a posterior ascensão gradual do socialismo em Cuba. A união entre a população e os guerrilheiros levou a luta a assumir compromissos objetivos também com as classes burguesas, mas principalmente com as esferas operárias e camponesas.

[...] até fins de 1960 e o início de 1961 o sistema de poder nascido da revolução não era um sistema misto (ou seja, meio burguês, meio proletário). Ele era, apesar das aparências em contrário, uma ditadura guerrilheiro-popular. Esta era, pois, a forma política de síntese que a democracia armada teria de assumir para rearticular os guerrilheiros, como vanguarda política, com a classe social majoritária e revolucionária (FERNANDES, 2007, p. 140).

Em Cuba, segundo Fernandes, “os ritmos históricos não separaram nitidamente os tempos que se tornaram de decomposição final do capitalismo e de implantação do socialismo” (FERNANDES, 2007, pp. 140-141). A atividade da guerrilha se adequou a essa situação, surgindo como expressão da vontade da população já que o desenvolvimento capitalista dentro de uma ordem social neocolonial prejudicou de tal forma os trabalhadores, impossibilitando que a grande maioria da população conseguisse viver razoavelmente bem. Neste sentido, a guerrilha foi a forma encontrada de lutar contra esse sistema.

A guerrilha, portanto, subverteu a órbita das relações e conflitos de classes, conferindo às classes trabalhadoras e destituídas a possibilidade (antes inconcebível) de enfrentar as tarefas políticas que a situação revolucionária e a guerra civil lhes impunham. E o regime de classes, antes de tornar-se “maduro”, explodiu (FERNANDES, 2007, p. 117).

A respeito dessas abordagens, Alberto Aggio aponta:

Se a interpretação parte de autores inclinados à aprovação dos destinos que ela assumiu tanto, isto é, o socialismo, o que se lê, regra geral, é a descrição de um esquema preestabelecido: ou a “revolução por etapas”, no caso de autores que se fundamentam no marxismo-leninismo histórico, de matriz soviética; ou a revolução dentro da revolução, naqueles que se fundamentam no que poderíamos chamar de um marxismo-leninismo autóctone, de filiação cubana. Na primeira vertente, a fase inicial de luta democrático popular é marcada ainda pelo “idealismo romântico” de suas lideranças, ainda distantes do espírito revolucionário assumido posteriormente. Na segunda, a revolução é abordada de um ponto de vista integral, identificando essência e forma revolucionária naquela que seria, como dissemos, a marca identificadora da Revolução Cubana: a luta armada. Quando esta última forma de abordar a Revolução Cubana é relativizada, admite-se ou uma presciência das lideranças revolucionárias quanto ao destino da revolução (o socialismo) ou que, nas circunstâncias cubanas, a realidade objetiva determinaria, de qualquer maneira, aquele desfecho, cumprindo os atores históricos um traçado heroico rumo a uma

¹² Até meados de 1958, os comunistas cubanos duvidavam da possibilidade de êxito do M-26-7 e tratavam Fidel Castro como um “aventureiro pequeno-burguês” (MONIZ BANDEIRA, 1998, pp.76-77).

conquista ideal e sentimentalmente concebida, quase uma fatalidade, somente desconhecida por aqueles que não se compenetraram do sentido dos acontecimentos (AGGIO, 2003, p. 17).

Devido à intervenção externa dos Estados Unidos e suas influências nas decisões internas do país, os cubanos passaram a alimentar a sensação de que a independência ainda não estava presente. A luta pelo socialismo e a rápida ascensão do movimento guerrilheiro são compreendidas, em grande medida, a partir deste fator histórico. Quando o grupo “guerrilheiro popular” tomou o poder em Cuba, as experiências históricas do povo tornaram impossível desvincular “a independência nacional à libertação social e política do país” (SADER, 1985, p. 34). Reis Filho indica a conquista revolucionária como a “vitória da heresia”:

Pois os revolucionários pareciam decididos a revogar esse destino, a dar um basta na posição subordinada do país em relação a Washington. Mas, também nesse aspecto, quem poderia ser contrário a efetuar mudanças naquelas relações, eivadas de neocolonialismo? Concessões mútuas conduziriam, certamente, a novos acordos. Nada poderia perturbar aquela atmosfera privilegiada de conagraçamento (REIS FILHO, 1999, p. 78).

Entre os descontentes com a ditadura de Fulgêncio Batista, estava o governo dos Estados Unidos. A desconfiança de Washington aumentava gradativamente em relação ao ditador cubano, tido pela opinião pública mundial como um tirano brutal e corrupto. Diante da crescente impopularidade desse importante aliado, a política do presidente Dwight D. Eisenhower (1953-1961) – até então apoiador dos governos ditatoriais afinados com os interesses norte-americanos – começou a sinalizar mudanças em seu posicionamento. Nas palavras de Richard Gott

Castro também tivera a sorte, ou talvez a habilidade de garantir que a política dos Estados Unidos em relação ao seu grupo de guerrilheiros permanecesse dividida e incerta. A opinião liberal norte-americana, exemplificada pelo *New York Times* e pelos elementos progressistas dentro da CIA, encarava Castro favoravelmente, ao passo que o Governo Eisenhower, tanto por inércia como por conservadorismo ou anticomunismo, continuou satisfeito em apoiar Batista, ainda que com crescente falta de convicção (GOTT, 2006, pp. 189-190).

Simultaneamente ao fornecimento de armas ao ditador, o governo dos Estados Unidos

nunca o fez em quantidades suficientes para permitir-lhe a vitória militar, nem tampouco o exército e a força aérea de Batista estavam tecnicamente equipados para lidar com a chegada de armas mais sofisticadas. [...] À medida que a vitória de Castro tornou-se cada vez mais provável, os norte-americanos não quiseram ser antagonistas do eventual futuro governante, ainda que não desencorajassem os britânicos e nem os iugoslavos, que continuaram fornecendo armas a Batista até o último momento (GOTT, op. cit., pp. 189-190).

Os norte-americanos

acreditavam que não tinham muito a temer de uma vitória de Castro, já que esta certamente se faria sentir pela mesma anarquia e disputa política que ocorrera após a revolução de 1933. Pouca coisa na história de Cuba sugeria que a vitória de Castro resultaria em meio século de relativa estabilidade (GOTT, op. cit., pp. 189-190).

Os rebeldes chegaram na Sierra Maestra, no lado oriental de Cuba, agrupando e treinando outros guerrilheiros, basicamente camponeses da região. No outro lado da ilha também ocorriam manifestações contrárias ao regime, partindo de ações como o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), a Federação dos Estudantes Universitários (FEU), o Diretório Revolucionário Estudantil (DRE), a Organização Autêntica (AO), o Partido Ortodoxo e o Partido Socialista Popular (PSP).

Contudo, esses movimentos rebeldes do oeste cubano no processo de luta contra a ditadura foram destruídos ou enfraqueceram, fazendo com que o grupo da Sierra Maestra se tornasse o destaque na polarização e liderança da luta contra o regime de Batista. Desta forma, em janeiro de 1959 a Revolução Cubana triunfou sob a hegemonia dos grupos do MR 26/7 e da Sierra Maestra. No entanto, a diversidade das forças que configuraram o processo revolucionário e apoiaram esses grupos foi representativa de um aspecto importante para o momento do pós-revolução, quando Fidel Castro apontou a necessidade de uma unidade revolucionária.¹³

A forma de organização da sociedade é o ponto de partida da promoção de uma mudança estrutural do regime sob o qual está estabelecida esta sociedade. Segundo Reis Filho, se apresentava “como em toda revolução, a abertura do mundo e da História para novos horizontes: inaugurações” (REIS FILHO, 1999, p. 79). Sem apoio popular se tornaria inviável tal superação. A alienação talvez fosse, portanto, o primeiro desafio. Em Cuba, a busca por parte da população em melhorar as péssimas condições em que vivia, construiu a maturidade para que se acreditasse que era possível superar o subdesenvolvimento. Fernandes via a sociedade cubana dessa forma: “Fica claro, então, que Cuba é uma sociedade revolucionária, suficientemente madura para dar densidade histórica à filosofia política revolucionária e bastante consolidada para tornar-se socialista” (FERNANDES, 2007, p. 212).

Para Fidel Castro, o instrumento de mobilização das massas devia ser fundamentalmente moral, apesar de também ser necessário utilizar um estímulo material, mas

¹³ Em relação a essa diversidade, é necessário ressaltar que o grupo da Sierra Maestra conseguiu o apoio de setores populares rurais e urbanos, bem como de setores da elite, principalmente de Havana, para derrubar Batista do poder. Todavia, ao se estabelecer o governo revolucionário, essa associação não foi possível devido às divergências entre os setores que queriam a radicalização e o aprofundamento do processo e dos setores mais moderados.

de forma correta.

O fato de a revolução triunfar num país e proclamar a intenção de edificar a nova sociedade não garante, de *per se*, que isto chegue a ser realidade. Para chegar ao socialismo e ao comunismo é necessário combinar dois fatores essenciais: o desenvolvimento de um homem novo, com uma consciência e uma atitude novas diante da vida, e o avanço da técnica, capaz de multiplicar a produtividade e gerar a abundância de bens. Para alcançar esta meta elevada da sociedade humana é preciso exercer uma política consequente com os princípios do marxismo-leninismo [...] (FERNANDES, 2007, p. 219, apud CASTRO, Fidel).

Falando da nova sociedade e dos novos indivíduos que deveriam surgir, Fernandes complementa:

Deste ângulo, o homem novo e a sociedade nova passaram de marco utópico do “idealismo revolucionário” a produtos e fatores interdependentes de uma nova situação histórico-social. Expressam e fazem parte de práticas coletivas concretas, que redefinem o significado humano da revolução. Ou seja, na medida em que uma “revolução para os trabalhadores” se transforma em uma revolução dos trabalhadores, pelos trabalhadores e para os trabalhadores, o que era uma aspiração de chegar ao socialismo passa a ser o socialismo em marcha e dele está brotando uma nova Cuba, Cuba socialista (FERNANDES, 2007, p. 261).

A participação do povo nas decisões vindas de forma vertical foi levada até a fábrica, para que os trabalhadores pudessem de fato dar suas contribuições. O trabalhador foi, de certa forma, incorporado em todas as tarefas, para uma construção coletiva da política nacional.

A revolução atinge, aqui, sua etapa mais construtiva, na qual ela própria suscita o fim do governo revolucionário, liga-se “para baixo” a todos os estratos do povo e assume um caráter democrático popular, institucionalizando-se como poder popular organizado. Portanto, esta é uma década de colheita de frutos mas, também, de lançamento dos pilares do Estado socialista e de conquista do futuro (FERNANDES, 2007, pp. 265-266).

Desta maneira, podemos declarar que a Revolução Cubana teve início como um processo de luta pela regularidade da democracia e pela soberania nacional, seja no plano político ou econômico, em que o nacionalismo foi o eixo norteador dessa luta. Entretanto, as contradições internas e externas foram acirradas, gerando a radicalização do movimento, que passou a adotar posturas evidentemente anti-imperialistas. A forte oposição dos Estados Unidos a qualquer ação que se afastasse de sua zona de controle impossibilitava que Cuba construísse um capitalismo nacional, independente e soberano, que abandonasse a insígnia norte-americana e destacasse suas próprias características. Segundo Moniz Bandeira

A Revolução Cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e democrático, e, muito embora alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, acolhessem, em pequena medida, ideias marxistas, não era inevitável que ela se desenvolvesse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e sua forma de governo (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 5).

Diante disso, apesar de existir anteriormente um programa de reformas amplo e que, na teoria, é considerado pertencente a uma ordem burguesa - reforma agrária, educacional e na saúde – esse projeto sofreu uma radicalização até 16 de abril de 1961, quando foi declarado o caráter socialista da revolução. Vitor Bemvindo indica que os processos de quebra da homogeneidade da sociedade interamericana foram longos e complexos.

É importante salientar que a Revolução não impôs de imediato no continente um novo sistema de confrontação com o sistema capitalista liderado pelos Estados Unidos. Porém, ela introduziu novos elementos na política interamericana, o principal deles foi o antiamericanismo – muitas vezes manifestado sob a forma de anti-imperialismo - antes demonstrado somente em movimentos minoritários das políticas locais, tais quais em partidos comunistas, movimentos anarcossindicalistas, etc. Esse elemento antiamericanista será fundamental para a quebra da homogeneidade continental, consolidada somente quando o regime revolucionário cubano declara o caráter marxista do movimento e se une à esfera de influência soviética (BEMVINDO, 2009, p. 42).

Os rompimentos efetuados pelo imperialismo estadunidense e pelo modo de produção capitalista foram postos em prática. Em Cuba, verificamos a evolução de uma posição liberal democrática radicalizada, com o papel central voltado ao nacionalismo, dirigindo-se a uma posição anti-imperialista. Fernandes (2007) atribuiu características de revolucionária, anticapitalista e anti-imperialista à Revolução Cubana. Porém, o próprio Fernandes (2007) atribuiu o aprofundamento do processo revolucionário ao comportamento reativo da oligarquia cubana e dos Estados Unidos, por um lado; e ao crescente radicalismo das classes populares, por outro. Neste sentido, o sucesso do movimento revolucionário ocorreu em razão das ações de Castro serem encaradas pelos Estados Unidos como um “movimento nacional-democrático e populista convencional” (FERNANDES, 2007, p. 135). Já para Gott, o posicionamento norte-americano foi consequência das habilidades políticas de Fidel Castro, que induziu uma opinião ao governo norte-americano em relação à guerrilha de Sierra Maestra: “dividida e incerta” (GOTT, 2006, p. 189). Outra perspectiva é trazida por Ricardo Antônio Souza Mendes.

Entendo que essas perspectivas acabam por levar a uma valorização da figura de Fidel Castro que suponho equivocada, posto que não considera os aspectos contextuais latino-americanos e os debates internos ao governo norte-americano quanto a que política encaminhar em relação à América Latina (MENDES, 2009, p. 10).

Aggio avalia que o movimento revolucionário tinha como elemento central o nacionalismo cubano. O historiador aponta que

A inquietação que surge em relação ao Exército Rebelde que se notabilizou na Revolução Cubana deriva do fato de a Revolução Cubana ter evidenciado, desde o início, suas fortes marcas e objetivos nacionalistas, além de ser o nacionalismo cubano considerado como um dos mais fortes e diferenciados do continente (AGGIO, 2003, p. 5).

Em relação ao caráter da Revolução Cubana e, da mesma forma, ao papel da guerrilha, Fernandes aponta que uma nacionalização democrático-burguesa não seria possível em Cuba uma vez que o polo forte da ordem social neocolonial estava fora do país, nos Estados Unidos. Nesse caso ele descarta uma intenção de revolução dentro da ordem.

[...] é conveniente salientar que a guerrilha não era e nem podia ser neutra com referência ao destino da ordem social neocolonial. Esta devia ser destruída inteiramente e até o fim, o que punha a guerrilha em luta direta com os Estados Unidos. Ao buscar o apoio frontal das classes trabalhadoras e da população pobre, ela não procurava uma retaguarda firme para sua luta armada contra a ditadura de Batista. Isso seria um exagero. Ela preparava o terreno para o confronto mais árduo e difícil com o imperialismo (FERNANDES, 2007, p. 118).

Após a declaração do caráter socialista da revolução, o governo revolucionário se deparou com o grande desafio de adaptar a economia cubana às normas ideais do socialismo: “O futuro não está ao alcance das mãos! Um povo não pode livrar-se, em pouco mais de um decênio, do fardo de uma herança pesada, deixada por 5 séculos de colonialismo e de neocolonialismo!” (FERNANDES, 2007, p. 197). Essa compreensão, unida às dificuldades econômicas, reafirmou os laços com os países socialistas – principalmente a URSS – até chegar ao evento da Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, quando os Estados Unidos definitivamente atirou Cuba nos braços da URSS.

A aproximação entre Cuba e URSS era útil para a ilha pelo apoio internacional diplomático, político e econômico. De outra forma, a URSS se beneficiava dessa aproximação no campo político-ideológico – devido à possibilidade da obtenção de uma zona de influência – e também no contexto estratégico, pela proximidade com os Estados Unidos, pois os soviéticos sentiam a ameaça dos mísseis estadunidenses existentes na Turquia.

Nesta fase, o governo cubano ainda tinha um projeto de diversificação da economia, com o desenvolvimento das indústrias, substituindo importações e ampliando as exportações para além dos produtos primários. Contudo, esse projeto fracassou e Cuba entrou no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME)¹⁴, em 1972, reunindo o bloco dos países com a liderança da União Soviética, trazendo consequências no caminho político-econômico traçado pelo país. Houve crescimento econômico, elevando o Produto Social Global¹⁵ e também a

¹⁴ Composto por países socialistas liderados pela URSS, fundado em 1972 e extinto em 1991.

¹⁵ Indicador que mede o produto bruto de acordo com os parâmetros de uma economia centralmente planejada.

quantidade das indústrias, bem como o número dos indicadores sociais; todavia, a busca de um rumo próprio e a autonomia da revolução foram, de alguma forma, atingidas. É essencial ressaltar que a situação do país melhorou consideravelmente a partir das reformas adotadas pelo governo de Castro.

Graças ao socialismo, apenas em 20 anos, Cuba: 1o. livrou-se da condição de “nação problema”, que a levava ao beco sem saída em que se encontrava; 2o. realizou uma reforma agrária que se inscreve na história das grandes realizações que ocorreram na América Latina no século 20; 3o. retirou a maioria de sua população, os setores mais pobres dos proletários rurais e urbanos, da situação crônica de condenados da terra, assegurando-lhes meios permanentes de trabalho, um padrão sóbrio mas decente de vida, e a possibilidade de viver como gente; 4o. suplantou um dos mais terríveis cercos capitalistas e deixou definitivamente para trás o complexo colonial e a complacência da burguesia compradora [...] (FERNANDES, 2007, pp. 149-150).

Ainda sobre avanços e limites, Reis Filho alerta para

A eliminação da miséria e do analfabetismo. A prevalência de políticas públicas igualitaristas conferindo a todos padrões dignos de existência. E a construção de sistemas de educação e de saúde equivalentes aos melhores do mundo. E, para além de quaisquer índices quantitativos, a não mensurável recuperação da dignidade de um povo (REIS FILHO, 1999, pp. 79-80).

Outro aspecto destacável envolve a questão educacional do país. A situação da educação antes da revolução se traduzia em mais de um milhão de analfabetos na população maior de 10 anos (25%) enquanto que 66% da população entre 5 e 24 anos não tinham assistência escolar. Para cada mil habitantes, apenas 3 concluíram o ensino médio e as escolas eram concentradas nos principais centros urbanos (FERNANDES, 2007, pp. 232-235). Imediatamente após a revolução a porcentagem da população matriculada em alguma instituição de ensino subiu 12,5% entre 1958 e 1959; e 37,1% de 1977 a 1978. A matrícula no ensino primário triplicou, no nível médio aumentou dez vezes e no ensino superior oito vezes. O orçamento apenas destinado à educação no ano de 1973 foi de 700 milhões de pesos, superior ao orçamento total da república antes de 1959 (FERNANDES, 2007, p. 232).

O governo também criou alguns incentivos aos trabalhadores - como pagamento adicional, aproveitamento em ocupações mais complexas e ascensão na escala de promoções – para que completassem seus estudos e tivessem acesso à cultura e, conseqüentemente, condições intelectuais para uma formação política. De 1972 a 1973 aumentou o número de trabalhadores estudando, sendo em curso de formação para adultos ou treinamento técnico, de 166.021 para 517.803: “A revolução concentrou-se no trabalhador. Ele é o alfa e o ômega, portanto, da revolução educacional em curso – como sujeito-objeto, como produto e como o agente previsível da consolidação da própria revolução ou do socialismo” (FERNANDES,

2007, p. 236).

Através dos órgãos institucionais a continuidade da revolução e, conseqüentemente, do poder popular, é garantida. É discutida e criada uma nova constituição proclamada no dia 24 de fevereiro de 1976, a qual

[...] preceitua que Cuba é “um Estado socialista de operários e camponeses e demais trabalhadores manuais e intelectuais” (art. 1), no qual “todo o poder pertence ao povo trabalhador que exerce por meio das assembleias do Poder Popular e demais órgãos do Estado que derivam dela, ou então diretamente” (art. 4). O cap. VII da constituição (“Os órgãos supremos do poder popular”), em seu art. 67, estabelece: “A Assembleia Nacional do Poder Popular é o órgão supremo do poder do Estado. Representa e expressa a vontade soberana de todo o povo trabalhador”. O único órgão com potestade constituinte e legislativa do país; nele se insere e dele propana, por sua vez, o poder executivo (FERNANDES, 2007, p. 288).

Ao entrar no CAME, Cuba passou a estabelecer uma clara dependência com os países de linha socialista. Isso ocorreu pois a ilha resistiu ao bloqueio e ao decorrente isolamento econômico e político em relação ao continente, com inúmeras operações de sabotagem com financiamento dos Estados Unidos, bem como escassez de recursos internos e estagnação econômica. A união destes elementos fez com que o CAME se tornasse a chance de superação de alguns problemas e a oportunidade de fortalecer internamente a revolução, por isto a importância dada a ele.

Com o fim da Guerra Fria, o bloqueio dos Estados Unidos é ampliado e Cuba perde as vantagens anteriormente oferecidas pelo CAME e do suporte político da União Soviética. Conforme Eric Hobsbawm

o fim da guerra fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e o colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A ideia, alimentada por pouco tempo pelos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma “nova ordem” baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista. Não poderia haver retorno ao mundo de antes da Guerra Fria, porque coisas demais haviam mudado, coisas demais haviam desaparecido (HOBSBAWM, 1995, p. 251).

Tanto na história da América Latina quanto na história mundial do século XX, a Revolução Cubana foi um fenômeno imponente, principalmente devido à natureza do seu reflexo imediato em outros países. A vitória dos barbudos de Sierra Maestra teve um impacto e influência enorme na história política recente da América Latina e até hoje movimenta debates.

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de

conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha maior publicidade. A Revolução Cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a despreendida generosidade de sua juventude – os mais velhos mal tinham passado dos trinta – um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária (HOBSBAWM, 1995, p. 427).

Segundo Carlos Batista Prado, o “modelo cubano de revolução, por meio da luta armada, foi, na década de 1960, o referencial histórico para vários movimentos de esquerda em países do terceiro mundo que buscavam sua libertação do neocolonialismo” (PRADO, 2007, p. 35). Nesse sentido, havia o objetivo de tornar o caso de Cuba o exemplo geral para a luta revolucionária em busca do socialismo (PRADO, 2007, pp. 36-37) e, ainda que não tenha alcançado seus objetivos, o projeto de “exportação” da revolução teve uma “função extremamente importante para o fortalecimento interno do regime cubano, pois consolidou a revolução dentro de suas fronteiras (PRADO, 2007, p. 42).

Sendo assim, não surpreende que a revolução chefiada por Fidel Castro em Cuba tenha exercido uma influência significativa sobre os países da América Latina. Logo a Revolução Cubana passaria a polarizar as opiniões políticas no continente: para muitos latino-americanos, a experiência de Cuba constituía um modelo de emancipação política e econômica; para outros, era um exemplo de subversão comunista a ser combatida e evitada a qualquer custo.

2.2 NOTÍCIAS: ASSIS CHATEAUBRIAND E SEU *DIÁRIO*

Ao analisarmos o panorama da relação entre a imprensa e a Revolução Cubana, entraremos em contato com as páginas do jornal *Diário de Notícias*, posicionado politicamente à direita. Os trabalhos publicados utilizando o *Diário de Notícias* como fonte de pesquisa ainda são escassos dentro da historiografia. Não são numerosas as obras que fazem referências à história da imprensa relacionada a esse jornal, apresentando poucas linhas e páginas, apesar de ser um periódico que marcou a história da imprensa gaúcha.

Uma importante contribuição no sentido de contar a trajetória desse jornal foi feita por Celito de Grandi (1999). O personagem principal da obra é o jornalista e empresário Ernesto Corrêa, diretor do *Diário* por 43 anos. Neste sentido, o livro preenche uma lacuna na memória da imprensa do Rio Grande do Sul, contando em detalhes a trajetória do *Diário de Notícias*, da sua primeira publicação, em 1925, até o último exemplar que circulou, em 30 de dezembro

de 1979. Ao contar a história do *Diário*, Grandi revive os personagens e os fatos que fizeram a história do estado e do país durante 55 anos.

O *Diário de Notícias* foi fundado em 23 de outubro de 1924, a partir da Sociedade Anônima Gráfica Porto-Alegrense. Em 1º de março de 1925 ocorre a primeira edição, com a chefia do ex-redator do *Correio do Povo*, Francisco Leonardo Truda¹⁶, além de Adroaldo Mesquita da Costa e José Pedro Moura, entre outros. No número de estreia, também chamado de artigo programa, o novo jornal expressa seus objetivos, esclarecendo: “Fugiremos, deliberadamente, ao sensacionalismo com que, mais de uma vez, nestes últimos tempos, se tem confundido a noção de jornalismo moderno”¹⁷ (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/03/1925).

A estratégia deste jornal era o seu estabelecimento enquanto uma empresa jornalística, sendo assim, seu maior trunfo era o departamento comercial, com um grande número de anunciantes. Seu programa ainda continha:

Em duas palavras, aliás, se resume todo o nosso programa: seriedade na informação, honestidade na crítica. [...] É preciso mais, é preciso que o jornal seja “do público para com ele mesmo, o eco dos seus sentimentos, das suas aspirações, das suas necessidades”. Esse eco só se pode traduzir através do exercício sereno, elevado, da crítica desapassionada mas sincera e leal, atingindo e envolvendo tudo quanto diga respeito ao bem público. E porque assim o entendemos, nada do que possa interessar à coletividade encontrará indiferente o “Diário de Notícias”. [...] Ensinavam os velhos mestres da língua que crítica é a “arte de discernir o verdadeiro do falso, o bom do mau”. É com esse critério que praticaremos a crítica. [...] Exercida objetivamente, com a maior isenção de espírito, com uma total independência que não exclui, mas, antes, se alicerça na mais absoluta serenidade, ela não se deixará desviar por paixões subalternas e não será arrastada pelo ardor das contendas que deprimem, minimizando, por isso mesmo que o “Diário de Notícias” surge liberto de todo vínculo partidário e quer percorrer a sua estrada à margem da política e acima dos partidos. [...] Fugir das querelas dos partidos, não dar ouvidos às solicitações da politicalha não significa, porém, abdicar do direito de pensar, renunciar a faculdade de ter uma opinião e externá-la, que essa é, antes, a missão capital da imprensa. [...] Estabelecer uma comunhão íntima e perfeita de ideias e sentimentos entre o “Diário de Notícias” e seus leitores, ir buscar nessa interpenetração recíproca e profunda, a razão de ser dos nossos pronunciamentos e das nossas análises – tais serão elementos em que fundaremos os nossos direitos ao título de órgão legítimo da opinião pública” (Edição nº 1. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/03/1925, p. 4).

O surgimento do *Diário de Notícias* ocorre em um contexto de passagem de um jornalismo “político-partidário” para um jornalismo baseado em “empresas jornalísticas”. Ao estudar o desenvolvimento da imprensa brasileira, Sodré (1999) alerta que o novo jornal é condizente com o que se denomina de “grande imprensa”, através do surgimento das empresas jornalísticas, em uma conjuntura já citada na introdução deste trabalho. Ao

¹⁶ Truda deixou o *Correio do Povo* – fundado por Caldas Júnior – devido à discordâncias com o diretor, José Alexandre Alcaraz.

¹⁷ Nesta pesquisa, optamos por transcrever o conteúdo do jornal com a grafia atualizada.

examinar a trajetória do jornalismo no Rio Grande do Sul, Rüdiger (1998) – assim como Sodré – situa o advento do *Diário de Notícias* em um quadro de crise do jornalismo político-partidário, evidenciado pelo jornal do governo *A Federação*.

O declínio desse formato de jornalismo se deve a fatores como a crise mundial do pós-guerra, encarecendo o preço da importação do papel; a ascensão das novas classes médias, com a formação de novos propósitos culturais, diversificando o público leitor, que passou a exigir padrões de edição e gráficos que o jornalismo político-partidário não oferecia; em seguida, na década de 30, a situação política do país recebe agravantes: a partir das Revoluções de 30 e 32, bem como do Estado Novo, em 1937, diversos jornais são fechados (RÜDIGER, 1998, p. 43-46).

Inclusive, a história do *Diário* não seria a mesma sem o advento do Estado Novo, decretado por Getúlio Vargas que, em 1937, faz uma opção pelo fechamento da imprensa partidária. Desta forma, tornou-se dominante o modelo de imprensa de massas, baseado em empresas jornalísticas sem vinculação político-partidária. Ademais, “a modernização das relações sociais havia progredido, permitindo uma diminuição da dependência ao campo político” (RÜDIGER, 1998, p. 54).

Partindo dessa perspectiva, Rüdiger (1998) aponta o *Diário de Notícias* – fundado no século XX, com alguma presença crítica mais marcante - e o seu concorrente, *Correio do Povo* - fundado ainda no século XIX com uma proposta de imparcialidade bem ao estilo das modernas empresas jornalísticas - como a vanguarda do “jornalismo informativo” no Rio Grande do Sul, devido aos padrões capitalistas da organização empresarial e pelas posturas que adotavam em relação às novas demandas. Isto foi a essência do seu fortalecimento, com o impulso da industrialização na década de 30, a expansão das atividades comerciais e a criação do mercado publicitário, permitindo a modernização dos periódicos, além da concentração do trabalho da imprensa em poucas empresas, facilitando a distribuição dos anúncios e das receitas (RÜDIGER, 1998, pp. 61-63).

Ao final da década de 20, o *Diário de Notícias* enfrenta uma grave crise econômica. Isto posto, Assis Chateaubriand - que se envolvia com a campanha para a presidência da República apoiando Getúlio Vargas – inicia a produção de sua rede de jornais e compra o periódico em 1930, utilizando dinheiro da Aliança Liberal, a chapa de Getúlio, seguindo com a defesa dos postulados da Aliança e do movimento revolucionário. O *Diário de Notícias*, desta forma, passa a integrar o grupo chamado de “Diários Associados”, que mais tarde

também reúne estações de televisão e rádio¹⁸, sendo o primeiro jornal do Rio Grande do Sul a se integrar a uma rede nacional de comunicações.

A partir disso, o periódico começa a estar presente nos assuntos políticos do país de forma mais direta, fornecendo a dinâmica da modernização ao jornalismo gaúcho, relacionando-se à indústria cultural, com a construção de conglomerados de comunicação, unindo emissoras de rádio e jornais em todo o Brasil. Destina seu apoio a Getúlio nas eleições e na revolução de 30, porém, com o Levante Paulista de 1932, iniciam-se as primeiras divergências, como aponta Barbosa, com o distanciamento do governo, a rigorosa censura e muitas prisões (BARBOSA, 2007, p. 122).

Diante dessa conjuntura, o jornal permaneceu fechado de julho de 1932 até dezembro desse mesmo ano, com a prisão de vários jornalistas, como Ernesto Corrêa, que mais tarde foi diretor do *Diário de Notícias*. Após esses episódios, não são feitas maiores oposições ao Estado Novo e mantiveram-se relações de cumplicidade com o governo Vargas. Conforme Andréa Torres (1997), a função no Rio Grande do Sul de amenizar a situação entre governo e imprensa estaria a cargo do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*, verdadeiros “patrocinadores” locais da expansão dos ideais nacionalistas do Estado Novo, exercendo “o papel fundamental de mediação de uma unidade nacional, a partir de um projeto político” (p. 58).

Contudo, em 1945, com a redemocratização, inicia-se uma campanha antivarguista contundente, acompanhando o ritmo dos outros órgãos associados e da maior parte da imprensa brasileira, até chegar ao suicídio de Vargas, em 1954. Inclusive, durante a crise que ocorreu nesse ano, o *Diário de Notícias* publicou trechos do jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, maior opositor de Getúlio e alvo do atentado na rua Toneleiros. A utilização desses trechos serviu, em uma ferrenha oposição, para complementar as opiniões que a linha política do periódico expressava.

As consequências da campanha antivarguista empreendida pelo jornal foram péssimas. A população porto-alegrense se revoltou após o suicídio de Vargas, pois simpatizava com o falecido presidente, e atacou vários estabelecimentos que se identificavam com o capital norte-americano, como a embaixada estadunidense e o City Bank, além de partidos políticos, como a UDN. Ademais, os prédios dos órgãos de comunicação foram atacados com a justificativa de que faziam campanha opositora a Getúlio. Alguns deles foram o jornal *O Estado do Rio Grande*, pertencente ao Partido Libertador e o *Diário de Notícias*. O

¹⁸ Esse processo fica marcado pela compra das rádios *Farroupilha* (1943) e *Difusora* (1944) pelos Diários Associados.

historiador Jorge Ferreira destaca as manifestações de tristeza e revolta da população urbana e brasileira diante da notícia da morte de Getúlio Vargas.

Os motins populares no Rio de Janeiro, a violenta insurreição em Porto Alegre, os protestos em São Paulo e Belo Horizonte e a incredulidade e amargura manifestadas em outras capitais do país foram episódios decisivos para a desarticulação do movimento político opositor em curso naquele momento (FERREIRA, 1994, p. 63).

No *Diário de Notícias* foram destruídos móveis, máquinas e equipamentos, por uma multidão furiosa, marcando o início do declínio do jornal, que não conseguiria se recuperar deste episódio.

Outros grupos, empunhando a bandeira nacional e com alto-falantes, seguiam pelas ruas acusando a oposição da morte de Vargas. Um desses grupos invadiu a redação e as oficinas do *Diário de Notícias*, órgão dos Diários Associados. Bobinas de papel e milhares de exemplares do jornal foram atirados na calçada e incendiados. Não satisfeito, depredou e ateou fogo em suas instalações. Com o atraso dos bombeiros, nada sobrou (FERREIRA, 1994, p. 84).

Após ficar seis meses sem circular, o jornal volta em março de 1955, com um enorme prejuízo financeiro. Seus diretores eram sujeitos que traziam concepções políticas diferentes entre si, dificultando a caracterização do jornal referente a uma tendência política específica. Ernesto Corrêa não era filiado a nenhum partido político, mas Grandi (1999) aponta que era simpatizante de Getúlio Vargas; Say Marques era membro do Partido Libertador e vereador em Porto Alegre, e João Calmon – especialmente designado por Assis Chateaubriand para fazer uma reestruturação no jornal - do Partido Social Democrático (PSD) (GRANDI, 1999, p. 85). Segundo Rüdiger, o jornal ressurgiu com “uma linha mais conservadora”, gerando a perda de contato com os novos públicos de leitores (RÜDIGER, 1998, p. 80), até chegar a crise que provocou o fechamento do jornal, no dia 30 de dezembro de 1979. Neste sentido, Grandi (1999) aponta que comparada aos acontecimentos de 1955, a postura dos Diários Associados foi mais sutil desta vez do que em 1954, sem se posicionar tão claramente quanto aos acontecimentos políticos. Outro elemento importante é que a adoção de práticas conservadoras não era postura inédita, pois encontrava apoio tanto no seu proprietário quanto na rede a qual fazia parte.

Podemos indicar que o posicionamento do jornal estava voltado agora à defesa do liberalismo político, da livre iniciativa, do antinacionalismo, do impulso ao desenvolvimento por meio do capital internacional. É necessário lembrarmos de alguns aspectos levantados no decorrer deste trabalho, como a defesa de que o jornal tem uma opinião e a defende sistematicamente, mesmo que não faça isso de forma explícita, produzindo notícias

superficiais que formatavam a opinião pública, utilizando diagramação e termos comparativos. O exercício do poder político, exigindo um certo grau de legitimidade, está relacionado à organização das coletividades, que necessitam de imagens e de representações que legitimem as figuras de autoridade daquela sociedade e também a si próprias. Portanto, a legitimidade do poder se encontra na capacidade de manejo e emissão de um conjunto de símbolos e imagens que expressem normas de bom comportamento, papéis sociais, crenças comuns, entre outras distinções.

Na edição em que comemorava 33 anos da primeira publicação, o *Diário de Notícias* relembra os momentos em que esteve atento aos acontecimentos políticos e que, segundo sua interpretação, representou o desejo e a opinião da população gaúcha, cumprindo uma “missão” a qual se dispôs:

Longa etapa de esforços e de devoção à terra, ao homem e às coisas do Rio Grande comemora, hoje, o DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 33 anos. Todos os que labutam nesta casa – extremo bastião meridional dos “Diários Associados” – ufanam-se do seu trabalho e têm um sentimento claro de seu comportamento e de sua contribuição ao progresso da comunidade rio-grandense. Surgimos num instante crucial do curso orgânico do nosso Estado: quando o Rio Grande apurava suas tradições cívicas para ingressar na era da sua autonomia espiritual, através do pleno exercício do voto livre e indevassável. Importante foi a participação do DIÁRIO DE NOTÍCIAS no advento e no fortalecimento do novo roteiro institucional do R. Grande, como importante foi, também, pouco depois, o papel que desempenhamos na magna revolução que conferiria maturidade política ao Brasil e o alçaria ao mesmo plano das grandes democracias mundiais. Daí até hoje a vida do DIÁRIO DE NOTÍCIAS tem-se confundido com a própria vida do Rio Grande. Temos a convicção do dever cumprido. Em momento algum – diz-nos a consciência – estivemos ausentes a qualquer chamamento do Rio Grande. Onde quer o interesse autêntico do Estado se configurasse, ali estava presente o DIÁRIO DE NOTÍCIAS, pugnaz, vigilante, veemente, irreduzível, munido por alto espírito público, no amparo e defesa das boas causas coletivas. Achamos que temos uma noção exata da nossa missão profissional. E que ao cumprimento dessa missão nos consagramos, sem falsa modéstia, com destemor, independência e imparcialidade. Inspirados nesses propósitos, de que força alguma nos poderá arredar, estamos certos de exprimir em nossas páginas a opinião rio-grandense, com a lealdade, a firmeza e a intrepidez que são o orgulhoso florão da gente gaúcha (Edição: “33 anos”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/3/58, p. 4).

Apesar de defender uma postura de imparcialidade, é necessário considerar que o periódico continuou se posicionando politicamente, em virtude dos compromissos de seu proprietário. Um desses casos é o envolvimento de Assis Chateaubriand com a campanha de Juscelino Kubitschek e os eventos decorrentes. O *Diário de Notícias*, como órgão integrante dos Diários Associados, teve uma posição perante esses acontecimentos políticos, procurando defendê-la diante de seus leitores. O jornal, enquanto instrumento de manipulação e intervenção na vida social, defendeu a posse de Juscelino Kubitschek dos ataques da

oposição, pelas inúmeras ligações que seu proprietário, Assis Chateaubriand, tinha com JK, tanto no nível político-partidário como no pessoal. O *Diário* procurou enfatizar uma normalidade associada com a legalidade para refutar os opositoristas. Sendo assim, garantia-se a posse de um candidato que estava de acordo com o que o grupo jornalístico defendia. Antes da ditadura civil-militar de 1964, ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, os jornais brasileiros, motivados pelas disputas ideológicas do pós-Segunda Guerra Mundial, promoviam intensos debates sobre as possibilidades de transformação das sociedades latino-americanas, sobre o seu potencial de desenvolvimento econômico e as possibilidades de diminuir o atraso, a dependência, as desigualdades sociais e as possibilidades de se fazer a "revolução". Particularmente, o *Diário de Notícias* foi palco dessas discussões.

Um elemento que é necessário ser reconhecido é que a segunda metade do século XX foi o período das grandes corporações, que utilizavam mais de um formato de comunicação. Precisamos considerar que o país tinha grande parte da população em condição de analfabetismo. Neste sentido, o rádio podia chegar mais facilmente a uma parcela maior da população em comparação ao jornal que, nesses casos, poderia veicular menos informações. No entanto, sua análise não perde, em nenhuma medida, a relevância para compreendermos os posicionamentos de uma grande empresa jornalística. Vivemos em um contexto de mídias de jornal e televisão que passam a ser questionadas, com o desmonte de suas posições de imparcialidade e neutralidade políticas. A partir da década de 1980, têm crescido em quantidade e qualidade os trabalhos que utilizam o jornal como fonte, com um maior refinamento teórico e debates com a área da comunicação. O questionamento atual sobre os meios de comunicação têm contribuído para uma melhor problematização sobre os cuidados na leitura dessas fontes específicas. Neste trabalho, buscamos mostrar como um órgão da imprensa teve um posicionamento decorrente de seus compromissos assumidos e como os defendeu diante do leitor. Acreditamos na perspectiva de que o campo de pesquisa com as fontes jornalísticas tende a se expandir e se qualificar ainda mais.

3 PALAVRAS QUE CONSTROEM UMA REVOLUÇÃO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES – 1957 E 1958

Na apresentação, na aplicação e na análise das fontes cabe ressaltar que, nesta pesquisa, as notícias foram examinadas e utilizadas tendo como panorama de fundo os episódios da Guerra Fria. A observação e a análise do conteúdo dos boletins internacionais possibilita obter uma boa noção da estrutura jornalística, a relação entre as páginas, a hierarquização de poderes, a manipulação de reportagens e de narrativas, a relação entre os repórteres e suas fontes, assim como as escolhas tomadas pelo periódico, que deixam bastante claras as questões de neutralidade e imparcialidade.

O conhecimento dos mecanismos internos de fabricação das notícias é fundamental para o historiador que utiliza a imprensa como meio de pesquisa – ou objeto de pesquisa – assim como é necessário ter informações a respeito da produção de qualquer outro formato de testemunho histórico. Ter acesso a esses processos internos, como as tecnologias usadas pelos periódicos, por exemplo, fornecem historicidade à fonte pesquisada. Neste sentido, as discussões teóricas e metodológicas realizadas nos capítulos anteriores são diretamente aplicadas ao exame das fontes e dos conteúdos presentes no espaço dos boletins internacionais.

3.1 BOLETIM INTERNACIONAL

Em sua maior parte, o Boletim Internacional veiculado pelo *Diário de Notícias* tinha origem no noticiário fornecido pela United Press International (UPI)¹⁹. A repercussão dos episódios internacionais no *Diário de Notícias* permite entender problemas da época, não apenas relacionados àquele episódio, mas a toda a cultura política que seleciona, organiza e constrói um cenário em que um evento explica as disputas sociais, políticas e ideológicas internacionais e locais.

No mês de janeiro de 1957, o periódico destacava em seu Boletim Internacional a ocorrência de algumas manifestações contrárias a Batista ocorridas em Washington, com

¹⁹ A agência United Press foi fundada em 1907, e a International News Service em 1909. Em 1958, as duas agências se fundiram e formaram a United Press International (UPI). No Brasil, a primeira agência de notícias foi fundada em 1931, por Assis Chateaubriand, a Meridional de Notícias.

denúncias de atos de violência do governo de Cuba contra seus inimigos políticos. Alguns dias depois, era noticiada a suspensão das garantias constitucionais no território cubano, estabelecendo ainda a censura do rádio e da imprensa, pelo prazo de 45 dias. Neste ponto, o *Diário* justifica a decisão do governo como sendo “provocada pelos atos de terrorismo que vêm sendo praticados em todo país, bem como pela necessidade de proteger a produção açucareira e a propriedade particular” (“Suspensas as garantias constitucionais em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/01/57, p. 2).

No mês seguinte, ainda sob os efeitos da suspensão das garantias constitucionais na ilha, o jornal anuncia a oferta da polícia cubana de “cinco mil pesos” de recompensa à pessoa que proporcionasse informações que permitissem encontrar fábricas de bombas ou os autores dos “atos de terrorismo”: “O chefe de Polícia acusou 'mãos criminosas' que agem do estrangeiro para subvencionar desses vis procedimentos. Acrescentou que a polícia trabalha dia e noite para pôr fim a esses atentados”. Segundo o periódico, a declaração do chefe de Polícia a respeito da frase “Mãos criminosas que agem do estrangeiro” seria uma suposta referência ao ex-presidente Carlos Prío Socarrás, exilado em Miami naquele momento (“Continuam os atos de terrorismo em Havana”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/02/57, p. 2).

Em março de 1957, a polêmica estampada na capa se voltou ao caso das armas de procedência brasileira que, supostamente, seriam empregadas em uma revolução para derrubar o governo do general Fulgêncio Batista. Segundo o jornal, o informante que relatou tal denúncia declarou que:

Em 1950 e, posteriormente, em 1952 o Brasil de fato vendeu algumas armas e munições consideradas obsoletas para o uso do Exército. Essas duas vendas, feitas à República de São Domingos, foram, na época, devidamente autorizadas pelo Congresso e pelo Conselho de Segurança Nacional. Desse modo, a existência de armas de fabricação brasileira em Cuba, faz pensar que, talvez, tenham as mesmas sido desviadas por elementos revolucionários cubanos refugiados em São Domingos, que foi o único país para o qual em 1950 e 1952 vendemos material bélico (“Armas brasileiras em Cuba desviadas de São Domingos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/03/57, p. 1).

Pequenas notas nos extremos das páginas contendo informações sobre o cotidiano dos conflitos em Cuba sempre estavam presentes, estimulando julgamentos por parte da opinião pública em relação aos comportamentos adotados na luta dos revolucionários cubanos. Um exemplo é o caso dos jovens norte-americanos que estariam engajados na guerrilha contra o governo de Batista.

As autoridades dos Estados Unidos em Cuba estão tentando um meio de comunicar-se com os rebeldes cubanos que se encontram na “Serra Mestra” para fazer convênios com o objetivo de alcançar que voltem ao seio de suas famílias os três adolescentes que a eles se uniram e que são filhos de membros das forças armadas norte-americanas. Existe uma possibilidade de uma “expedição” norte-americana ao local para estabelecer contato com os rebeldes e negociar o retorno dos garotos, antes de serem adotadas medidas mais radicais (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/03/57, p. 2).

Reportagens mais discretas como esta ou mesmo as manchetes que, com frequência, estampavam as capas do *Diário*, traçam um percurso e um avanço dos grupos contrários a Fulgêncio Batista em direção ao seus objetivos. Contudo, o jornal deixava claro que a defesa do governo estava sendo feita de forma eficaz e preventiva: “Grupo de jovens tentou assaltar o palácio presidencial em Cuba: repelida a força atacante” (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/03/57, p. 1). No dia seguinte, o jornal ainda noticiava o episódio do dia anterior: “Grupo suicida liderou o assalto ao palácio do presidente cubano” (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/03/57). Adotando a teoria do atentado suicida, o periódico alerta para o risco de morte ao qual Batista estaria exposto.

O governo aguarda outras investidas dos revolucionários, estando, porém, desta vez, preparado para fazer frente a novos ataques similares à operação suicida realizada ontem contra o palácio presidencial, segundo informaram esta noite fontes autorizadas. Os informantes acrescentaram que, ao que parece, o atual objetivo do movimento revolucionário já não é mais o de forçar o governo, senão o de assassinar o presidente Fulgêncio Batista e outros altos funcionários do governo com a finalidade de provocar o caos. Supunha-se aqui, que os rebeldes entrariam em ação entre dez e quinze de março, porém a audácia do ataque frontal de ontem contra o palácio superou todos os cálculos. Os meios informados atribuem o plano de ataque a um grupo clandestino chamado “Diretório Estudantil Revolucionário” (“Visada a vida do Presidente Batista”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/03/57, p. 2).

Diante de tantas tensões e riscos envolvendo a figura de Batista, a nota do dia seguinte referente à situação cubana esclarece: “Reforçada a guarda da sede do governo cubano” (*Diário de Notícias*, 16/03/57, p. 2). Isso ocorre porque em março de 1957, alguns jovens penetraram no palácio presidencial e quase conseguiram matar o ditador. No dia 13 de março de 1957, um comando do Diretório Revolucionário do líder estudantil José Antonio Echeverría, que era composto de 64 jovens, atacou o Palácio Presidencial com o objetivo de executar Batista. A operação foi um fracasso - do ponto de vista militar - e custou a vida de 40 dos 64 estudantes. Os sobreviventes foram perseguidos pela cidade e assassinados. Echeverría perdeu a vida durante um enfrentamento com a polícia perto da Universidade de Havana.

O anúncio de Fulgêncio Batista restabelecendo as garantias constitucionais – que estavam suspensas nos 133 dias anteriores – ocorre em abril de 1957: “O presidente disse aos

jornalistas que não se projeta reiniciar a suspensão e recordou que as garantias foram suspensas somente por causa dos 'perturbadores e terroristas financiados do estrangeiro'" ("Cuba retorna à normalidade", *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19/04/57, p. 2). As operações da polícia cubana na repreensão dos movimentos revolucionários torna-se constante e o periódico noticia quase diariamente as apreensões de armas e as prisões: "A polícia cubana descobre um novo depósito clandestino de armas" (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/05/57, p. 2).

Ainda no mesmo mês, o julgamento dos envolvidos no caso do iate Granma, liderado por Fidel Castro, recebeu destaque pelo periódico.

O tribunal de urgência de Santiago de Cuba condenou a seis anos de prisão 29 revolucionários entre os quais figuram 22 que chegaram como expedicionários no iate "Granma", comandado pelo dirigente revolucionário Fidel Castro, em novembro último. Os outros acusados receberam sentenças de um a três anos por atividades subversivas (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 12/05/57, p. 2).

No Brasil, as reações contrárias às opções adotadas pelo governo cubano partiam principalmente dos movimentos estudantis universitários. Neste sentido, o *Diário* trouxe em sua capa a recomendação da União Nacional dos Estudantes (UNE) aos Diretórios Acadêmicos de todas as Escolas Superiores do país.

(...) para que entrassem em greve no dia 21 de maio, em solidariedade aos estudantes cubanos, a propósito dos recentes acontecimentos verificados naquele país e que culminaram com a morte de vários estudantes, na luta encetada por estes contra as tropas do governo local ("Solidários com cubanos: greve geral, em todo o país, dos universitários", *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/05/57, p. 1).

O aumento da violência e dos conflitos em torno da situação política de Cuba é um dos temas mais comentados pelo jornal, principalmente após a criação de grupos militares de assessoramento com o propósito evidente de exterminar os movimentos de oposição. O *Diário* destacou os apelos públicos de paz e entendimento a cada reportagem contendo detalhes sobre os embates.

O senador da esquerda, Raul Lorenzo, pediu que a comissão interparlamentar de paz se reúna com o ex-presidente Carlos Prío Socarrás e o chefe rebelde Fidel Castro para fazer uma trégua e conseguir a solução política da crise. A comissão resolveu que se realizem eleições gerais em junho de 1958 e um projeto de lei pendente de solução do Congresso dispõe a aprovação de um fundo de 5.000.000 de pesos para atender aos necessários preparativos eleitorais ("Onda de terror em Cuba", *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 01/06/57, p. 2).

Na busca por soluções rápidas, o governo cubano acirrou a mobilização para fechar o cerco contra os movimentos oposicionistas. O objetivo de enfraquecer os revolucionários

através do território ocupado por eles, foi prática constante.

A Armada fechou hermeticamente uma faixa de 180 milhas da costa, na agitada província de Oriente, com o objetivo de impedir que os rebeldes fujam por mar ou recebam reforços pela mesma via. A ordem de bloqueio, que atinge o litoral entre Santiago de Cuba e Manzanillo, induziu a marinha norte-americana a cancelar o fim de semana em Santiago para as unidades da base naval de Guantánamo (“Arrancada final contra rebeldes do leste cubano”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/06/57, p. 2).

Durante o mês de junho, o jornal evidenciou constantes interceptações feitas por agentes do governo cubano de cartas enviadas a Fidel. Segundo o *Diário*, as mensagens assessoravam o comandante rebelde nas táticas de guerrilhas e alertavam Castro a “não participar pessoalmente dos combates e a evitar conflito direto com as tropas governistas” (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/06/57, p. 2). Diante disso, as reações de Batista buscavam não dar trégua aos rebeldes.

O governo parece disposto a lançar a sua 'campanha terrestre de extermínio', há longo tempo prometida contra os redutos rebeldes na Sierra Maestra. Informações de Santiago de Cuba dizem que as tropas do exército estabeleceram uma base avançada na estrada Palma, ao sudeste de Manzanillo, depois de haver danificado as pontes e silos da região (“Decidido o governo cubano a exterminar o foco de rebeldes”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/06/57, p. 2).

As informações fornecidas pela polícia cubana eram uma das principais e escassas fontes que alimentavam a imprensa mundial e, conseqüentemente, estavam presentes no *Diário*. Neste sentido, o periódico trazia notas referentes a ações que a polícia desenvolvia e divulgava, também como forma de justificar os atos de repressão.

A polícia informou haver dispersado um grupo de terroristas que projetavam uma série de assassinatos de destacadas figuras do governo. O comunicado diz que várias pessoas foram detidas e que confessaram lhes terem sido oferecidos 500 pesos pelo assassinato do ex-representante Teodoro Tejera Setlen, durante muito tempo partidário político do ex-presidente Carlos Prío Socarrás. Além disso, a polícia apoderou-se de pistolas, bombas, munições e documentos (“Grupo de terroristas dispersados em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/06/57, p. 2).

A polícia informou que dois jovens não identificados assassinaram a tiros o soldado Domingos Haura Soito, pelas costas e, em seguida, obrigaram o motorista a estacionar o veículo e, logo depois, fugiram. Em Havana, a polícia deteve onze pessoas, acusando-as de conspirar para o assassinato de destacadas figuras políticas bem como para assaltar a guarnição militar de La Palma, na província de Pinar del Río (“Terror político impera em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16/06/57, p. 2).

As técnicas utilizadas pelo exército de Fulgêncio Batista também eram noticiadas pelo *Diário*. Uma das estratégias divulgadas pelo jornal era a busca pela dominação dos rebeldes cubanos através da fome. Nas diversas fases das operações “de limpeza” empreendidas na

zona da Sierra Maestra a orientação era para que o cerco se fechasse de forma lenta, sem comprometer as tropas do governo em uma área de acesso tão difícil. Conforme o *Diário*, o coronel Pedro Barrera, responsável pelas operações “de limpeza”, estava otimista em relação a esta estratégia.

Acrescentou que confiava em que viesse a se render no momento em que se esgotassem os víveres. Revelou, mais adiante, que o atual objetivo do exército é impedir que os rebeldes venham a receber alimentos do exterior, para, dessa forma, obrigá-los a capitular, voluntariamente, quando já não mais possuírem víveres e munições (“Procura o exército cubano dominar pela fome os rebeldes de Serra Maestra”), *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/06/57, p. 2).

Ao final do mês de junho de 1957, a tensão vivida na ilha de Cuba mostra-se presente nas páginas do *Diário* que, utilizando-se do que chama de “fontes autorizadas”, declara que a oposição política ao regime de Fulgêncio Batista projeta um novo movimento armado.

É evidente que se projeta algum golpe ousado na província de Oriente ou na de Havana, por duas razões, a saber: 1ª, Para aliviar a pressão do exército sobre as posições dos rebeldes na Serra Maestra, e 2ª, Para contrabalançar o efeito da enorme concentração pública que deverá realizar-se domingo próximo em Santiago de Cuba, capital da província de Oriente (“Articula-se novo movimento armado em Cuba contra Fulgêncio Batista”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/06/57, p. 2).

Também ganhavam destaque nas páginas do *Diário* as manifestações por parte de apoiadores do governo de Batista. Ao tratar como “onda de terrorismo” as ações praticadas pelos movimentos revolucionários, o periódico indicava alguns elementos de seu posicionamento diante da questão cubana.

Patrulhas da polícia reforçadas por forças militares percorrem as ruas de Santiago de Cuba em consequência de uma nova onda de terrorismo às vésperas da vasta concentração política marcada para amanhã pelos partidários do governo. [...] A importância da concentração reside no fato de que será realizada exatamente na zona em que os rebeldes afirmam ter o seu ponto forte (“Nova onda de terrorismo contra o governo cubano”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 30/06/57, p. 2)

A iminência de um confronto mais direto entre as tropas do governo e os revolucionários da Sierra se tornou cada vez mais presente. A circulação de informações que indicavam que os revolucionários e as tropas do exército tinham realizado confrontos em determinados pontos da Sierra eram bastante comuns, mas a confirmação de tais notícias nem sempre era possível. A sequência de notas diárias e com conteúdo semelhante construía um panorama de conflito inevitável e passível de ocorrer a qualquer momento.

Notícias de Palma Soriano dizem que hoje se registrou um grande movimento de tropas nessa cidade e que as autoridades tomam medidas para enfrentar qualquer ato de violência. Também foi informado o desaparecimento de algumas pessoas, que,

segundo círculos autorizados, foram, aparentemente, transportadas para Serra Maestra com o fim de se incorporarem às forças rebeldes que Fidel Castro chefia (“Grande Movimento de Tropas em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/07/57, p. 2).

Ao iniciar o mês de agosto, a notícia da suspensão das garantias constitucionais em Cuba, por 45 dias, voltou a estampar o periódico. As fontes que, segundo o *Diário*, eram oriundas do palácio presidencial, apontavam que “a censura entraria em vigor imediatamente e que os censores seriam designados para os estabelecimentos atingidos por tal medida” (“Suspensas as garantias constitucionais em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 02/08/57, p. 2). O comunicado foi publicado logo após ser deflagrada uma greve geral em Santiago de Cuba. Enquanto isso, segundo o jornal, teve início uma violenta campanha contra o embaixador norte-americano Earl Smith, por aquilo que o *Diário* chamou de “presumível intervenção nos assuntos internos de Cuba” (idem).

A medida foi tomada em sessão extraordinária do Conselho de Ministros, presidida pelo general Fulgêncio Batista, após violenta campanha da imprensa contra o novo embaixador dos Estados Unidos, Earl E. T. Smith, e notícias de novos assaltos rebeldes contra os avanços do exército na província de Oriente (idem).

O agravamento da situação política em Cuba e os desdobramentos da greve geral tornavam-se temáticas recorrentes para o *Diário de Notícias*.

O quartel-general do exército cubano informou hoje sobre um novo choque entre as tropas governistas e rebeldes, na província de Oriente. O informe militar diz que em um “encontro” ocorrido em Peladero, perto da localidade de Uvero, na referida província, morreram dez rebeldes. Peladero fica ao sul de Sierra Maestra. O informe acrescenta que as tropas governamentais “apreenderam grandes quantidades de víveres e medicamentos” e que retiraram as fichas datiloscópicas dos mortos para a sua identificação (“Novo choque de forças governistas e os rebeldes”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/08/57, p. 2).

Além disso, Santiago de Cuba era apontada pelo jornal como “o foco principal de resistência contra o governo de Fulgêncio Batista”.

Na cidade de Santiago de Cuba, capital da província onde se está desenvolvendo o levante, os negócios estiveram novamente interrompidos esta tarde, em consequência da greve. Depois da hora do almoço, só ficaram abertas umas poucas lojas pequenas, em contraste com o que aconteceu de manhã, quando, na sua maior parte, os estabelecimentos abriram as suas portas, atendidos pelos proprietários. Os observadores calculam que a paralisação dos negócios na capital é de 90 por cento. As ameaças das autoridades de que seriam despedidos os trabalhadores que não se apresentassem ao serviço às duas horas da tarde foram contrabalançadas por outras de fontes rebeldes de que se adotariam medidas de represália se os trabalhadores se submetessem à ordem de retornar ao trabalho. As sucursais locais dos bancos dos Estados Unidos estiveram abertas, com os guichês atendidos pelos chefes. Na sua maioria, os bancos cubanos fecharam as suas portas, devido à ausência dos funcionários. [...] Às 8 horas da manhã, as autoridades militares deram aos

trabalhadores ainda em greve o prazo até às duas horas da tarde para regressarem aos seus postos ou perdê-los definitivamente (idem).

Quando o movimento de greve geral chegou a Havana, teve sua maior concentração nos serviços de transporte, com a interrupção das atividades dos ônibus. Segundo o *Diário*, “de sua residência no acampamento de Columbia, Fulgêncio Batista ridicularizava o movimento de greve”.

Batista disse que podia assegurar ao país que 'não haverá greve'. Qualquer tentativa de greve geral, acrescentou, 'será esmagada rapidamente, da forma necessária para a segurança da família, a preservação da ordem pública e o bem estar e paz interna'. Batista advertiu também aos empregados que, se por temor 'cooperarem direta ou indiretamente, com os patrocinadores da greve, sofrerão as mesmas consequências que os terroristas e sabotadores' (“O movimento liderado pelos rebeldes de Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/08/57, p. 2).

Todas as ações envolvendo alguma forma de agitação social ou até mesmo atos de violência e que colocavam em risco a segurança da população em geral eram imediatamente inseridas na conta das movimentações realizadas pelos grupos rebeldes que, repetidamente, eram tratados como “terroristas”.

Uma bomba pequena ou granada de mão explodiu esta manhã no pavimento térreo da grande loja Woolworth, no coração do distrito comercial de Havana, causando, segundo as primeiras informações, um morto e cinco feridos. Esta é a primeira vez em oito meses de atividade terrorista que se coloca uma bomba explosiva dentro de um recinto comercial, embora em várias ocasiões anteriores os terroristas tenham lançado fósforo aceso ao interior de lojas na capital. A explosão no estabelecimento Woolworth, na rua Galiano, que é das mais centrais, se verificou em uma escada de pavimento térreo, às 10:30 horas da manhã, exatamente a hora de maior afluência de fregueses. A polícia chegou ao local da explosão imediatamente, iniciando a investigação [...] Em Havana, o ministério de Educação informou que outras sete escolas rurais foram incendiadas por sabotadores na última semana, elevando para 60 o número de escolas destruídas pelos terroristas em todo o país, desde janeiro passado (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/08/57, p. 2).

No dia seguinte, a notícia era referente ao fim da greve geral em Santiago de Cuba contra Fulgêncio Batista, após uma semana de paralisação das atividades comerciais. O periódico apontava o “fracasso da greve” e a fala de Batista condenando “o terrorismo como arma política” (“Fracassou a greve geral contra o regime cubano”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 08/08/57, p. 2). O governo cubano, ainda que sofresse constantes ataques, procurou divulgar à imprensa a imagem de que estava no controle da situação. Neste sentido, o *Diário de Notícias* noticiou que o governo de Batista concedeu a mais de cem presos políticos que se encontravam na ilha de Pinos, um “novo tratamento”: “Os referidos presos, com efeito, obtiveram o direito de que suas esposas os visitem particularmente, uma vez por semana, e de que se lhes permita ter receptores de rádio em suas celas.” Medidas como estas buscavam

tranquilizar não só a população local, mas também a imprensa mundial, que iria transmitir ao um grande número de pessoas os acontecimentos da ilha. Ganhar apoiadores era uma meta do governo de Batista.

Quando as garantias constitucionais foram suspensas em 1º de agosto último, os presos políticos em Havana e Santiago de Cuba se encontravam em greve de fome, com o propósito de obter melhores condições de vida, para os presos da ilha de Pinos. A greve fracassou com a suspensão das garantias. A maioria dos presos políticos da ilha de Pinos se compõe de militares que foram sentenciados por conspiração, membros do grupo revolucionário inicial de Fidel Castro e “agitadores e terroristas”, considerados especialmente perigosos pelo governo (“Concedido melhor tratamento aos presos políticos cubanos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/08/57, p. 2).

A região da Sierra Maestra, na província de Oriente, era o maior alvo da pressão exercida pelo exército cubano às forças rebeldes que se instalaram naquela área. Portanto, as notícias presentes no *Diário* referentes a esta parte da ilha eram apresentadas sempre sob a versão das tropas do governo de Batista, isto é, não continham a perspectiva dos grupos guerrilheiros e opositores.

Despachos procedentes de Santiago de Cuba declararam que, segundo fontes bem informadas, de 100 a 200 homens do “exército particular” do senador Rolando Masferrer foram uniformizados e enviados às montanhas para auxiliar as tropas regulares que têm a missão de “aniquilar” as forças do chefe rebelde Fidel Castro Ruz. O paradeiro do senador Masferrer é ignorado atualmente, apesar de que se sabe que almoçou com o presidente Fulgêncio Batista, no Palácio Presidencial, há dois dias. Outras informações, não confirmadas oficialmente, declararam que a força aérea cubana está prestando apoio às unidades de infantaria na Sierra Maestra e empregando bombas pesadas para desalojar de suas posições os elementos rebeldes. Uma fonte declarou que mais de 400 bombas pesadas foram lançadas na nova campanha de “extermínio” (“Luta de Extermínio do Exército Cubano contra os Rebeldes”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 18/08/57, p. 2).

Em setembro de 1957 o jornal apontou que uma rebelião deflagrada na base naval da cidade de Cienfuegos, na província de Las Villas, havia sido rapidamente dominada pelo governo. Há, nesta ocasião, a ênfase do governo cubano em declarar que a revolta não havia sido chefiada por marinheiros cubanos, mas sim, por “insurretos” e “agressores”. É importante destacar que o *Diário de Notícias*, por sua vez, obtém estas declarações e informações por meio de fontes norte-americanas.

A guarnição naval de Cienfuegos ocupou a cidade, mas não se sabe ainda se os marinheiros estão a favor ou contra o governo. Em Cienfuegos está localizado o comando meridional da marinha cubana e se calcula que a guarnição naval está composta de 200 a 300 homens. [...] O governo anunciou esta noite que “a autoridade foi restabelecida” em Cienfuegos. [...] Fontes norte-americanas nesta capital declaram que a melhor informação disponível sobre a revolta de Cienfuegos é que ela “não foi chefiada por elementos da marinha cubana”. As mesmas fontes

salientaram que a polícia nacional e o exército cubano em Cienfuegos mantiveram comunicação durante todo o dia com a capital cubana. Declararam ainda que a força aérea cubana foi enviada a Cienfuegos para bombardear os elementos rebeldes que ocupavam a base naval, localizada em uma ilha, no meio da baía. Um funcionário declarou que carecem de fundamento os despachos no sentido de que unidades navais em Santiago de Cuba e outras bases cubanas tenham aderido à revolta. Salientaram os informantes que “não se trata de uma rebelião por parte das forças armadas”. Anunciaram, por fim, que a cidade de Cienfuegos em nenhum momento esteve dominada pelos rebeldes (“Frustrada uma sedição em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/09/57, p. 2).

Nesta mesma página, o *Diário de Notícias* destaca uma entrevista exclusiva, feita por cabograma - mensagem telegráfica transmitida através de cabo submarino - em que Fulgêncio Batista conversa com Chiles Coleman, o redator-chefe da divisão meridional da United Press (UP), sobre a situação política e as aspirações de Cuba. Segundo o periódico, a reportagem foi motivada pelo “profundo interesse quanto aos assuntos cubanos demonstrado por portos e cidades do sul dos Estados Unidos que chegaram a ter um florescente comércio latino-americano”. Conforme a entrevista, em suas respostas Fulgêncio Batista declarou que Cuba “só pode ser uma democracia, governada democraticamente”. No entanto, ressalta que, ao mesmo tempo, necessita de “uma mão firme para reprimir a violência e o terrorismo de agentes comunistas e políticos frustrados” (“Cuba só pode ser uma democracia, mas precisa de firmeza no governo”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/09/57, p. 2).

Afirmou que o problema máximo de Cuba é chegar a uma independência econômica que marche de par com a sua independência política. E, acrescentou, sob o seu governo Cuba conseguiu um firme crédito que lhe permitiu empreender vastas obras, com todo o êxito. Fulgêncio Batista negou categoricamente que seja um ditador. A ditadura imaginária que se lhe atribui, acrescentou, “é a mesma que, durante todos esses anos, permitiu que a imprensa, o rádio, os oradores públicos e a televisão apliquem esse ridículo qualificativo ao governo”. [...] Batista negou que o seu governo projetasse expropriar 122 mil hectares de terras de propriedade de norte-americanos na província de Oriente, a fim de distribuí-las entre colonos, depois de pagar um preço justo aos seus proprietários (idem).

Outro levante em Cienfuegos foi noticiado pelo *Diário*, divulgando informações extraoficiais com um número de, aproximadamente, duzentos mortos. Além disso, o jornal também destacou a denominada “justiça revolucionária” dos rebeldes contra os chefes governistas, apontando a situação como “inteiramente dominada” e relatando o isolamento da cidade de Cienfuegos do restante do país para a abertura de inquérito acerca do ocorrido. O fechamento da notícia trazia as informações oficiais do governo cubano.

Um comunicado oficial do governo diz que nos encontros ocorridos ontem em Cienfuegos foram mortos 50 rebeldes. Acrescenta a informação que as forças do governo perderam doze soldados. Diz também que houve 13 soldados feridos (“62 mortos na rebelião de ontem em Cienfuegos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre,

07/09/57, p. 2).

Alguns dias após este fato, o jornal se manteve na abordagem dos conflitos cubanos, utilizando a expressão “guerra psicológica” e destacando que as tensões voltaram a adquirir força, muito em face dos crescentes indícios de que “a breve revolta da quinta-feira última na cidade de Cienfuegos era parte de uma cadeia de atividades semelhantes que não chegaram a efetuar-se”.

A rádio rebelde, enquanto isso, reiniciou a guerra psicológica contra o governo. O presidente Batista recebeu um prazo de 15 dias para renunciar voluntariamente, pois do contrário será derrubado, segundo disse na noite de ontem a “Rádio Liberdade”, a emissora clandestina dos revolucionários. Salientou que a ameaça não é uma brincadeira. E afirmou: “Nós levamos a cabo as nossas promessas, ao contrário do que faz o governo, que periodicamente anuncia a iminente liquidação da luta na Sierra Maestra, a qual nunca é sufocada”. O locutor também leu uma mensagem codificada, contendo instruções à “guarda presidencial” e outra a uma suposta unidade subversiva, que foi “felicitada” pelo bom trabalho realizado. As ameaças da rádio rebelde aparentemente não causaram efeito nas medidas do governo para consolidar a sua posição, depois de ter sufocado rapidamente a revolta de Cienfuegos. Informou-se que 50 oficiais da marinha, no mínimo, estão detidos em bases navais desta capital e de Mariel, na província de Pinar del Rio, para ser interrogados sobre as suas simpatias e suas possíveis ligações revolucionárias. Acredita-se que foi expedida uma ordem de prisão contra Manuel Antonio de Varona, ex-presidente do Senado e um dos mais próximos colaboradores do ex-presidente Carlos Prío Socarrás, a quem o governo identificou como o financiador da revolta da semana passada. Informa-se que Varona está foragido. Fontes bem informadas, por outro lado, revelaram que os quatro destacados políticos da oposição que se uniram às forças de Fidel Castro na Sierra Maestra, há alguns meses, abandonaram o chefe rebelde cubano (“Através do rádio prossegue a guerra psicológica dos rebeldes cubanos de Castro”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/09/57, p. 2).

As informações da polícia acerca da tomada da emissora que transmitia as declarações de Fidel Castro também foi notícia no *Diário*. Segundo o jornal, a instalação se encontrava no subúrbio de Mariano, a 1.100 quilômetros das montanhas de Sierra Maestra, na província de Oriente. Um segundo transmissor havia sido retirado antes da chegada da polícia e, conforme a nota, as transmissões eram utilizadas por porta-vozes rebeldes nos Estados Unidos, principalmente em Miami, como base para declarações de propaganda que supostamente procederiam “diretamente de Castro”.

A apreensão da emissora rebelde se verificou quando ainda não tinham decorrido as 72 horas do ultimato que, segundo se diz, Fidel Castro transmitiu pelo rádio ao presidente Batista. [...] O governo cubano iniciou hoje o expurgo nos altos postos do exército e da polícia, a fim de fortalecer as medidas de segurança contra os rebeldes de Fidel Castro. O expurgo foi anunciado ontem e resultou na prisão de três oficiais e na destituição de alguns comandantes. Ao mesmo tempo, informa-se que o governo de Fulgêncio Batista enviará um ultimato aos rebeldes, para que se rendam, dando-lhes garantias de vida e julgamento regular (“Em poder da polícia a emissora rebelde de Fidel Castro (Cuba)”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/09/57, p. 2).

Quando ocorreu a quinta suspensão de garantias pelo governo de Batista, dentro de um período de 10 meses, o *Diário* destacou que em uma dessas políticas não estava inserida a suspensão da liberdade de imprensa: “Referindo-se à suspensão de garantias, o general manifestou que se trata de uma ação paradoxal, porque fora adotada para assegurar ao povo e ao país seu direito pleno a tais garantias”. Outra declaração de Batista noticiada pelo jornal assegurava que “somente aqueles que não têm respeito à vida humana e para quem a República não significa nada têm motivos para temer a ação governamental” (“Adiada a suspensão de direitos civis na República cubana”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/09/57, p. 2).

A temática da liberdade de imprensa seguiu produzindo noticiários. Conforme uma nota publicada, a censura aplicada em Cuba não buscou somente ocultar a verdade, mas também falsear os fatos e exercer coerção sobre os diretores de jornais para que publicassem propagandas do governo.

O comitê executivo da Sociedade Interamericana de Imprensa propôs hoje que o governo do presidente Fulgêncio Batista, de Cuba, seja declarado “antidemocrático”, por impôr uma censura “arbitrária e ridícula”, nesse país. Em Cuba se está empregando a censura para impedir que o povo saiba, na verdade, os excessos cometidos pelas autoridades e fique a par do que realmente está ocorrendo no país (“Batista impôs em Cuba a mais rigorosa censura”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16/09/57, p. 2).

Ainda assim permaneciam sempre presentes os anúncios de novos e violentos encontros entre as forças do governo e os insurretos dirigidos por Fidel Castro nas montanhas da Sierra Maestra, na província de Oriente.

O comunicado oficial se limita a dizer que as baixas rebeldes foram “crescidas” e que o exército perdeu dois homens, mas informações particulares de Santiago de Cuba, capital da província de Oriente e centro nevrálgico da oposição ao governo do presidente, general Fulgêncio Batista, dizem que foram numerosas para ambos os bandos. [...] Essas mesmas fontes indicaram que esse último encontro foi provavelmente um dos maiores ou talvez o maior ocorrido até a data presente, entre os rebeldes escondidos nas montanhas e os seus perseguidores desde dezembro último. Uma fonte fidedigna declarou que a unidade militar que travou combate estava formada por 400 soldados acampados em Guisa, os quais percorriam a região em busca de elementos rebeldes (“Novo encontro entre os rebeldes cubanos e forças do exército”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20/09/57, p. 2).

Nestas condições, até mesmo a lealdade das Forças Armadas é posta em dúvida e sofre algumas baixas.

A United Press foi informada hoje que uma dezena de pilotos da força aérea cubana foram condenados a penas de 6 a 8 anos de prisão “por desobediência a ordens”, em

relação com a revolta naval de 5 desse mês em Cienfuegos. Os pilotos, em sua maioria instruídos nas bases da força aérea dos Estados Unidos, foram acusados de não cumprir a ordem de bombardear as posições tomadas pelos rebeldes, durante o contra-ataque das forças fiéis ao ditador Fulgêncio Batista. Um conselho de guerra acusou esses pilotos de lançarem inutilmente suas bombas na baía de Jaguá (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/09/57, p. 2).

Uma semana após esta nota, o *Diário* noticiava que os três membros das forças navais de Cuba condenados à morte por um conselho de guerra pela rebelião de Cienfuegos não seriam executados: “O presidente Fulgêncio Batista comunicou, esta tarde, a seu embaixador nas Nações Unidas, Emílio Portuondo, que 'comutará esta pena como sempre o fizera'” (“Não serão executados três revoltosos cubanos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28/09/57, p. 2).

Em dezembro de 1957, o periódico destacou o “aniversário” de um ano das atividades dos rebeldes cubanos, fazendo um breve resumo superficial sobre as ações do grupo de Fidel Castro.

Fidel Castro desembarcou na costa sul de Cuba, à frente de uma força expedicionária de 82 homens, há exatamente um ano. Mas o “aniversário” passou praticamente despercebido. Despachos do interior da república dizem que reina calma geral, com apenas alguns casos isolados de sabotagens, principalmente incêndios de canaviais na província de Oriente. Uma explosão, ao que parece de uma bomba, interrompeu o fornecimento de eletricidade em grande setor do bairro de Vedano, nas últimas horas da noite de ontem, mas a polícia anunciou que foi verificado um curto-circuito em um condensador. Um pugilo dos 82 homens que desembarcaram do iate “Granma”, há um ano, continua hoje lutando. Mas a metade morreu no combate que se seguiu ao desembarque, perto de Noquero, e 22 deles, que foram capturados, cumprem agora as sentenças a que foram condenados. Sobreviveu o “alto comando” de Castro, composto pelo próprio Castro, seu irmão Raul e um médico. Apesar de Castro ter perdido quase todos os homens da expedição inicial, atualmente comanda uma força de guerrilhas nas montanhas de Sierra Maestra, a qual se calcula em uns 600 homens. As guerrilhas não ganharam muito terreno mas conseguiram manter ocupados uns 30.000 soldados do exército cubano, durante os últimos meses. A maior parte da atual força de Castro está formada por camponeses da zona. Também há estudantes e professores. Apesar de que a força de Castro não seja considerada como uma ameaça para a continuação do governo de Fulgêncio Batista, o jovem advogado se converteu em um símbolo da resistência para muitos que opõem ao atual governo. Em 1952, comandou um ataque contra um quartel, onde pereceram muitos homens. Castro foi condenado a longa pena de prisão na ilha de Pinos, mas foi perdoado pelo presidente Batista, seu atual arqui-inimigo (“Há um ano estão em atividade os rebeldes cubanos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3/12/57, p. 2).

No ano de 1958, a primeira referência aos rebeldes cubanos no boletim internacional consistiu na divulgação de uma fuga de alguns revolucionários da prisão.

Fontes rebeldes informaram que Armando Hart, Javier Felipe Pazos e outros dois lugares-tenentes não identificados do chefe rebelde Fidel Castro se encontram em caminho junto com os seus libertadores para se reunir a Castro, em um lugar não revelado. Os informantes acrescentaram que na breve mas encarniçada luta que precedeu o ousado resgate foram mortos pelo menos oito guardas e condenados à

prisão. Puerto Boniato continua ainda isolado de Santiago, com barreiras e soldados e está proibida a passagem de civis (“Revolucionários cubanos fugiram da prisão”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/02/58, p. 2).

Nos meses seguintes, as manchetes buscaram retratar um clima de instabilidade política na ilha, trazendo também para as páginas do jornal informações oriundas das fontes rebeldes. As notas continham indicações de sabotagens em indústrias, incêndios de refinarias da Esso, de depósitos de café do Banco de Comércio Exterior – o jornal destaca que o produto atingido seria utilizado para consumo local - garagens de ônibus, ataques ao Banco Nacional, bem como declarações de membros do movimento rebelde apontando esforços no sentido de “impedir as eleições previstas para o dia primeiro de junho” pois, segundo a fonte rebelde “o sistema eleitoral é um gracejo e a ditadura continuará”. Diante dos atos desses grupos, muitas notas do noticiário internacional utilizaram o termo “sabotadores rebeldes” para se dirigir às mais variadas estratégias executadas pelo grupo de Fidel, destacando a morte de civis (“Cuba inteira estará em chamas dentro de um mês: 'blitz total’”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/02/58, p. 2).

Em março de 1958, Fulgêncio Batista deixou o palácio presidencial e se estabeleceu no quartel-general do exército, instituiu forte censura às comunicações e reafirmou a “ditadura”, enquanto havia a paralela intensificação das atividades dos rebeldes de Fidel Castro. O *Diário de Notícias* chamou esse momento de: “a hora da decisão” entre Fulgêncio Batista e seus inimigos, expressando real crença de que esse conflito político em Cuba culminaria nos dias seguintes com uma “campanha de extermínio com que vem ameaçando, desde algum tempo, os rebeldes. À primeira vista, o governo tem na mão todas as cartas do trunfo, mas a oposição bem poderá ter uma carta ainda mais decisiva”. Essa carta que o periódico apontou era a greve geral. Após o acirramento da censura à imprensa, as manchetes presentes no boletim internacional voltaram-se à iminência da saída de Fulgêncio Batista – denominado “ditador” - do governo cubano sem, no entanto, demonstrar simpatia pela guerrilha, considerando que os ataques rebeldes eram constantes e sistemáticos (“Censura à imprensa”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/03/58, p. 2).

A continuidade da perda de garantias constitucionais e da forte censura à imprensa, teve como consequência a concentração de atenção na figura de Fidel Castro por parte do jornal, que o apontou como “figura alternativa à opressão de Batista”, pois este utilizou, segundo o *Diário*, “poderes ditatoriais para enfrentar a Revolução”.

Nas montanhas de Oriente, o nome de Castro é sussurrado com admiração,

reverência e afeto. É considerado quase como um salvador, pois prometeu aos campônios da serra - “a gente esquecida de Cuba” - que algum dia farão parte do país em que vivem (“Semana crítica na Revolução Cubana: Fidel Castro prevê a queda de Batista para o próximo dia 15”, *Diário de Notícias*, 01/04/58, p. 2).

Estes iniciais indícios de aprovação no posicionamento do jornal diante das ações rebeldes se converteram em manchetes diárias, entrando na “fase final da luta contra Batista”. O periódico retratou múltiplos choques dos rebeldes de Fidel Castro com as forças de Batista, destacando que a causa de Fidel estava fundamentada em um ideal: “a verdadeira força do exército do chefe rebelde cubano Fidel Castro repousa no fato de que eles obviamente estão dispostos a morrer, e não por um salário”. Contudo, ao descrever o exército de Castro, acentuou a superioridade em armas das tropas oficiais, destacando que “as tropas de reforço empregadas na ofensiva de Oriente são soldados regulares, instruídos e não recrutas bisonhos” e falou, pela primeira vez, em “atividades pró-comunistas” (03/04/58).

[...] um desorganizado e débil exército guerrilheiro, uma força fanática. [...] somente dez por cento do exército de Castro está equipado com armas modernas. O resto está armado com rifles calibre 22, espingardas de dois canos, rifles belgas de esporte, revólveres e algumas Winchesters. Também têm 24 metralhadoras calibre 30, alguns morteiros e rifles automáticos Browning (“Fase final da luta contra Batista”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 09/04/58, p. 2).

Podemos perceber, portanto, uma indefinição por parte do periódico, que ainda tentava compreender o cenário cubano e isto se deve, em grande parte, à própria indefinição que os Estados Unidos davam a este mesmo cenário. Ainda nos primeiros meses de 1958, o *Diário de Notícias* apontou que “em vários países do continente têm havido manifestações de apoio ao líder rebelde Fidel Castro, cuja tenacidade na luta contra a situação cubana tem sido realmente admirável” (“Insustentável a situação do presidente Batista”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/04/58, p. 2). Contudo, demonstrações como essa foram raras na abordagem do periódico, pois a estratégia continuou relacionada à imagem dos rebeldes sendo controlados e reprimidos, através da busca pela ordem. O cenário de instabilidade política em Cuba recebeu outro formato quando os Estados Unidos intervieram de forma mais direta, com advertências e presença de tropas.

Os últimos meses do ano de 1958 foram marcados por um forte anticomunismo nas páginas do *Diário*. A presença da Guerra Fria e da polarização que ela gerava explicam o posicionamento do periódico enquanto contrário ao mundo socialista representado pela União Soviética. Os noticiários internacionais e nacionais continham forte oposição ao comunismo e apologia aos preceitos norte-americanos. Neste sentido, as notícias voltadas à União Soviética

sempre carregavam aspectos negativos e indicavam inúmeras tentativas de infiltração do comunismo no ocidente orquestradas pela URSS: (“Comunismo: inimigo da humanidade”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 27/09/58, p. 2). As “advertências” feitas pelo jornal tinham como grande referência o embaixador e proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand que, com frequência, tinha seus posicionamentos publicados no *Diário de Notícias*, em grande parte chamando a atenção ao fato de que “falta sentido de comunhão na política exterior sul-americana” (“Isolacionismo: caminho para o comunismo na América Latina”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/10/58, p. 2).

Desta forma, como nos aponta Carla Rodeghero, o anticomunismo no Brasil “parece ter tido sua fase inicial entre 1917 e 1930. Seus alvos eram movimentos operários de inspiração anarquista, socialista e, mais tarde, comunista” (RODEGHERO, 2007, p. 184). Em 1917, com a Revolução Russa e seus posteriores acontecimentos, o medo e a luta contra o comunismo iniciam-se com mais expressividade no Brasil, principalmente por meio da iniciativa privada e da sociedade civil, primeiramente na religião – anticomunismo católico – e em seguida, estruturando-se, com intervenções no aparato estatal.

Neste clima de instabilidade, as ações guerrilheiras a fim de enfraquecer o governo e as empresas estrangeiras tinham sua base nas atividades dos rebeldes intensificadas por Fidel Castro. No entanto, eram comuns as notas destacando graves baixas dos rebeldes cubanos: “O comunicado eleva o total de cerca de 300 as baixas causadas às forças de Fidel Castro” (14/11/58, p. 2). Enquanto outra nota já apontava que houve “mil rebeldes cubanos eliminados em 16 dias” (26/11/58, p. 2) e que foi “esmagada uma conspiração de suboficiais cubanos” (30/11/58, p. 2). Segundo o *Diário*, “os acontecimentos recentes da ilha poderiam convergir em direção de um novo período crítico para o governo do presidente Fulgêncio Batista”, gerando uma “ofensiva total contra rebeldes de Fidel Castro” (02/12/58, p. 2).

4 PALAVRAS QUE ESTABELECEM UMA REVOLUÇÃO: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES – 1959 E 1960

4.1 BOLETIM INTERNACIONAL

No primeiro dia de janeiro de 1959 o *Diário de Notícias* alertou para um anúncio da rádio rebelde sobre a grande possibilidade de um ataque geral contra a guarnição militar de Santiago de Cuba, capital da província de Oriente: (“Recrudescer a luta dos rebeldes cubanos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 1º/01/59). No outro dia o jornal traz a manchete: “Cai um dos derradeiros ditadores americanos: Fulgêncio Batista” e a página seguinte encontra-se repleta de reportagens sobre o caso cubano. Caso este, aparentemente, tratado como exemplo aos demais países do continente pelo jornal. Este, inclusive, não se esquivou de apontar os caminhos mais “corretos” a serem seguidos pela ilha e de exaltar a figura de Fidel Castro.

Mais um ditador caiu estrepitosamente: Fulgêncio Batista que desde 1952 vinha tiranizando o povo cubano, depois de haver corrompido suas instituições públicas. Como aliás todos os ditadores. Exatamente 24 horas depois de haver proclamado que tudo estava dominado, fugiu de Cuba para o refúgio que outro ditador lhe havia preparado o déspota dominicano Trujillo. Apesar da tragicidade dessa fuga, que evitou fosse o tirano chamado a prestar contas de seus crimes, não pôde haver melhor presente de Ano Novo para os cubanos que essa reconquista da liberdade. A luta certamente ainda não terminou com a entrada do líder rebelde Fidel Castro na capital e com a proclamação dum presidente provisório, na pessoa da venerada figura de Manuel Urrutia, magistrado que preferiu as agruras do exílio a pactuar com os hediondos processos do tirano foragido. O novo governo provisório será certamente apenas um interregno que grandes dificuldades vai enfrentar. No setor interno, no empenho de pacificar o país e sanear as instituições; no externo, no esforço para chegar a um entendimento com todos quantos durante seis anos deram mão forte ao tirano ora expulso. Cumprida essa tarefa, deverá o regime provisório cuidar da realização de eleições autênticas, sabido que é que o recente pleito em Cuba foi pura farsa para garantir a continuidade da tirania corrupta de Batista e seus asseclas. Fidel Castro, que revelou nessa jornada revolucionária verdadeira fibra de herói, com ambições quase místicas para o bem-estar de seu povo, certamente será fiel ao seu ideal revolucionário, que alimenta desde os vinte anos de idade. Em seus dois anos de luta direta contra o ditador expulso, tornou-se o símbolo do fermento revolucionário que se manifestava em todas as camadas cubanas, a ponto de lhe ser possível, finalmente, desencadear a ofensiva total contra o regime despótico de Fulgêncio Batista e tirar-lhe por fim todo o sustentáculo na opinião pública. É significativo que o líder rebelde tivesse precisamente entre os estudantes e as profissões liberais seus mais ardorosos adeptos. Mas, como ficou dito, o jogo não terminou. O povo cubano reconquistou a liberdade. Ganha novamente um governo decente. A ditadura, porém, deixou a triste herança de todos os tiranos: os ócios que precisam ser aplacados e a corrupção que precisa ser sanada. Que o exemplo cubano possa, mais uma vez, inspirar os adversários do despotismo em todas as partes do mundo (“O exemplo cubano”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3/01/59, p. 2).

Nesta mesma linha o jornal seguiu noticiando a fuga do ditador Fulgêncio Batista e de quase todos os membros do governo, a tomada da capital pelas forças do líder rebelde Fidel Castro, a proclamação do magistrado Manuel Urrutia como presidente provisório, bem como o que chamou de “quebra-quebra e pilhagens em Havana” e a procura de refúgio na República Dominicana pelo “tirano”.

O presidente Fulgêncio Batista fugiu de Havana às cinco horas de ontem. Adiantaram fontes bem informadas que foi estabelecida uma Junta Militar no campo de Colúmbia, em Cuba, sob a chefia do general Eulógio Cantillo. Os principais auxiliares de Batista também fugiram, tomando o rumo do México e de Miami. Espera-se a deflagração duma greve geral. [...] O ex-Presidente Fulgêncio Batista de Cuba, refugiado nesta capital, foi entrevistado ontem pela imprensa, que lhe perguntou como fora possível a um grupo tão pequeno como o de Fidel Castro a tomada do poder em Cuba. Respondendo, disse Batista: Inicialmente, os elementos de Fidel Castro foram enfrentados pela Guarda Rural, que não estava preparada para a luta de guerrilhas. Quando os rebeldes ampliaram seu raio de ação e entraram em luta com as tropas do Exército, em campo aberto, já haviam recebido contínuos embarques de armas e munições e estavam mais bem armados do que as tropas do Governo. Foi nesse momento que eu vi a inconveniência de prosseguir a luta, pois haveria grandes sacrifícios de vida, sendo, portanto, preferível, a entrega do governo (“Cuba recupera a liberdade, após dois anos de sangrentas lutas”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3/01/59, p. 2).

Ainda na mesma página o *Diário* apresenta uma breve biografia de Fidel Castro e de Manuel Urrutia, respectivamente.

Suas tendências revolucionárias se manifestaram desde 1947, com a idade de 20 anos, quando tomou parte de uma insurreição na República Dominicana. Seus companheiros foram detidos, mas ele conseguiu evadir-se. Estudou Direito na Universidade de Havana, onde foi presidente da Federação de Estudantes. Apesar de suas origens burguesas, estando com estudantes mais pobres, ele foi de uma generosidade extrema na ajuda aos menos afortunados. Em 1948, desposou a irmã de um homem que se tornaria alto funcionário do governo de Batista. Pediu divórcio em 1955. Antes do golpe de Estado, que levou Batista ao poder em 1954 Castro, como jovem advogado já conhecido pelas causas que defendeu, começa suas atividades clandestinas, organizando um grupo de rebeldes com seu irmão Raul. São os primeiros “fidelistas”. Preso após seu primeiro levante revolucionário em Santiago Castro e seu irmão beneficiaram-se em 1955 com uma anistia política geral, declarada por Batista. Refugia-se em Nova Iorque e parte então para o México donde prossegue suas atividades revolucionárias; em Cuba, entretantes seus primeiros esforços davam resultado. Seu rosto barbudo, com expressão triste e penetrante, tornou-se o símbolo do fermento revolucionário, que já lavrava dentro do exército, e Batista é levado a expulsar um certo número de oficiais de carreira. A 2 de dezembro de 1956, Castro, com um certo número de homens, desembarca clandestinamente sobre a costa norte do país. Entretanto, foi repellido, e se refugiou na impenetrável fortaleza natural da Sierra Maestra, que constituiria seu quartel-general. Em seguida desenvolve uma atividade revolucionária intensa em todo o país e se apodera da província de Oriente. Em abril daquele ano, Castro passa da guerrilha, com seus atentados e suas emboscadas, para a guerra “total”. Dispõe então de um verdadeiro exército que substitui os voluntários da primeira hora. Paradoxalmente sua primeira ofensiva, a greve geral da última primavera, redundou em fracasso e uma grande perda de prestígio para ele no estrangeiro. Por outra parte, um armamento moderno, veio do estrangeiro, e devia esmagar a rebelião. Mas a

ofensiva de Batista foi curta. O ditador foge e um interregno de alguns meses deve certamente preparar a tomada de poder por Castro. Apesar de seus sucessos de “guerrilheiro”, Castro é conhecido como um político e um propagandista que conseguiu a adesão de todas as correntes da oposição ao regime de Batista. Seus partidários, os mais devotados, se encontram entre os estudantes, profissionais liberais, certos elementos trabalhistas e militares.

Manuel Urrutia, que foi proclamado presidente provisório de Cuba sob a égide do chefe rebelde Fidel Castro não tem exteriormente qualquer ponto comum com os guerrilheiros da Sierra Maestra. É com efeito um magistrado com aspecto erudito de fala suave, que nunca desempenhou papel político importante em seu país. Tem a reputação de um homem pacífico. Após se estabelecer na província de Oriente como magistrado, Urrutia se recusou a condenar um grupo de rebeldes capturados. O gesto valeu-lhe o exílio. Horrorizado com a efusão de sangue, Urrutia iria declarar há alguns meses que Batista e adeptos “fizeram correr rios de sangue”, devendo eventualmente responder por seus crimes, e que presidirá um tribunal, o qual decidirá da sorte deles. Urrutia, membro de uma das mais antigas famílias de Santiago de Cuba, tem a idade de 56 anos.

(“Perfil biográfico do líder rebelde cubano Fidel Castro e do presidente M. Urrutia”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3/01/59, p. 2).

A notícia da paralisação das atividades em Cuba em vista de uma greve geral, até a instalação do governo, também apontava a cidade de Santiago de Cuba como a capital provisória e trazia uma foto de alguns guerrilheiros com a seguinte descrição:

Nesta cidade a chamada capital provisória da república em armas de Cuba, vemos destacados membros das tropas de Fidel Castro dando demonstração, de que a luta que se alastrou em Cuba circunscreveu homens, mulheres e crianças que viam no desejo de vitória dias melhores para sua pátria. Aqui, um jovem chefe da Coluna Fidel Castro, uma mulher combatente e um ancião também combatente. Todos participaram da atividade revolucionária que por fim viu coroada de êxitos a tarefa que ceifou tantas vidas (“Santiago de Cuba: capital provisória do líder rebelde cubano Fidel Castro”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 4/01/59, p. 2).

A Lei Marcial, suspensa antes mesmo de ser posta em vigor, foi tema da atenção do periódico, que apontou um possível atrito entre o Diretório Revolucionário e o Movimento 26 de Julho, com a eminente chegada a Havana do presidente provisório Manuel Urrutia e o chefe rebelde Fidel Castro. Segundo o jornal, a chegada destes poderia ter induzido o comandante Camilo Cienfuegos, chefe do acampamento de Colúmbia, a impor a lei marcial na província de Havana, e que esta ordem teria vindo do próprio Fidel. Este possível conflito entre o Diretório e o M-26 é evidenciado pelo *Diário* no decorrer da notícia, que também incluiu a fala de Ernesto Che Guevara sobre a suposta tentativa de impedir Manuel Urrutia de assumir o governo provisório.

Numa entrevista pela televisão, realizada antes da crise de hoje, o comandante Ernesto Guevara, chefe da Guarnição do 26 de Julho na Fortaleza de Cabana, cujos canhões dominam o Palácio Presidencial, disse que “não há razões materiais” para que Urrutia não assuma “definitivamente em ordem” a presidência da República. Guevara acrescentou que “nem o Movimento 26 de Julho nem outra organização

revolucionária é a força preponderante”. Disse que pelo “Pacto de Unidade”, firmado em Caracas, Urrutia não representava o Movimento de 26 de Julho nem outra organização em particular, senão todas. Guevara acrescentou que “por esta razão deixamos todo o poder nas mãos do Governo Provisório” (“Primeira crise dos revolucionários cubanos superada mediante acordo”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 6/01/59, p. 2).

O amanhecer tranquilo da capital, Havana, foi destacado pelo periódico, com o restabelecimento das atividades normais depois da greve geral que, iniciada na queda de Batista, na madrugada do dia primeiro, terminou com o que o jornal chama de “completo domínio da situação” pelos revolucionários. A causa desta calma, segundo o *Diário*, foi a formação de um Conselho de Estado de “Unidade Nacional”, composto de 24 membros, dirigido pelo presidente provisório, que teve a missão de governar Cuba até a chegada de Fidel Castro e de suas forças em Havana, onde estava sendo preparada a celebração final da vitória revolucionária. Outro ponto importante, é que a insistência do *Diário* em realçar os conflitos de interesses existentes entre as forças de oposição que tiraram Batista do poder tornou-se mais nítida e frequente.

A situação volta pouco a pouco à normalidade e as esperanças que surgiram segunda-feira de uma cisão entre as diversas facções revolucionárias dissiparam-se de momento. Foi dito que segunda-feira as forças da Junta Revolucionária haviam se apoderado do palácio presidencial, ameaçando impedir a entrada ao presidente Urrutia. Entretanto, a divergência foi resolvida, durante uma série de entrevistas no quartel-general do exército cubano. A formação do Conselho de Estado, que compreende o presidente, o presidente do Conselho de Ministros e sete ministros sem pasta, e outros membros do gabinete traduzem esta ideia de unidade, pois ele conta com homens pertencentes a todas as facções que contribuíram para derrubar o governo de Batista (“Vida em Cuba normaliza-se sob a direção dum Conselho de Estado”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 7/01/59, p. 2).

Nesta linha de discurso, o *Diário* buscou diariamente demonstrar o andamento das resoluções dos conflitos em Cuba, das políticas adotadas pelo governo provisório e do reconhecimento oficial destinado a este por países como Estados Unidos, Chile e Paraguai. A chegada de Fidel também era cotidianamente noticiada e aguardada pelo jornal.

O governo provisório de Cuba adotou, hoje, suas primeiras medidas para evitar a evasão do capital “tomado” aos cofres públicos pelos membros do governo derrocado, general Fulgêncio Batista, assim como para revitalizar a economia do país. Enquanto isso, a par de ter sido restabelecida a normalidade absoluta em toda a ilha anunciou-se que o dr. Fidel Castro, dirigente máximo do Movimento 26 de Julho, que provocou a queda de Batista entrou na cidade de Matanzas, a somente 101 quilômetros de Havana, e chegará a esta capital provavelmente amanhã depois de uma triunfal marcha pela rodovia desde Santiago de Cuba, na província de Oriente (“Governo revolucionário cubano já controla a situação no país”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 8/01/59, p. 2).

A entrada do chefe vitorioso do movimento revolucionário “26 de Julho”, Fidel

Castro, foi caracterizada pelo jornal como “triumfal”.

O líder rebelde veio à frente de suas tropas do outro extremo da ilha e entrou na cidade, em pé num jipe em marcha lenta, em face da aglomeração popular, pois parecia que toda a capital tinha saído à rua para recebê-lo. A cidade estava toda engalanada e o povo aclamava delirantemente o revolucionário vencedor. Fidel Castro estava entre dois guarda-costas bem armados (“Entrada triunfal de Fidel Castro na capital cubana”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 9/01/59).

O jornal também noticiou os primeiros passos no sentido do confisco das armas que não estivessem em poder das pessoas autorizadas para prestar serviços de vigilância e manutenção da ordem. Para o *Diário*, estas medidas pareciam ser uma provável causa de divergência entre alguns dos grupos revolucionários que uniram suas forças na guerra contra Batista.

Aos observadores informados não cabe dúvida de que uma tentativa de desarmar pela força qualquer grupo revolucionário, que tenha participado da luta civil e militar contra o regime de Batista encontraria resistência. Alguns grupos revolucionários – principalmente o Diretório Revolucionário e a Federação de Estudantes Universitários (FEU) – não ficaram muito impressionados com a presidência provisória do dr. Manuel Urrutia, e seus dirigentes não tem papas na língua quando acusam o Movimento 26 de Julho de não haver cumprido as condições do chamado Acordo de Caracas, segundo o qual os diversos grupos inimigos de Batista convieram em formar uma frente comum contra este, apesar da sua divergência de opiniões (“Sucedem-se em Cuba os julgamentos sumários e execuções de elementos pertencentes ao regime de Batista”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 10/01/59, p. 2).

A visita de um correspondente da United Press International, Keith Leslie, a uma das prisões utilizadas pelo governo de Batista, foi divulgada pelo *Diário*. Naquele momento, a prisão era utilizada pelos rebeldes para encarcerar os que seriam julgados por crimes de guerra. Nesta nota, o correspondente descreveu o que viu com relação aos presos que lá estavam, bem como os instrumentos de tortura que eram empregados na época do regime de Batista.

Eu vi presos nos cárceres revolucionários de Cuba. Nas celas da prisão militar local, encontrei 16 homens que esperavam a hora de ser julgados. Nunca vi gente tão abatida. Podia constatar-se que não haviam sido esbordoados, maltratados e talvez nem sequer tocados. Contudo, formava um grupo de indivíduos vencidos. Mantinham-se isolados, distantes um dos outros. Falavam pouco e jamais sorriam. Não existia, entre eles, o chamado espírito de camaradagem. Sobre eles pesava a acusação de cometerem assassinatos pelo poder. Quando foram colocados num caminhão que os levaria à Câmara Municipal (Ajuntamento), compreendi por que se encontravam tão desesperados: é porque se consideravam mais seguros na prisão do que fora dela. Em poucos segundos espalhou-se a presença no local desses homens e centenas de cidadãos começaram a rodear o caminhão com olhares vingativos. Um ambiente carregado de tensão. Os guardas tomaram posição enérgica, vigilantes. A multidão conteve-se ao receber ordens, transmitidos em tom tranquilo, mas categórico pelos guardas. Em seguida fui à chefatura de polícia. Ali sobre uma cama

de ferro, via-se um sortimento de instrumentos diabólicos, presumivelmente usados pela polícia de Batista para arrancar, pela tortura, segredos, no esforço para conter a rebelião de Fidel Castro. Muitos dos 180 homens que aguardam o pronunciamento da Justiça aqui estão acusados de terem recorrido a esses processos de tortura ou de haverem delatado pessoas para que fossem torturadas [...] Os rebeldes não empregam nenhum desses instrumentos contra os torturados. Limitam-se a utilizar os pelotões de fuzilamento (“Diabólicas torturas empregava a polícia de F. Batista para arrancar segredos dos presos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 11/01/59, p. 2).

Os processos para julgar os chamados “criminosos de guerra” passaram a ser pauta constante no jornal. Não se apontava um número concreto sobre o número de pessoas detidas que foram submetidas à “Justiça Revolucionária”, mas o periódico considerava a possibilidade de detenção de “umas 1200 pessoas” nos primeiros dias da revolução, somente entre os membros do exército.

[...] muitos dos detidos nos primeiros momentos ficaram em liberdade, depois de apresentar testemunhas que garantiram sua atuação. Os informes recebidos do interior indicam, entretanto, que estão sendo realizados conselhos de guerra em todas as capitais de províncias. O número de presos para ser submetidos a esses juízos em toda a nação chega a vários milhares. Até o momento, o cálculo mais digno de crédito é que umas 40 pessoas foram executadas nas cidades principais da República por fuzilamento. E pelo menos outros tantos foram vítimas da “Justiça Revolucionária” (“Execuções em massa em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/01/59, p. 2).

Na visão difundida pelo *Diário*, a justiça revolucionária cubana concedia bastante tempo para os depoimentos, mas somente necessitava de alguns minutos para proferir a sentença. Para exemplificar, cita o julgamento de três ex-soldados de Batista, acusados de serem responsáveis por 20 ou 30 mortes em uma localidade açucareira, situada a 72 quilômetros a leste de Matanzas, a capital provincial.

Um tribunal de cinco homens, presidido pelo capitão Júlio Chaviano, comandante local do Movimento 26 de Julho, se reuniu às 16 horas, no edifício da Chefia da Guarda Rural. Além de Chaviano, um jovem veterano das guerrilhas de Castro, o tribunal era formado por outros dois membros do movimento rebelde: um miliciano e um membro civil da oposição rebelde clandestina. O tribunal reuniu-se junto a uma mesa de madeira, com os documentos relativos aos “crimes de guerra” dos acusados. Os réus eram o ex-capitão do exército Isidoro Lopez, o sargento Juan Leonard e um soldado. Segundo Nápoles, que ocupavam cadeiras fixas, quando não falavam ao tribunal. O julgamento durou quatro horas, tendo Chaviano lido as acusações reunidas durante o inquérito e os acusados se levantado para defender-se. A certa altura, Leonard desmentiu energicamente as declarações feitas ao tribunal pelo que havia sido seu oficial superior. Permitiu-se à imprensa e às testemunhas assistirem ao julgamento, mas não aos moradores da região que somente podiam olhar através das janelas empoeiradas. Terminadas as declarações, Chaviano ordenou a retirada de todos e os acusados foram devolvidos à suas celas. Cinco minutos mais tarde a sentença estava pronta e os homens foram trazidos novamente para a sala do tribunal. Chaviano leu o veredicto: “culpados” e os condenou a fuzilamento. Lopez, após a continência, foi novamente enviado à sua cela. Os

rebeldes enviaram um sacerdote católico, Frei Juan Langlois de Montreal, à cela de Lopez, onde passou vários minutos a ouvir a confissão do capitão. O sacerdote apenas tinha saído há uns minutos, quando foram ouvidos gritos em toda a prisão. Os guardas rebeldes correram à sala de Lopez, e o encontraram com as mãos na garganta semiasfíxiada. Tinha tentado estrangular-se com um cordão de acolchoado, mas este se rompeu. Os rebeldes o conduziram a um hospital. A execução tem que esperar a aprovação da sentença pelo comandante militar provincial, William Galvez, que está em Matanzas. Mas é possível que os disparos do pelotão de fuzilamento sejam ouvidos em Colon, antes do pôr do sol (“Justiça sumária para criminosos de guerra do regime de Batista”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/01/59, p. 2).

Ainda neste sentido, o *Diário* divulgou alguns despachos oriundos de Santiago de Cuba, publicados pelo “O Mundo”, de Havana. Estes documentos diziam que, até aquele momento, mais de 75 dos 500 “criminosos de guerra” detidos na província de Oriente foram executados. Entretanto, somente 14 eram identificados por seus nomes. Segundo o jornal, este fato elevava o total conhecido de execuções formais e informais ao número de 200 em toda a ilha.

Entre os principais “criminosos de guerra” executados estão Bonifácio Chaza, capitão do Serviço de Inteligência do Exército, tenente Ramon Megebia. Henrique Vol Puk e o sargento Abreu, que comandava o destacamento da prisão da guarnição do exército no quartel Moncada. Alguns dos julgamentos foram realizados no edifício do Tribunal Civil. Os julgamentos continuam. Segundo as notícias de Santiago de Cuba, capital da província do Oriente, 70 pessoas foram condenadas à morte ali no dia de ontem. Catorze desses condenados foram executados imediatamente no antigo Polígono do Exército fora da cidade e enterrados numa fossa comum. O fuzilamento foi filmado para a televisão. Ignora-se a sorte dos 56 condenados restantes. Informa-se que os tribunais revolucionários têm ante si processos de mais de 500 pessoas somente na província de Oriente. A maioria dos condenados e executados foram identificados como membros da polícia ou do exército de Batista, mas entre os mortos figuram também numerosos civis, acusados de haver atuado como “delatores”. Entretanto, em Havana, Castro prometeu que a Justiça Revolucionária será aplicada de forma implacável aos “criminosos de guerra”. Falando aos jornalistas, Fidel Castro disse que os tribunais revolucionários seguirão atuando em toda a nação “até que todos os criminosos de guerra tenham sido condenados”. “A Revolução – acrescentou – fará justiça cabalmente, sem rancor nem ódio, e com uma estrita aplicação da lei a cada caso”. Castro disse que “nenhum poder humano pode impedir que todo o peso da lei caia sobre os culpados, não importa quem seja”. “Não faltarão prisões para ninguém. As sentenças serão aplicadas friamente, sem olhar atrás, quer os acusados sejam absolvidos, quer condenados às penas mais severas, inclusive execução por fuzilamento. Fidel Castro disse que os tribunais de criminosos de guerra do governo começarão a funcionar logo que estejam ultimadas as investigações nos casos de “centenas de militares e civis acusados”. Disse que alguns dos acusados “são responsáveis até por 53 assassinatos”. Acrescentou que o trabalho de investigação das acusações está bem adiantado, “mas isto não significa que não façamos todos os esforços por conhecer todos os detalhes, de maneira que não reste a menor dúvida sobre as acusações feitas contra os acusados”. E continuou: “O povo pode ter a certeza de que os bons ficarão em liberdade. O que houver matado será julgado. Só os tribunais julgarão”. Castro ordenou que seja aberta a prisão do acampamento às visitas dos familiares dos que atualmente estão detidos ali (“Execuções em massa em Cuba: inquietação na ONU”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 14/01/59, p. 2).

As declaração de Fidel Castro à imprensa afirmando que o Governo Revolucionário continuaria, inexoravelmente, os julgamentos e as execuções dos criminosos de guerra, motivavam, cada vez mais, posicionamentos por parte do periódico.

No vestibulo do Hotel Hilton, quando partia para a Universidade de Havana, Fidel Castro, respondendo à pergunta de um jornalista, disse que não dera ordem de suspender os julgamentos e execuções. Disse que o Movimento Revolucionário não suspenderia a aplicação da Justiça “até que o último assassino de Batista tenha pago plenamente por seus crimes”. Concluiu dizendo: “Não nos assusta ser publicado que a revolução está realizando execuções em massa, porque esta revolução não ensanguentou as ruas, nem roubou, nem saqueou, mas tampouco permitirá que passem pelas ruas os assassinos, os vigaristas e os traidores e que os responsáveis por esses atos de banditismo fujam para o estrangeiro”. Previamente, a rádio emissora de televisão CMQ anunciara que mais 19 “criminosos de guerra” haviam sido executados por pelotões de fuzilamento revolucionários, esta manhã, numa aparente contradição com as informações anteriores de que os julgamentos e execuções por crimes de guerra haviam sido “interrompidos”. A emissora não deu mais detalhes, entretanto. Outras informações indicaram que as execuções haviam sido em Camaguey. Criou confusão sobre a situação uma declaração feita anteriormente hoje por Ira Wolfert, porta-voz da imprensa do Movimento de 26 de Julho de Castro. Disse que todas as ações contra os partidários de Batista haviam sido “interrompidas”. Mas acrescentou que os julgamentos e execuções continuariam. Acrescentou que estavam sendo enviadas novas instruções a todos os tribunais provisórios. Os correspondentes da UPI em Colon, província do Oriente, também haviam informado sobre a suspensão ou interrupção dos julgamentos por crimes de guerra, ali. Dizia-se que as ordens haviam sido dadas por Fidel Castro (“Fidel Castro implacável: fuzilará todos os criminosos da ditadura”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/01/59, p. 2).

Logo em seguida a essa notícia, o *Diário* apresentou uma nota intitulada de “Comentário”, em que trouxe o posicionamento do periódico matutino “Herald Tribune”, de Nova York, sob o título “Justiça Revolucionária em Cuba”. Nesta nota eram comentadas as notícias sobre execuções dos partidários do presidente derrotado Fulgêncio Batista.

No momento, não se pode contar quantos desses partidários de Batista merecem seu castigo ou quão escrupulosos foram seus processos. Possivelmente, um procedimento mais deliberado houvesse levado ao mesmo resultado. Mas, ainda assim, a natureza sumária desses tribunais revolucionários e o cumprimento quase imediato de suas sentenças – efetuado por pelotões improvisados – despertam receios mesmo entre aqueles que simpatizam com os propósitos da Revolução encabeçada por Castro (idem).

Neste sentido, o *Diário* seguiu noticiando que os líderes revolucionários garantiam que prosseguiriam na expulsão aos “criminosos” e confirmou um total de mais de 200 execuções, divulgando o reinício do trabalho dos pelotões de fuzilamento: (“200 pessoas executadas em Cuba”, *Diário de Notícias*, 16/01/59, p. 2). Informações de Washington apontavam que o presidente da Comissão Jurídica da Câmara de Representantes, Samuel Celler, pediu uma investigação pelas Nações Unidas das execuções em massa que eram feitas em Cuba sob o

regime de Fidel Castro. Celler era o representante democrata pelo estado de Nova York e, segundo o *Diário*, foi aplaudido pelos demais membros da corporação quando afirmou que o presidente Eisenhower e o governo deviam expressar publicamente seu horror e fazer com que o assunto fosse levado às Nações Unidas.

Celler fez sua proposição no momento em que o sentimento parlamentar aumenta contra os fuzilamentos de grupos partidários do ex-ditador Fulgêncio Batista desde que subiu ao poder o regime de Fidel Castro. O representante democrata Charles Porter declarou por sua vez que até o momento não havia visto prova alguma de que ninguém fora executado sem um processo justo. Mas, ao mesmo tempo, expressou sua esperança de que a Sociedade Jurídica Interamericana pudesse colaborar com o governo de Fidel Castro no restabelecimento do sistema jurídico cubano e garantir que ninguém do regime de Castro “siga a senda sanguinária de Batista”. O representante republicano Wayne Hays propôs que os Estados Unidos aplicasse um embargo contra Cuba e proibisse o movimento turístico em direção a esse país, se fosse necessário. Hays é presidente da Subcomissão para a América Latina, e disse que se entrevistará com o secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Ruy R. Rubottom, para que informe sobre a situação cubana. Hays declarou que tenciona perguntar a Rubottom que medidas tomaram os Estados Unidos para pôr fim às execuções, e acrescentou: “Tenho muitas sugestões, caso nada tenha sido feito”. Essas sugestões disse, compreenderiam uma pressão em forma de embargo de envios de mercadorias de Cuba aos Estados Unidos e vice-versa, e a negativa de permitir que turistas norte-americanos viajem à Cuba. “Devemos expressar nosso desagrado pelos assassinatos em massa onde quer que ocorram no mundo, e, em particular, diante de nossa própria porta. É inteiramente possível que muitos dos executados talvez mereçam a execução, mas também merecem um julgamento. Se um homem é detido às 3 horas da madrugada, julgado às 5 da tarde e executado na manhã seguinte, não se pode acreditar que tenha sido feito justiça (“Clamor nos EE. Unidos contra as execuções em massa de cubanos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16/01/59, p. 2).

Em seguida, o jornal divulgou a resposta de Fidel Castro em relação a essas declarações e comentou outras falas do líder revolucionário.

Fidel Castro declarou hoje que “não me venderei aos Estados Unidos nem receberei ordens deles”. O chefe revolucionário falou no momento em que é registrada nos Estados Unidos – especialmente no Congresso – uma orda crescente de protestos pelas execuções de batistianos acusados de atrocidades. Foi pedido, outrossim, que as Nações Unidas investiguem os fuzilamentos. Fidel Castro dirigiu a palavra a uma multidão reunida no Hotel Nacional, o mais importante de Havana. Ao lhe ser perguntado, por escrito, se era certa uma informação, segundo a que havia declarado que “morreriam... 200.000 gringos” se os Estados Unidos enviassem fuzileiros navais a Cuba, Castro contestou que havia feito essa manifestação no decurso de uma conversa privada com cinco ou seis amigos, no vestíbulo do Hotel Hilton, mas que a mesma era confidencial e não para ser publicada. O chefe revolucionário sublinhou que não se tratava de uma declaração oficial. Castro disse também que ele não fizera declarações agressivas, e acrescentou: “Somos livres por nossa própria elevação e, em consequência, não cremos que os Estados Unidos cometam outra vez o mesmo erro (da intervenção). Creio que aprenderam a lição”. Manifestou que lamentava as “mentiras” que os “políticos” dizem nos Estados Unidos sobre o governo provisório de Cuba. Castro declarou que não é comunista, mas afirmou que “não me venderei aos norte-americanos nem aceitarei ordens deles”. Convidou todos os jornalistas dos Estados Unidos a visitar Cuba para ver por si mesmos a revolução triunfante. Castro e o presidente Manuel Urrutia tinham chegado ao hotel para

participar, como convidados de honra, o almoço semanal do Rotary Club. Dirigiu um discurso aos rotarianos e mais tarde falou aos empregados do hotel, que o aclamaram de forma delirante quando contestou a pergunta sobre suas declarações no Hotel Hilton. Fidel Castro ainda estava afônico e enfermo. Hoje saiu, apesar das ordens de seus médicos, que o advertiram que poderia contrair pneumonia, se não permanecesse na cama (“Resposta de Fidel Castro”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 16/01/59, p. 2).

Outra nota do Boletim Internacional sugeriu uma possível revolta da opinião pública mundial com o que chama de “onda de sangue” que percorria a Ilha de Cuba, depois da vitória de Fidel Castro. São apontadas a multiplicação de protestos e a ameaça da perda de força de um “belo movimento de liberdade que recebeu o aplauso de todos os povos livres” em um “terrível drama de vingança”. Segundo o *Diário*, centenas de pessoas foram executadas sem forma de processo, pelo crime que lhes era atribuído, de terem servido ao regime de Batista.

Compreende-se muito bem e, além disso, deseja-se que os autores de atrocidades sejam punidos, mas exige-se que essa punição seja dada dentro da lei. Falar de “lei revolucionária”, para justificar as execuções, é uma irrisão. Fidel Castro conquistou as simpatias do povo cubano e do mundo, precisamente porque entre os objetivos de sua luta está o pleno restabelecimento da legalidade e das regras essenciais da democracia. No entusiasmo do triunfo, os revolucionários que, a começar pelo seu chefe, são ainda muito jovens, estão praticando exceções que transformam a sua vitória no êxito de uma vingança tremenda. Há, além disso, outro aspecto sumamente condenável: o caráter do espetáculo público que está sendo dado às execuções. A uma delas assistiram mais de três mil pessoas e a imprensa, a televisão e o rádio têm colaborado para que, além das fronteiras de Cuba, possa ser testemunhada a ferocidade dessa represália. Embora reconhecamos que o regime do general Batista era opressor e muitos crimes foram praticados durante ele não é menos verdade que partidários de Fidel Castro também reagiram por meio de assassinios políticos, contribuindo assim para se extremarem os ódios. A série de vinganças políticas que, segundo se diz, continuará, estando mesmo nada menos de três mil pessoas à espera, no cárcere, da hora da “justiça revolucionária” é algo de inusitada na história dos movimentos revolucionários da América Latina. Fidel Castro está apenas lançando a semente de lutas futuras, ao mesmo passo que surpreende tristemente os seus amigos e admiradores em todo o continente. O novo chefe do governo, sr. Urrutia, é um magistrado e não dará, com toda certeza, apoio aos excessos sanguinários do regime por ele inaugurado. Que tais coisas aconteçam, ao calor da luta, ou nas primeiras horas do triunfo, ainda se concebe. Mas não se concebe que continuem como forma regular de fazer justiça. Isso choca a consciência democrática da América (“Contra a consciência da América”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 17/01/59, p. 2).

Seguindo esta perspectiva, o *Diário* fortaleceu e intensificou suas suspeitas acerca das posturas adotadas por Fidel Castro e pela revolução. O periódico destacou que o presidente provisório de Cuba, Manuel Urrutia, fez declarações favoráveis ao prosseguimento das “execuções sumárias”. Dirigiu-se especialmente à opinião pública dos Estados Unidos e, sarcasticamente, convidou os jornalistas americanos a irem assistir os “falsos processos nos quais as vítimas não têm defesa”, para verificar como o povo cubano está apoiando a “ação

punitiva dos revolucionários”. O jornal apontou ainda que era surpreendente o ponto de vista de Urrutia, considerando o fato de ele ser um magistrado, indicando, desta forma, uma orientação à postura considerada “correta” pelo periódico.

Pouco importa que o povo apoie as execuções sumárias. Nos momentos de perturbação dessa espécie não faltam correntes de opinião desnordeadas para aplaudir as vinganças do gênero das que estão sendo praticadas em Cuba. O que importa no caso é a consciência jurídica da nação, e essa não pode deixar de chocar-se com o degradante espetáculo dos fuzilamentos ordenados pelo comunista argentino Che Guevara, simples aventureiro que está em Cuba a serviço de uma causa inimiga da América como já estava na Guatemala a serviço de Arbenz. É preciso desde agora estar-se vigilante a respeito dos reais propósitos da revolução chefiada por Fidel Castro. Esses fuzilamentos, esses desafios à opinião pública democrática do continente, essa jactanciosa posição em face dos protestos formulados pela imprensa mundial, não se coadunam bem com os ideais que em todos os tempos animaram as correntes libertadoras deste hemisfério. Cumpre tomar cuidado para que não venhamos a sofrer graves decepções em Cuba apoiando e estimulando uma causa que bem pode ocultar propósitos infensos ao sentimento da democracia americana. Muitos aventureiros misturaram-se nas forças de Fidel Castro e os comunistas, como sempre acontece, nelas se acham largamente infiltrados. O argentino Che Guevara, que é hoje a segunda pessoa no movimento revolucionário e responde pelo maior número de execuções sumárias ali realizadas, insiste em que continuarão essas execuções. Isso está tornando suspeito todo o movimento e é chegada a hora de examinar os fatos que se passam em Cuba com objetividade e fora dos impulsos generosos que levaram a opinião americana a associar-se aos rebeldes de Sierra Maestra na luta contra Batista. Batista era, de fato, um ditador detestável, mas não estamos livres de ver instalar-se em Cuba uma ditadura ainda mais detestável (“Fidel Castro torna-se suspeito”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/01/59, p. 2).

Na mesma perspectiva de assumir um posicionamento claro e objetivo acerca dos novos rumos tomados por Cuba, alguns dias depois o *Diário* lançou outra nota divulgando que o Departamento de Estado norte-americano anunciou que os refugiados cubanos nos Estados Unidos não seriam entregues ao governo revolucionário de Fidel Castro. O jornal apontou, segundo sua própria interpretação, que as autoridades de Havana na época tinham a intenção de solicitar essa entrega. Conforme a opinião expressa nessa nota, o periódico indicou que nada seria mais contrário às regras do Direito Internacional e às práticas tradicionais nas relações entre os povos do que essa entrega.

Em Cuba não existe neste momento nenhuma justiça organizada para julgar os crimes praticados pelos adeptos de Batista. O que ali se instalou não passa de um sistema de vingança e represálias inspiradas no ódio. As centenas de pessoas que têm sido fuziladas e as outras centenas que aguardam os julgamentos sumários não tiveram o direito elementar de defesa, não lhe foi dada a mínima oportunidade para contraprovarem as acusações formuladas contra elas. Nenhum país entregou jamais a outro réus de crimes políticos e as exigências formuladas depois da primeira e da segunda guerra mundial nesse sentido foram sempre rigorosamente repelidas. Como pode admitir agora que os Estados Unidos que se regem por leis serenamente aplicadas pelos tribunais, iriam “renegá-las em prejuízo dos refugiados cubanos apenas para satisfazer os ódios dos revolucionários triunfantes de Fidel Castro”. A

verdade é que esses revolucionários comprometeram talvez irremediavelmente o prestígio da sua revolução aos olhos da América e que o fato de terem chamados os jornalistas para assistir ao estardalhaço dos processos em um estádio de esporte não diminui a selvageria de seus julgamentos e antes até a agrava. Fidel Castro tem declarado que não se impressiona com os protestos da opinião pública dos países americanos. Por sua vez essa opinião não se tem impressionado com os seus falsos argumentos. Não se pode entreter muita dúvida sobre qual seria o destino de uma revolução que adota esses métodos. A história recente de Cuba tem registrado o aparecimento de muitos heróis do tipo de Fidel Castro aclamados pelo povo nas ruas, apenas para se transformarem em seus carrascos dentro de algum tempo. Batista foi também uma esperança e uma promessa. Fidel Castro tem declarado que são inimigos de Cuba aqueles que estão criticando os crimes horrorosos praticados a frio em nome de sua revolução. Os tiranos nascentes costumam confundir os seus próprios interesses e egoísmos com os das nações que caem sob o seu jugo. O que a América inteira deseja é que Fidel Castro organize um governo dentro da liberdade e obtenha pelo voto dos seus concidadãos, livremente colhidos nas urnas, o direito de falar em seu nome (“Caminho errado”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 25/01/59, p. 2).

O discurso tencionado a tratar a figura de Fidel Castro como uma ameaça à segurança e à unidade do continente americano se verificou cada vez com mais frequência e com objetivos claros. Sendo assim, o julgamento dos rumos assumidos pelo novo governo de Cuba se transformou em prática comum e dotada de sentido e significado.

O novo governo revolucionário de Cuba está criando uma situação difícil para o Corpo Diplomático acreditado em Havana. Sob o pretexto de que as pessoas asiladas nas Embaixadas e legações, depois do triunfo de Fidel Castro, são réus de crimes comuns, o presidente Urrutia recusa-se a dar salvo conduto para que essas pessoas deixem o país. E mais ainda exige que os “criminosos de guerra” sejam entregues para o devido julgamento. Em sinal de protesto contra essa atitude que envolve antes de mais nada uma terrível incoerência, visto que ainda há pouco os asilados que se beneficiavam desse segundo direito eram partidários dos revolucionários hoje vencedores, os embaixadores e ministros estrangeiros deixaram de comparecer a uma cerimônia oficial a que tinham sido convidados. Em nenhuma circunstância e sob nenhum motivo será possível atender à exigência do novo governo de Cuba que constitui um desafio frontal não apenas a regras estabelecidas do Direito Internacional americano, mas também ao bom senso e à lógica. Os réus de crimes comuns que os revolucionários reclamam para julgar em espetáculos circenses na praça pública são apenas os inimigos de Fidel Castro e de seus adeptos. Inimigos políticos e os delitos que supostamente praticaram são igualmente de natureza política. Não há como sofismar esse fato. Recentemente anunciou-se que certos embaixadores americanos em Havana seriam objeto de grandes manifestações de simpatia, porque no exército de sua missão diplomática acolheram e protegeram em suas Embaixadas e Legações os perseguidos políticos de Batista. Alguns desses mesmos embaixadores e ministros, cumprindo igualmente o dever que lhes é imposto pelo Direito Internacional receberam em suas casas, sob a proteção das bandeiras dos seus respectivos países os que se encontram ameaçados e perseguidos pelos triunfadores do Movimento 26 de Julho. O simples anunciado dessa circunstância indica a ausência de fundamento moral e jurídico para a atitude assumida pelo governo, sr. Urrutia. Aproveitamos o assunto para acrescentar aqui um comentário desfavorável aos pronunciamentos do sr. Fidel Castro contra os governos da Nicarágua, da República Dominicana e do Paraguai, ameaçados de uma intervenção direta do líder cubano contra a sua segurança. Uma das regras fundamentais da convivência interamericana é o não intervencionismo de um Estado nos negócios domésticos do outro. A responsabilidade de Fidel Castro no governo de

Cuba e a sua profunda identificação com o novo regime não lhe permitem afirmar a intenção de pôr em campo, inclusive com brigadas de voluntários para derrubar governos dos países vizinhos. Se isto se verificar toda a estrutura das relações políticas do continente estaria correndo gravíssimo perigo (“Ameaça às boas relações internacionais”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 31/01/59, p. 2).

No segundo mês da revolução, Fidel Castro reforçou suas abordagens acerca de uma intenção de organizar e implementar uma reforma agrária. Esta temática passou a estar presente na pauta de notícias do *Diário*, com uma frequência cada vez maior.

O chefe da Revolução Cubana, Fidel Castro Ruz, declarou hoje nesta cidade da província do Oriente que no fim de cinco anos se verão os resultados de uma nova Cuba. “O tipo de governo que a revolução exige – manifestou – não poderá ser restabelecido antes de dois anos, mas no término de cinco anos vereis os resultados de uma nova Cuba na qual não existirá as leis efetivas contra o latifúndio”. Castro chegou a esta cidade nas fraldas da Serra Maestra em sua viagem para iniciar o programa de reforma agrária anunciado pelo governo revolucionário (“Reforma agrária”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/02/59).

A perspectiva defendida e divulgada pelo periódico também era de que Fidel Castro estaria agindo no sentido de produzir intervenções nos países do continente, expandindo os ideais e as práticas adotadas em Cuba ao restante do mundo.

Os exilados paraguaios começaram a copiar as táticas do Movimento Cubano de 26 de Julho para chamar a atenção da opinião pública mundial contra a ditadura em seu país. Recentemente, um homem sandwich passeou pelas ruas centrais de Buenos Aires, levando no peito e nas costas cartazes que diziam: “Ontem Batista. Amanhã Stroessner”. Como se sabe, governa o Paraguai o general Alfred Stroessner. No domingo à tarde, os exilados paraguaios colocaram uma bandeira de 12 metros, com aquelas mesmas palavras, na Torre do Relógio da Praça Britânica, em frente ao terminal ferroviário de Retiro (“Paraguaios na rota de Fidel Castro: reação”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/02/59, p. 2).

A percepção de que os países da América Latina sofriam riscos diante de uma suposta campanha intervencionista de Cuba era um motivo de alerta segundo o *Diário*, que considerou comprometida a unidade continental diante de tantas transformações no cenário da política cubana.

Referimo-nos às notícias, oriundas de Cuba e de Caracas, segundo as quais pessoas influentes nesses países e alguma até com autoridade de governo, estão pensando em lançar um movimento contra os regimes da Nicarágua, Paraguai e República Dominicana, sob a alegação de que se trata de ditaduras e essas são intoleráveis em nosso hemisfério. O representante de Cuba na Organização dos Estados Americanos chegou ao ponto de anunciar a intenção do governo de Havana de retirar-se dessa entidade, se não forem expulsos dos seus quadros os delegados daqueles três países. O interessante observar é que a própria Cuba atravessa, nesta hora, uma fase ditatorial, marcada por atos que repugnam a consciência democrática da América, como sejam as centenas de fuzilamentos levados a efeito arbitrariamente, sem nenhum processo legal, por motivo de vingança política. Falta, pois, ao delegado cubano, além de tudo, autoridade para falar em nome da democracia. Mas o que

importa observar nesse movimento é o aspecto intervencionista de alguns Estados nos negócios internos dos outros, e que contraria todas as regras e propósitos do pan-americanismo. Sem dúvida que é bastante desejável que se uniformizem no continente as regras democráticas de escolha dos governos, mas esse na plenitude de sua soberania. Grande seria o perigo se ficasse ao critério dos governos o julgamento da natureza das instituições políticas dos vizinhos, para o efeito de reconhecê-los ou colaborar com eles no plano internacional. E maior perigo ainda seria se viéssemos a admitir as intervenções sob a forma de cruzadas, inclusive por meio da remessa de tropas de voluntários para derrubar os regimes que não fossem de nosso agrado. Seria o fim do pan-americanismo. Disse o embaixador Rosa, de Cuba, que o ponto de vista do seu governo é simples: Combater no hemisfério qualquer ditadura”. É um enunciado inconsiderado e inconsequente, pois a própria República de Cuba não é outra coisa, pelo menos por enquanto, senão uma ditadura (“Perigo para o pan-americanismo”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 19/02/59, p. 2).

Em todos os artigos analisados que tratam direta ou indiretamente sobre Cuba, o nacionalismo e o anti-imperialismo foram os assuntos mais recorrentes. Nas reportagens do *Diário de Notícias*, no ano em que ocorreu a eclosão da Revolução Cubana, ficou claro o apoio dado aos “barbudos liderados por Fidel Castro”, presente em notícias e reportagens. Tendo derrubado uma ditadura despótica e sanguinária, eles representavam a esperança de democratização da ilha caribenha. No entanto, à medida em que a Revolução Cubana foi definindo um perfil cada vez mais distante dos padrões democráticos dos Estados Unidos, o *Diário de Notícias* foi abandonando o entusiasmo inicial, passando de um apoio discreto a uma oposição contundente. De 1960 em diante, a pequena ilha passou a ser vista como uma ameaça ao capitalismo e à dominação norte-americana. Através da cobertura jornalística feita pelo *Diário de Notícias* sobre a Revolução Cubana foi possível averiguar que na passagem de 1957 a 1960 o periódico temia a instauração do socialismo na América Latina e era contrário à via revolucionária cubana, contudo, nutria uma certa admiração pela Revolução.

Com a instauração do governo revolucionário, as notícias sobre Cuba se tornariam cada vez mais frequentes e Fidel Castro seria o personagem principal destas colunas e artigos. Suas ameaças de intervenção na Justiça diante das absolvições de acusados de crimes de guerra durante a ditadura de Batista eram recorrentes e chamavam a atenção do periódico. Os anúncios de convites para que Castro visitasse os Estados Unidos também eram amplamente divulgados no Boletim Internacional. No entanto, o que mais gerava notas neste espaço do periódico eram as execuções realizadas pela “justiça revolucionária”. Diariamente o jornal atualizava o número de fuzilados, opositores ao regime de Fidel Castro, destacando a possibilidade de ocorrerem mais execuções.

A presença de emissoras clandestinas, contrárias à revolução, era divulgada como forma de demonstrar que a instabilidade política em Cuba se mantinha. Estas incertezas que

permeavam o território cubano também se faziam sentir em suas relações com outros países, principalmente aqueles que tiveram “confirmada a venda de armas para Batista no período da ditadura”, como a Noruega (“Crise governamental com a Noruega pela venda de armamento à Cuba”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 06/03/59, p. 2). A existência de uma oposição ao regime de Fidel Castro era marcada no jornal principalmente pelas notícias de execuções, que eram praticamente diárias e os números atualizados dia a dia. Os discursos de esclarecimento à população do líder rebelde também eram noticiados, destacando que suas declarações eram “em meio de grandes aplausos dos que o ouviam” (13/03/59, p. 2).

O primeiro alerta mais incisivo feito pelo jornal em relação ao processo revolucionário – do qual não se conheciam ainda as orientações ideológicas - tem origem em uma problematização feita a respeito do pan-americanismo: uma ideia de unir o continente pelo fim da miséria, de modo a deter o comunismo e expandir a democracia. Segundo o *Diário de Notícias*, Fidel “voltou a atacar os seus vizinhos”, dificultando os planos do pan-americanismo. O jornal concluiu, nesta lógica, que o regime adotado em Cuba estava no caminho para se tornar tão ou mais perigoso e violento do que o anterior.

Cruzadas militares com invasão e guerra. Esse estado de espírito de Fidel Castro ainda não mudou. A menos que o sr. Fidel Castro desejasse desafiar a América inteira, o que parece improvável. Já temos condenado aqui esse espírito intervencionista que é radicalmente contrário ao espírito de colaboração pan-americana. A imprensa do continente tem lembrado ao primeiro ministro de Cuba que a fase revolucionária no seu país já passou e que ele hoje fala com a responsabilidade de chefe de um governo. Por acaso não lhe basta, como fonte de complicações, esse deprimente espetáculo dos fuzilamentos incessantes que já roubaram a vida a centenas e centenas de inimigos políticos dos revolucionários? Acha pouco o sr. Fidel Castro o ato inaudito por ele praticado ao mandar suspender a sentença de um tribunal para que os supostos criminosos voltassem a ser julgados e a sofrer uma penalidade exclusiva? Tudo isso justifica a crescente suspeita de que o regime que se instalou em Cuba, em substituição ao de Batista, poderá ser pior e mais sanguinário e que a substância ditatorial de Fidel Castro seja mais densa e mais perigosa do que a do seu antecessor. Cuba é um pequeno país, querido por toda a América pelas grandes qualidades do seu povo. Deve se esforçar em resolver os seus próprios problemas e deixar que os vizinhos ajam da mesma maneira. Cabe aos dominicanos, aos nicaraguenses, aos paraguaios decidir a respeito dos seus próprios destinos. Qualquer tratado externo para eliminar governos estrangeiros, sob o pretexto de que são ditatoriais, criaria o caos no hemisfério, destruindo os laços de colaboração e entendimento que constituem a base do pan-americanismo (“Pan-americanismo em perigo”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 15/03/59, p. 2).

As páginas dos dias seguintes traziam as frequentes notícias de contínuas execuções realizadas pela justiça revolucionária: (“476 execuções capitais até agora em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 20/03/59, p. 2). Contudo, noticiavam também o descontentamento de Cuba com a “inércia” da Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação aos

crimes do período da ditadura de Batista. Neste sentido, podemos avaliar que os crimes do governo de Batista não tinham tamanha divulgação diária como ocorriam com os fuzilamentos da revolução. O *Diário de Notícias* demonstrou claramente a opção de destacar, dia após dia, o número de execuções. Outra aposta do periódico foi registrar as viagens de revolucionários cubanos, “estranhos guerrilheiros, cujas barbas e cabelos há dois anos não merecem encontro com barbeiros”, que visitavam países da América do Sul, a fim de realizar uma “excursão de esclarecimento acerca dos objetivos da revolução de Fidel Castro” (“Rebeldes de boa vontade”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 21/03/59, p. 2).

A luta contra o imperialismo posicionou Cuba cada vez mais afastada da área de influência norte-americana. Contudo, a aproximação com a União Soviética ainda não havia se concretizado. Para o *Diário de Notícias*, as críticas de Fidel Castro aos Estados Unidos e ao ex-presidente da Costa Rica, José Figueres - que lançou um apelo à solidariedade latino-americana, com os Estados Unidos, na luta mundial contra a União Soviética - significavam o afastamento da ilha em relação ao continente: “O chefe de governo acusou as agências noticiosas norte-americanas de patrocinarem uma campanha favorável ao regime do deposto ditador Fulgêncio Batista, visando a queda do governo revolucionário atual” (“Fidel Castro preconiza a mobilização total contra presumível invasão”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 24/03/59, p. 2).

Quando o número de execuções pelos pelotões de Castro chegaram a 500, segundo o jornal, chamou-se a atenção de que “há algum tempo, o chefe revolucionário e atual primeiro-ministro, dr. Fidel Castro, predisse que não mais de 400 criminosos de guerra seriam executados”. Em seguida complementou: “A opinião que se tem é de que o governo está ansioso no sentido de encerrar definitivamente esses processos devido à repercussão desfavorável que têm os mesmos na opinião mundial” (“Meio milhão de execuções em Cuba”. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/04/59, p. 2). Nos meses seguintes, o jornal seguiu noticiando execuções.

Percebemos, desta forma, que a abordagem do jornal vai se modificando, até a afirmação contundente por parte do *Diário* de que Cuba havia se tornado base de operações comunistas na América Central, resultando em uma reunião de diplomatas norte-americanos incumbidos de “examinar essa situação”. A partir de então, começaram a figurar questões como: “as repercussões que a vitória de Fidel Castro em Cuba poderá ter em toda essa região”. O papel dos diplomatas seria programar estratégias voltadas à manutenção de Cuba sob controle e supervisão, considerando a proximidade do território cubano. Nestas medidas

“se analisarão nitidamente os indícios de uma crescente atividade comunista em Cuba” pois, alerta a nota, “estão viajando para Cuba muitos comunistas” (*Diário de Notícias*, Porto Alegre, 05/04/59, p. 2).

O jornal apontou ainda que “um dos aspectos mais intranquilizadores da situação de Cuba sob Fidel Castro é que o país poderia ser usado como base de movimentos revolucionários contra os países vizinhos” e que os Estados Unidos temem “a influência dos comunistas”, sem, no entanto, relacioná-los a Castro, como se este fosse uma figura facilmente manipulável diante destas forças, necessitando de “ajuda” para defender-se, considerando que “é natural que os comunistas tentem introduzir-se em posições de influência”, o que seria o caso do lugar ocupado por Fidel (09/04/59, p. 2).

A visita de onze dias de Fidel Castro “com a barba sempre por fazer e o uniforme de campanha” aos Estados Unidos em abril de 1959, também é noticiada (15/04/59, p. 2). O jornal indica uma “calorosa recepção a Fidel Castro ao chegar aos Estados Unidos” (17/04/59, p. 2) e declara que “Fidel Castro conquista aos poucos a opinião pública dos Estados Unidos” (18/04/59, p. 2), noticiando até mesmo a “voltinha noturna em Washington” feita por Castro. Quando Fidel Castro viajou aos Estados Unidos para realizar a primeira visita diplomática do novo governo cubano, Eisenhower não o recebeu. A conversa com o vice-presidente Richard Nixon durou 3 horas, tempo no qual Nixon questionou as aproximações de Castro com as ideias comunistas (GOTT, 2006, p. 200). Dias depois descobriu-se uma conspiração nos Estados Unidos para assassiná-lo, entre tantas outras as quais o líder rebelde sobreviveu.

Durante a Conferência Interamericana, realizada na Argentina, o jornal destacou o comportamento de Fidel Castro: “Embora o discurso de Castro pareça estar definitivamente decidido, todos os demais planos do chefe do governo cubano aparecem envoltos na mesma incerteza que tem caracterizado toda sua viagem à Argentina”. O discurso de Castro “foi interrompido várias vezes com aplausos e aclamações pelos delegados que assistem à transcendental conferência interamericana” (“Fidel Castro ovacionado na Conferência Interamericana”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 03/05/59, p. 2).

A primeira visita de Castro foi apenas quatro meses depois do triunfo da revolução, Cuba era parte da OEA, a administração da ilha não era conhecida como socialista e sua história era até mesmo simpática para os setores que, anos depois, a rejeitariam. Em 1º de maio de 1959, Castro chegou a Buenos Aires e, no dia seguinte, falou durante 90 minutos diante da Comissão dos 21 da OEA, no 9º andar do Ministério da Indústria. Podemos entender que um terreno de problematizações à respeito da posição adotada por Cuba nos mais diversos

âmbitos estava sendo produzido, partindo de notícias de que “Cuba dará liberdade a todas as ideologias, inclusive a comunista” (05/05/59, p. 2), até chegar a nota de um “avançado sistema socialista em Cuba” (07/05/59, p. 1). Ainda assim, em vários artigos o periódico reforçava que a revolução não era comunista, utilizando-se para isso, de declarações de Fidel Castro.

Enquanto o líder revolucionário “prepara-se para a implantação da reforma agrária em Cuba” (14/05/59, p. 2), o jornal noticiou que ocorreu uma “revolução latente na América Latina” pois ocorriam “esforços comunistas presentes para adquirir posições de preponderância na nova situação cubana”. A nota ainda comparou a Revolução Cubana aos processos revolucionários da Rússia e da China (21/05/59, p. 2) e, divulgando dados apresentados pela Igreja, apontou que existiam “50 mil cubanos na mais completa miséria por causa da revolução” (26/05/59, p. 2), referindo-se a uma “guerra civil” que assolava o país.

Segundo o periódico, a reforma agrária era uma das temáticas mais incertas e indefinidas das mudanças estruturais em Cuba, pois os adiamentos de medidas de expropriação de terras eram frequentemente noticiadas nas páginas do jornal, defendendo que “a intenção do primeiro-ministro de Cuba, Fidel Castro, de adiar a expropriação e divisão das terras com plantações de cana-de-açúcar é uma reação realista e oportuna ante a situação açucareira atual”. A demonstração de preocupação com possíveis dificuldades que Cuba poderia enfrentar escondia um interesse em defender determinados posicionamentos no campo econômico, pois havia temor de que, se Cuba agisse com demasiada rapidez e chegasse demasiado longe em um programa de distribuição de terras, muitos interesses políticos e econômicos internacionais seriam afetados, entre eles o mercado dos Estados Unidos e de suas empresas privadas. O jornal apontou que o clima era de “pessimismo” entre os círculos cubanos e norte-americanos e, dias depois anunciou: “Reforma agrária cubana vai entrar em execução” (08/06/59, p. 2).

A imagem sobre Fidel Castro adotada pelo *Diário de Notícias* sofreu muitas transformações, mas a partir do direcionamento de Cuba para a reforma agrária e para a estatização das empresas estrangeiras, o jornal assumiu uma linha mais contínua, afirmando que Castro “desafia aos que se opõem aos planos de seu regime” (11/06/59, p. 2) e que, há sim, “terrorismo em Cuba” quando divulgou um “possível retorno aos tribunais revolucionários de Fidel Castro”. Este posicionamento era justificado pelo jornal através da ação da imprensa que foi “unânime na crítica editorial contra o surto terrorista” praticado por “criminosos” e “covardes” (20/06/59, p. 2). Após as medidas tomadas nos meses iniciais de

1959, o governo de Fidel Castro enfrentou muitos opositores. No *Diário de Notícias*, passaram a surgir quase que diariamente notas que informavam da existência destes conflitos - com a abertura de novas frentes de comando na luta contra Fidel - e da posterior extensão do campo de aplicação da pena máxima em Cuba como forma de controle e repressão.

Diante das relações pan-americanas que Cuba estabeleceu, o jornal expressou claramente sua posição, questionando o comportamento de Castro diante dos conflitos.

[...] condenamos veementemente os regimes antidemocráticos e desejamos que todos os povos do hemisfério pratiquem instituições livres e respeitáveis [...] Os ataques de revolucionários cubanos ao Panamá, a Nicarágua e a São Domingos foram anunciados com antecedência e não vemos como o Primeiro Ministro Fidel Castro possa escusar-se de responsabilidade na organização de grupos que partiram de Cuba para invadir territórios vizinhos. Cumpria ao governo cubano impedir semelhante aventura [...] pois tudo indica a urgência de que esses elementos de dissensão na vida da América sejam examinados no espírito de fraternidade e de boa vizinhança que caracteriza as nações pan-americanas (10/07/59, p. 2).

Segundo a lógica da grande imprensa nacional e internacional, que diariamente evoluiu no sentido de abandonar a simpatia inicial que adquiriu pela Revolução Cubana, o *Diário de Notícias*, em situações específicas, apontou Fidel Castro como “membro ativo do comunismo internacional” esclarecendo que acreditava que “a infiltração comunista no movimento operário cubano fora iniciada durante o primeiro regime de Batista (16/07/59, p. 2). Em meados de julho de 1959, o periódico se surpreendeu com o anúncio da renúncia de Fidel Castro ao cargo de primeiro-ministro, e apontou os obstáculos colocados pelo presidente Manuel Urrutia às leis e medidas revolucionárias, motivando possivelmente uma massiva exigência popular para que Castro se reincorporasse ao cargo, forçando a renúncia do presidente.

Washington interpreta a renúncia de Fidel Castro como passo político para definir posições dos chefes [...] entre a postura de nacionalismo extremo do chefe da revolução e a posição mais moderada do presidente Manuel Urrutia (17/07/59).

Desta forma, Castro teria o “indisputado poder de Cuba”. Já Urrutia “expressara com frequência sua preocupação pela suposta influência comunista em Cuba, que o primeiro-ministro não reconheceu” (18/07/59, p. 2). No entanto, o periódico também considerou a possibilidade de Castro ocupar a Pasta de Relações Exteriores, com maior direcionamento nas conferências internacionais. Diante deste impasse, Urrutia fez acusações aos comunistas cubanos. Segundo o jornal, “o sr. Fidel Castro está sendo acusado de ser comunista, ou pelo menos de complacência com os comunistas que se acham profundamente infiltrados em seu governo” (19/07/59, p. 2). Poucos dias depois o periódico informou que Osvaldo Dórticos

Torrado foi nomeado por Castro como sucessor do deposto presidente Manuel Urrutia Lleó e a reforma agrária voltou à pauta do jornal como a “principal tarefa do governo cubano” (21/07/59, p. 2). No entanto, também apostou na volta de Castro ao posto de primeiro-ministro, assumindo “a chefia do governo depois de 26 [de julho]” (22/07/59, p. 2).

Ao final de julho, houve uma paralisação do trabalho dos operários cubanos, que se organizaram para insistir no sentido de que Fidel Castro voltasse ao governo e para demonstrar o apoio dos cubanos a ele e à sua revolução. Este episódio foi compreendido pelo jornal como uma “greve geral em Cuba no melhor estilo fascista”. Este artigo, especificamente, aponta que

Cuba trocou simplesmente uma ditadura por outra [...]. Cuba não é somente uma ditadura, mas é uma ditadura militar. Castro, que prometera terminar para sempre com o militarismo em Cuba tem hoje um exército maior que quando tomou o poder. O exército revolucionário é a suprema autoridade em Cuba, e na maioria das vezes é a única autoridade (“Cuba marcha para o caminho do caos”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 29/07/59, p. 2).

Ao entrevistar soldados de Fidel Castro que vieram ao Brasil em agosto de 1959, o periódico chamou a atenção para a afirmação destes de que “Cuba não é comunista”. Segundo seus depoimentos, a “Revolução agrária é que faz inimigos do regime, pois a intervenção nos latifúndios provoca enorme campanha adversa”. Outro elemento sempre destacado pelo jornal quando da visita dos cubanos ao país foi a aparência física destes: “Barbas até que se obtenha a liberdade econômica” (25/08/59, p. 1). Em relação à liberdade de imprensa em Cuba, o *Diário de Notícias* defendeu que “será necessário fazer algo imediatamente no assunto da imprensa de Cuba ou não haverá imprensa digna desse nome” (“Temem os jornais cubanos criticar o premier Castro”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 26/08/59, p. 2).

A partir de outubro de 1959, o periódico passou a noticiar as denúncias “violentas” de Castro aos Estados Unidos depois de inúmeros “bombardeios” em cidades cubanas por aviões portadores de panfletos: “nesses boletins são exortados os povos de Cuba a se unirem aos Estados Unidos, reclamando uma reforma agrária justa, eleições livres e democráticas, e a ilegalização do Partido Comunista” (25/10/59, p. 2). Esse panorama acirrava ainda mais o clima de tensão entre os dois países. Essa tensão era fortemente retratada nas páginas do jornal. Outro aspecto representativo do período era as inúmeras notícias acerca da intensificação da corrida espacial entre Estados Unidos e União Soviética, resultando em notas diárias sobre essa disputa particular entre as duas potências. Enquanto isso, Cuba poderia “desencadear corrida armamentista na região das Caraíbas”, considerando que Grã-

Bretanha e Estados Unidos se negavam a vender aviões de combate, levando Cuba a buscá-los em outros mercados.

Ao final de outubro, o periódico fez a divulgação de uma “gigantesca manifestação de Cuba contra os Estados Unidos” (27/10/59, p. 2) e, no dia seguinte, uma “enérgica representação dos Estados Unidos contra Fidel Castro”. Diante disso, o *Diário de Notícias* expressou:

[...] preocupação pelo que parece ser um esforço deliberado e concentrado para substituir a amizade tradicional entre o povo cubano e o norte-americano com desconfiança e a hostilidade que são alheias ao exposto desejo dos dois governos de manter boas relações. Os Estados Unidos haviam contribuído a obter a independência para Cuba, lhe haviam feito concessões comerciais e tem mantido relações muito estreitas com Cuba.

E prosseguiu questionando: “Tudo isto torna mais difícil determinar porque os cubanos estariam agora tão descontentes” (28/10/59, p. 2). Portanto, o jornal traçou este caminho até chegar “em ponto de rompimento as relações entre Cuba e Estados Unidos” (29/10/59, p. 2). Neste sentido, para justificar as ações norte-americanas como um comportamento defensivo diante dos ataques cubanos, o periódico divulgou que “Washington aguarda a próxima atitude do regime cubano” (30/10/59, p. 2) e que “os Estados Unidos adotam medidas de estrita neutralidade na tensão das Caraíbas” (01/11/59, p. 2), tentando demonstrar que o governo norte-americano não tinha relações com a base de operações que estava agindo contra o governo de Cuba.

Sobre o desaparecimento de Camilo Cienfuegos, em novembro de 1959 o *Diário de Notícias* divulgou o seu sumiço (primeira menção a ele), que ocorreu em 28 de outubro. O jornal apontou que “intriga cada vez mais o misterioso desaparecimento do avião de Cienfuegos” e alguns dias depois anunciou o fracasso da busca para encontrá-lo. Camilo Cienfuegos era um dos líderes da Revolução Cubana e desapareceu nove meses depois da tomada de poder pelos revolucionários cubanos. O avião bimotor que levava Camilo e mais dois tripulantes da província de Camagüey para Havana caiu no mar após uma tempestade. Os passageiros e o avião nunca foram encontrados.

Na passagem de 1959 para 1960 podemos sentir um recrudescimento do jornal em relação à Cuba e uma intensificação da defesa do anticomunismo. A instabilidade política em muitos países da América Latina, que fogem ao controle norte-americano foi compreendida pelo *Diário de Notícias* como uma intervenção direta ou indireta do comunismo internacional, considerando “um perigo para a paz e a segurança de todas as nações americanas”

(“Infiltração comunista na América Latina: medidas”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 06/01/60). Eram noticiados constantes reexames das relações com Havana, por parte dos Estados Unidos (24/01/60, p. 2) e que encontrava-se “Ike²⁰ perplexo e preocupado com o estado das relações entre os Estados Unidos e Cuba” (27/01/60, p. 2). Outro elemento que tornou-se recorrente no jornal era o caso de indivíduos que fugiram de Cuba em direção à Miami, normalmente por terem divergências com o governo de Fidel Castro.

As “tensas relações entre Cuba e Estados Unidos” (31/01/59, p. 2) seguiam sendo diariamente noticiadas, assim como os bombardeios que Cuba vinha sofrendo sem, no entanto, identificar quem seria o agressor. Segundo o jornal, era grande a suspeita de que estavam sendo “preparados pela URSS e China líderes comunistas da América” (05/02/60, p. 2). Quando Anastas Mikoyan, vice-primeiro-ministro soviético indicou um possível reatamento das relações diplomáticas entre Cuba e União Soviética, o periódico inclinou-se a entender isto como uma exaltação de Mikoyan em relação a Fidel, “visando ampliar a cabeça de ponte em Cuba”. Diante deste quadro, além da Argentina, também “o Brasil ofereceu-se como mediador entre Estados Unidos e Cuba” (07/02/60, p. 2). Outro elemento que tornou-se recorrente nas páginas do boletim internacional foi a divulgação da presença também de forças anticomunistas em Cuba, divergindo com as posturas adotadas pelo governo de Fidel e as primeiras concessões de empréstimos da Rússia à Cuba (14/02/60, p. 2).

O jornal seguiu fazendo um apelo de que “é necessário que os governos e a opinião pública deste hemisfério estejam atentos para a crescente inclinação da ditadura de Fidel Castro para gravitar na órbita da União Soviética”. Considerava, portanto, que a venda do açúcar cubano à União Soviética era “uma tentativa de atrair a Rússia para a esfera política da América” e fez cobranças a Cuba pelo fato de ter assinado – na Organização dos Estados Americanos (OEA) – documentos em que “se comprometeu a combater o comunismo internacional”. A respeito da questão de Fidel Castro ser ou não comunista, o posicionamento do jornal questionava:

Acreditamos que não seja. Poderá, porém, dizer o mesmo de alguns dos auxiliares diretos e da confiança do ditador, como por exemplo o famoso aventureiro argentino “Che” Guevara que exerce no momento funções de suma importância no quadro da vida financeira e econômica da república? Pouco importa que Fidel Castro não seja comunista quando está empregando métodos de governo que o aproximam linearmente do comunismo. Amanhã, a Rússia bem poderá fazer uma declaração colocando Cuba na esfera dos países que se encontram sob a sua proteção. Estaríamos, então, com uma área da guerra fria dentro no nosso hemisfério (“Evolução da ditadura em Cuba”, *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p. 2, 19/02/60).

²⁰ Apelido do presidente Dwight Eisenhower, presidente dos Estados Unidos entre 1953 e 1961.

O jornal apontou a aproximação entre Cuba e União Soviética como um dado consumado, alertando que “Cuba reatará com URSS a todo momento: acordo já homologado” e que era preocupante um “novo avanço de Havana na rota que conduz a Moscou” significando que “o primeiro-ministro Fidel Castro avança progressivamente para uma política mais favorável ao Kremlin” (20/02/60, p. 2). Nos casos de ataques aos canaviais cubanos, o jornal apontou a existência de uma “intervenção clandestina em Cuba”, bem como uma “infiltração vermelha na América Latina”, servindo de advertência aos Estados Unidos. Solicitava, ainda, que se estabelecesse a origem dos aviões que provocaram os incêndios contra a produção cubana. Entretanto, afirmou não acreditar que tais atos partissem dos Estados Unidos (25/02/60, p. 2).

O mês de abril de 1960 iniciou com uma “represália dos Estados Unidos contra Cuba”, eliminando a ilha da lista dos países favorecidos pela chamada “ajuda ao Exterior”. O jornal passou a defender que “a ameaça dos comunistas na América Latina é mais grave hoje que em qualquer outro momento” e manifestou que “os Estados Unidos continuou um programa de ajuda técnica a Cuba” mesmo depois da revolução. Era necessária, diante de tais circunstâncias, a criação de uma “comissão para apurar o que se está passando em Cuba” a fim de compreender e pensar estratégias para esta “explosão de sentimentos nacionalistas exacerbados”, representados principalmente pela defesa da “industrialização” e da “reforma agrária” (15/04/60, p. 4). Passado pouco mais de um mês, o discurso não se alterara no sentido de que era

[...] difícil acreditar que, continuando desta maneira, o primeiro-ministro, Fidel Castro possa reter as condições ideais para manter-se no poder, tampouco a economia de Cuba poderá resistir com um sorriso às consequências de tais fantasias [de Castro], tampouco, por muito mais que se repita poderá ser infiltrada no cenário centro-americano uma cabeça de ponte soviética (05/07/60, p. 2).

Algumas notas que se tornaram recorrentes em agosto de 1960 se referiram ao reatamento das relações entre Cuba e União Soviética, que haviam sido rompidas em 1952 com o golpe de Batista; além de constantes colunas abordando as ajudas econômicas fornecidas pelos Estados Unidos à América Latina. Ou seja, era um novo quadro político do continente que se desenhava dentro das páginas do *Diário de Notícias* e, em alguma medida, produziu representações deste mesmo quadro político ao público leitor. Quando o jornal noticiou que “Cuba deverá cessar a subversão ou será banida do convívio da América”, ele produziu no leitor a concepção de que a “subversão” e “ser banido do convívio da América” não era o melhor caminho.

A ajuda militar da Rússia à Cuba foi outro elemento que causou grande alvoroço nas páginas do boletim internacional do *Diário de Notícias*. Diariamente apareceram novas informações sobre a situação da “intervenção soviética” no continente americano e as posteriores condenações que Cuba sofreu por não ter rejeitado tal ajuda. Esse quadro se intensificou quando “Fidel Castro repudia as Américas e estabelece relações com Pequim” (03/09/60, p. 2) e quando “intensifica a crise com a declaração de Havana” (04/09/60, p. 2). Em outras notas envolvendo o noticiário diário sobre Cuba, constantemente cobrou-se que “Cuba deve definir-se se é ou não um aliado da Rússia”. Se considerarmos que em muitas edições, essa questão já havia sido definida pela postura do jornal e pelas posições que defendia, cabe problematizar qual era a intenção do periódico ao “cobrar” uma definição a respeito do posicionamento de Cuba. Podemos considerar a hipótese de que o *Diário* tinha a intenção de produzir essa incerteza na imagem que os leitores iriam construir sobre Cuba: se esses leitores iriam aliar a ilha caribenha à Rússia em suas “consciências coletivas” e representações ou não.

A partir do mês de outubro de 1960 tornaram-se cada vez mais frequentes as notas sobre supostas invasões ao território cubano. Na grande maioria desses noticiários, o jornal tratou as denúncias cubanas como “nova farsa cubana”, presumindo que as invasões seriam organizadas pelo governo cubano para comprometer os Estados Unidos. O jornal também seguiu noticiando que “Fidel Castro reiniciou os fuzilamentos” e que “Cuba aboliu as propriedades imóveis destinadas à aluguel”, além da intensificação da reforma agrária. Outro aspecto que chamou a atenção do periódico era a questão da liberdade de imprensa, como elemento “inseparável dos governos democráticos”. Portanto, nos artigos pautados nesta temática, Cuba e Fidel Castro eram sempre apontados como “inimigos principais das liberdades, que são a razão de ser da América” (22/10/60, p. 2).

Em novembro, o jornal noticiou as denúncias norte-americanas à OEA de que “Cuba e comunistas armam-se para estender a revolução”; informou que a “URSS leva a aftosa para Cuba” (19/11/60, p. 2) e que a eleição de John F. Kennedy poderia moderar os ataques cubanos aos Estados Unidos (22/11/60, p. 2). O jornal presumiu também que o “pacto de Cuba com Pequim” estreitaria os laços de Castro com os comunistas, sendo “uma indicação a mais dos propósitos de Fidel Castro de ligar Cuba com o bloco comunista” (03/12/60, p. 2). Ao final do ano de 1960, no dia 30 de dezembro, foi divulgada no periódico a existência de “bases de foguetes russos em Cuba” (30/12/60, p. 2). Certamente, o conteúdo do noticiário dos anos seguintes, referente à ilha, sua revolução, a figura de Fidel Castro, bem como as

relações com os Estados Unidos e com a União Soviética, trariam ainda mais pontos de tensionamento entre todos estes aspectos citados e outros que surgiram posteriormente, como a Crise dos Mísseis e a declaração de Fidel Castro de que a revolução era socialista. São encaminhamentos que podem originar outras pesquisas, na busca de uma compreensão cada vez maior sobre o discurso produzido pela imprensa acerca da Revolução Cubana no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos analisar como o jornal *Diário de Notícias* abordou os acontecimentos políticos cubanos desencadeados através do processo revolucionário da ilha entre 1957 e 1960. Considerando-se um aspecto quantitativo, referente ao número de notícias, notas e reportagens relacionadas ao movimento revolucionário, constatou-se uma visível desproporcionalidade no volume de conteúdos comparando-se os quatro anos examinados. A presença ou não de material jornalístico envolvendo a temática desta pesquisa dependia, em grande parte, da intensidade dos conflitos e da efervescência do debate político mundial.

A abordagem das fontes foi realizada de forma a questionar e problematizar uma suposta imparcialidade por parte do periódico. Ademais, procuramos perceber como as páginas do jornal retrataram as disputas políticas do período e os atores sociais envolvidos. Ressaltamos que as análises resultantes foram produto de reflexões teóricas estabelecidas no presente, com toda a complexidade que este dado implica. É importante destacar que esta categoria de trabalho historiográfico que pretende abordar a imprensa enquanto fonte histórica demanda grande rigor crítico. Levamos para a pesquisa uma série de indagações e concepções teóricas submetidas ao presente.

A pesquisa nos permitiu, além de esclarecer a posição de um determinado grupo que exprimia suas opiniões através da imprensa, constatar o quanto o *Diário de Notícias* se inseriu como elemento participante nos processos políticos do período analisado. Os interesses do Brasil e sua postura perante o exterior eram arduamente defendidas pelo periódico, com um projeto voltado principalmente na questão da cooperação com o capital estrangeiro, pressuposto que era defendido por Assis Chateaubriand. Pudemos averiguar também o quanto o jornal acreditava na democracia e confiava em seu crescimento, apesar de manter alguns pontos frágeis que seriam aperfeiçoados através da experiência.

Um outro aspecto desse trabalho foi a apuração de que a imprensa não pode ser estudada considerando um caráter de “evolução”, como se partisse do jornalismo opinativo em direção ao jornalismo fundamentalmente informativo. Este trabalho mostrou que o periódico consultado permaneceu atuando no processo político mesmo quando assumia a postura do jornalismo informativo. Pode não ter sido abertamente direcionado, como no espaço do Editorial, quando este incorporava posições claramente políticas, pregando contra o comunismo e o sentido que a Revolução Cubana tomava. Contudo, o periódico sempre

participou politicamente através das notícias, das manchetes, dos colunistas políticos e, inclusive, de alguns artigos de Chateaubriand. Utilizando-se de algumas categorias apontadas no início deste trabalho, sobre a história da imprensa, foi possível constatar nas páginas do *Diário de Notícias* a estruturação de um jornalismo profissional, a qualificação dos jornalistas, o progressivo aperfeiçoamento dos recursos técnicos e o aumento da publicidade.

O jornal analisado fazia parte da grande imprensa brasileira que, a partir da década de 50, estabelecia empresas jornalísticas, apresentando periódicos que informavam, emitiam opiniões e ainda deveriam gerar lucros. Ao analisar o conteúdo do jornal, afirmamos que o *Diário de Notícias* fez parte de um grupo da imprensa brasileira que criticou de forma negativa os rumos traçados pela Revolução Cubana. Esta opção política estava expressa de forma mais nítida nos editoriais, mas também no noticiário internacional, marcados neste período pelo estabelecimento de diversos conflitos políticos e ideológicos oriundos da Guerra Fria. O periódico analisado procurou elaborar relações entre as propostas cubanas e a necessidade de uma luta ideológica contra o comunismo, fortemente presente na sociedade ocidental daquele período.

As análises das temáticas cubanas feitas pelo *Diário* eram referentes aos acontecimentos da ilha e as matérias eram apresentadas conforme a intensidade dos conflitos – especialmente com os Estados Unidos – tornava-se latente. Os noticiários dos exemplares analisados pretendiam ser informativos. Considerando que a maior parte das notas eram produzidas pelas agências internacionais, percebemos um estilo uniforme na abordagem do tema dos processos políticos em Cuba. No entanto, apesar da busca por notícias objetivas ser defendida e divulgada pelo periódico, isto não significou que a imparcialidade foi alcançada.

Ao utilizar o jornal como fonte histórica combinada a reflexões teóricas, foi possível acompanhar alguns eventos de um determinado processo histórico através das páginas do *Diário* e obter alguns indicativos de como a leitura histórica a respeito da Revolução Cubana foi sendo construída até os dias de hoje. No presente trabalho, ao contrapor a leitura e análise dos exemplares do periódico com a pesquisa sobre o processo histórico da Revolução Cubana entre 1957 e 1960, constatamos que as temáticas a respeito do contexto revolucionário foram apresentadas inicialmente com simpatia e esperança pelas propostas do grupo de Fidel Castro. No entanto, a partir do desenvolvimento de uma postura revolucionária voltada ao combate ao imperialismo, estímulo ao antiamericanismo e aproximação com a União Soviética por parte de Cuba, o *Diário de Notícias* passou a um posicionamento contrário aos direcionamentos da revolução.

Ao finalizar esta pesquisa – que não se encerra com estas “conclusões”, mas abre-se a novas perspectivas e investigações – compreendemos que o processo de encontrar respostas e apontamentos às questões levantadas no início deste trabalho, envolvendo principalmente a História da Imprensa no Brasil, também possibilitaram a análise e a verificação de aspectos relevantes e pertinentes às problematizações envolvendo a temática da Revolução Cubana. Neste sentido, as análises deram origem a duas grandes contribuições para o debate da historiografia sobre Revolução Cubana a partir da História da Imprensa no Brasil.

A primeira delas se refere aos resultados obtidos nesta pesquisa, que vão ao encontro dos apontamentos de Moniz Bandeira, quando este afirma que o evento da Revolução Cubana necessita ser examinado também como consequência das manifestações do conflito “norte-sul” no interior do hemisfério ocidental, marcando a década de 1960. Para Moniz Bandeira, a Revolução Cubana

não foi uma operação da URSS na Guerra Fria, uma consequência da confrontação Leste-Oeste, mas uma das primeiras – e a mais poderosa – das manifestações do conflito Norte-Sul na região, principalmente das contradições não resolvidas entre os EUA e os países da América Latina (MONIZ BANDEIRA, 1998, p. 5).

Estes apontamentos contêm uma prerrogativa que define a ideia de que o espírito da Revolução Cubana esteve situado, inicialmente, no âmbito de uma tradição anterior de acontecimentos da América Latina, bem como de outros movimentos revolucionários, que estiveram muito mais preocupados com o nacionalismo e com o anti-imperialismo do que, efetivamente, com o comunismo ou com o socialismo. Por outro lado, é uma aposta na própria contingência da história e no processo de leitura da história, ou seja, a ideia, por exemplo, de que os postulados socializantes existentes na Revolução Cubana, presentes no início da luta revolucionária, não apontam, diretamente, para a opção socialista.

Desta forma, ao analisarmos a narrativa construída pelo jornal, concluímos que a Revolução Cubana não era essencialmente socialista desde o início e não tinha caráter socialista. Sua construção neste sentido se deu no decorrer do processo revolucionário. Se partirmos de um cenário em que nem o *Diário de Notícias* e nem o governo americano conseguiram mapear as intenções do processo revolucionário em sua fase inicial, podemos concluir que não é possível apontar que, em algum momento, esteve tudo planejado para fazer a Revolução Socialista, caso contrário corre-se o risco de construir a história para que ela chegue em um determinado fim. Portanto, estas afirmações tornam-se possíveis quando analisamos o *Diário de Notícias* e encontramos ambiguidades e ambivalências, fazendo,

inclusive, que um jornal de direita seja incapaz de mapear o processo revolucionário ocorrido em Cuba.

A segunda contribuição se refere ao fato de que, ao analisar os episódios narrados pelo jornal, encontramos uma linguagem pronta de entendimento dos acontecimentos, isto é, que fornece significados a estes acontecimentos e força a significação dos acontecimentos pela lente do conflito “leste-oeste” e não “norte-sul”. Neste sentido, o *Diário de Notícias* estava construindo, emitindo, colocando, propondo, enfatizando e publicando, no dia a dia, uma interpretação da Revolução Cubana a partir das lentes do conflito “leste-oeste”, negando qualquer tipo de perspectiva que fosse no sentido “norte-sul”. O que ele estava fazendo era reconstruir e ressignificar o anticomunismo de outras eras, preparando o campo para o que viria posteriormente como, por exemplo, a ditadura civil-militar de 1964.

Neste sentido, o que encontramos nas páginas do jornal neste momento é uma clara intenção de forçar a interpretação dos acontecimentos pela leitura da Guerra Fria, pela leitura do “leste-oeste” e diminuir ou relativizar a tensão entre “norte-sul”, Estados Unidos e América Latina. Desta forma, são feitas associações diretas entre nacionalistas e comunistas, anti-imperialismo e nacionalismo, entre tantos outros exemplos. Quando o golpe civil-militar e a Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorrem, em 1964, a linguagem utilizada não é “estranha”, não é desconhecida, pois já estava bastante estruturada.

Portanto, consideramos a importância e a relevância destas temáticas para a análise não somente da História da Imprensa no Brasil, mas também para uma melhor compreensão a respeito das trajetórias percorridas pela Revolução Cubana e de como as interpretações sobre esse processo revolucionário foram sendo construídas pela imprensa e por outros grupos que produziram e produzem discursos acerca do que ocorreu em Cuba. Contudo, ainda que tenhamos alcançado alguns resultados, destacamos o fato de não esgotarmos as possibilidades de análise deste mesmo recorte historiográfico. Muitas fontes referentes à Revolução Cubana e suas imagens na imprensa do Brasil ainda podem – e necessitam – serem exploradas e divulgadas. Assim como muitas informações relacionadas a esses temas, que chegam à população através dos mais diversos meios de comunicação disponíveis atualmente, precisam ser questionadas e criteriosamente analisadas antes de tornarem-se “verdades absolutas”.

LOCAL DE PESQUISA E FONTES

- Jornal *Diário de Notícias* (RS): janeiro/1957 – dezembro/1960. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font – Erechim/RS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AGGIO, Alberto. Repensando o sentido da rebeldia na Revolução Cubana. **Estudos de História** (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP) França, SP, Brasil, Editora Olho d'Água, 2003.

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. p. 48.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BEMVINDO, Vítor. **Os impactos da Revolução Cubana na política externa brasileira (1958-1961)**. Dissertação (Mestrado em História Política) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**. n. 15. São Paulo: PUC-SP, 2008.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social; As Regras do Método Sociológico; O Suicídio; As Formas Elementares da Vida Religiosa; seleção de textos de José Arthur Giannotti; tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura – **Os Pensadores** – 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1999.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**. Porto Alegre, n. 13, PPGH/UFRGS, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.) **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branços e vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do *Correio do Povo* (1936-1939)**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História /UFRGS, 2004.

GOTT, Richard. **Cuba: uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANDI, Celito de. **Diário de Notícias: o romance de um jornal**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LÊNIN. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. 6. ed. São Paulo: Global

Editora, 1988.

LOPEZ, Luiz R. Ideologia. Questões de Conceito. In: Centro de Estudos Marxistas: **Fios de Ariadne**: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MENDES, R. A. S. Pensando a Revolução Cubana – nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 1, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **De Martí a Fidel**: a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Contraponto, 1966.

PRADO, Carlos B. Cuba, Che Guevara e a “exportação” da Revolução pela América Latina. In: PADRÓS, Enrique Serra & CALIL, Gilberto (orgs.). **Revista História e Luta de Classes**. Ano 3, Edição n. 4. Julho de 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O socialismo na América Latina: a Revolução Cubana. In: **A aventura socialista no século XX**. São Paulo: Atual, 1999.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2007.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

SADER, Emir. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Moderna, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TORRES, Andréa Sanhudo. Imprensa e Estado Novo: do discurso nacionalista ao discurso democrático. In: ALVES, Francisco; TORRES, Luiz Henrique (orgs.). **Imprensa e história**. Porto Alegre: APGH/PUC-RS, 1997.